

Ministério de Portos e Aeroportos

RELATÓRIO
**DE GESTÃO
INTEGRADO**
— 2025 —

MINISTÉRIO DE
PORTOS E
AEROPORTOS

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

EXPEDIENTE

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Geraldo Alckmin

**MINISTRO DE ESTADO DE PORTOS
E AEROPORTOS**

Silvio Serafim Costa Filho

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Tomé Barros Monteiro da Franca

SECRETÁRIO NACIONAL DE PORTOS

Alex Sandro de Ávila

SECRETÁRIO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

Daniel Ramos Longo

**SECRETÁRIO NACIONAL DE HIDROVIAS
E NAVEGAÇÃO**

Otto Luiz Burlier da Silveira Filho

**MINISTÉRIO DE PORTOS
E AEROPORTOS**

Sigla: MPOR

SIORG: 308817

CNPJ: 49.582.441/0001-38

Categoria: Estrutura Básica

Nível Normatização: Lei/Decreto

Esfera: Federal

Poder: Executivo

Natureza Jurídica: Administração Direta

Telefone: +55 61 2029-7575

Sítio eletrônico: www.gov.br/portos-e-aeroportos

Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco "R",
Zona Cívico-Administrativa, CEP 70044-900, Brasília-DF

Horário: segunda a sexta-feira, 8:00 — 18:00

SUMÁRIO

Mensagem do Ministro	5
1. VISÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO	7
1.1. Identificação, missão e visão	8
1.2. Estrutura Organizacional	9
1.3. Estrutura de Governança	9
1.4. Modelo de negócio	10
1.5. Cadeia de Valor	11
1.6. Políticas e Programas do MPOR	11
1.6.1. Políticas	11
1.6.2. Programas	12
2. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO	14
2.1. Estratégia	15
2.2. Apoio da estrutura de governança à capacidade de gerar valor	16
2.3. Resultados e desempenho da gestão	17
2.3.1. Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e às prioridades da gestão	17
2.3.1.2. Perspectiva - Foco de Atuação	24
2.3.1.3. Perspectiva - Processos Internos	26
2.3.1.4. Resultados das principais áreas de atuação da UPC	28
2.3.1.4.1. Gestão orçamentária e financeira	28
2.3.1.5. Gestão de pessoas	42
2.3.1.6. Gestão de licitações e contratos	46
2.3.1.8. Gestão da tecnologia da informação e comunicação	52
3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	55
3.1. Gestão de riscos e controles internos	56
3.2. Principais ações do plano de integridade	57
3.3. Atuação correcional	58
4. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	62
4.1. Gestão contábil	63
4.2. Principais fatos contábeis relativos à atuação e à situação financeira da UPC	67
4.3. Normas legais e técnicas adotadas nas atividades orçamentárias, financeiras e contábeis da UPC	67
4.4. Informações dos contadores da UPC	68
4.5. Demonstrações contábeis e notas explicativas	69
5. UNIDADES VINCULADAS AO GABINETE DO MINISTRO	70
5.1. Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares	71
5.2. Assessoria Especial de Comunicação Social - AESCOM	73
5.3. Assessoria Especial de Assuntos Internacionais - AESINT	73
5.4. Assessoria de Participação Social e Diversidade - ASPAD	75
5.5. Ouvidoria	75
5.6. Comissão de Ética CE/MPOR	85
6. SECRETARIAS FINALÍSTICAS	90
Secretaria Nacional de Portos	91
Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação	116
Secretaria Nacional de Aviação Civil	124

Mensagem do Ministro

Os resultados de políticas públicas de infraestrutura não costumam aparecer em curto prazo. Especialmente aqueles derivados de medidas estruturantes e inovadoras. São de longa maturação, pois construídos com os cuidados necessários, equilibrando a busca pelos benefícios ao cidadão, a agregação de valor para os setores econômicos envolvidos, os princípios de integridade e legalidade e a necessidade ao interesse público. E, como regra geral, não são soluções emergenciais. Utilizam muito planejamento, análises, estudos, diálogos, em busca do melhor resultado possível e em cumprimento às metas de Governo.

Assim, temos a satisfação de entregar este Relatório de Gestão do ano de 2025, no qual mostramos que as ações realizadas pelas várias equipes do Ministério de Portos e Aeroportos passaram a ser percebidas em poucos meses, desde as etapas de planejamento. Embora contando com equipes reduzidas, todas demonstraram mais uma vez sua capacidade de realização, com entregas concretas, com credibilidade, eficiência, segurança jurídica e estabilidade regulatória.

Não falo apenas dos recordes que obtivemos em 2025 no transporte de carga nos portos brasileiros (1,4 bilhão de toneladas) e no transporte aéreo (129,6 milhões de passageiros), mas dos investimentos públicos e privados contratados no ano e que projetam crescimento e novos recordes no futuro.

Fizemos em 2025, oito leilões portuários e incluímos 13 aeroportos no exitoso modelo de concessões, o maior do mundo. Entre os leilões realizados no ano, tivemos a concretização de um sonho de quase 100 anos: a construção do primeiro túnel imerso da América Latina, ligando as cidades de Santos e Guarujá, no litoral paulista. Com 1,5 quilômetro de extensão total (870 metros imersos), reduzindo o tempo de travessia para cerca de dois minutos, a obra está orçada em R\$ 6,8 bilhões em uma parceria do Governo Federal com o governo paulista.

Outro destaque nos leilões portuários foi a concessão do canal de acesso ao Porto de Paranaguá,

o primeiro da história, mostrando que a inovação também é diretriz para o setor portuário. Com investimentos previstos que totalizam R\$ 1,2 bilhão, essa concessão dará maior eficiência à operação portuária, melhorando a logística e tornando nossos produtos ainda mais competitivos no mercado internacional. A inovação traz maior previsibilidade ao mercado e segurança aos usuários e permite a atracagem de navios maiores, já que o calado vai ser ampliado para 15,5 metros.

Quando ao setor aeroportuário, a ampliação do número de aeroportos no modelo de concessões também é outra situação exemplar da atuação de nossos servidores. A solução foi construída com o aval do Tribunal de Contas da União e está garantindo investimentos em aeroportos regionais e estratégicos, porém ainda deficitários. Foram 13 aeroportos leiloados em 2025, ampliando o número de aeroportos sob concessão para 72, passo importante para o necessário fortalecimento da aviação regional.

Conseguimos também mais avanços importantes nos acordos para reequilibrar os contratos de concessão dos aeroportos internacionais do Galeão e Brasília, além de aperfeiçoar regimentos que estimulam novos empreendimentos, como o Programa Investe + Aeroportos, que amplia o prazo de contratos com terceiros além do prazo vigente de concessão. Já é possível ver no sítio aeroportuário de algumas cidades novos negócios como hotéis, shoppings, salas de espetáculo, escolas e armazéns maiores de logística e de manutenção de aeronaves.

No campo da navegação, tivemos avanços na regulamentação do BR do Mar, programa criado para estimular a cabotagem e que ganhou uma contrapartida inovadora. Navios sustentáveis terão prioridade no afretamento de embarcações usadas no transporte de cargas entre portos brasileiros. Chama a atenção, ainda, o volume de recursos aprovados pelo Comitê Gestor do Fundo da Marinha Mercante. Foram priorizados por meio desse Fundo em 2025 o total de R\$ 31,8 bilhões, quase R\$ 1 bilhão a mais que o recorde anterior, estabelecido em 2024. Um forte estímulo à indústria naval brasileira.

Aliás, no ano em que o Brasil recebeu a COP30, a sustentabilidade circulou por diversos projetos no MPor. Lançamos nossa Política de Sustentabilidade, com medidas direcionadas tanto ao setor público quanto à iniciativa privada, para incentivar práticas sustentáveis, promover a transparência e fortalecer a inclusão social. No âmbito público, a Agenda Anual da Política de Sustentabilidade inclui projetos, estudos e possíveis alterações regulatórias. Já para o setor privado, estabeleceu o Pacto pela Sustentabilidade, um compromisso voltado a empresas interessadas em adotar práticas ambientais, sociais e de governança (ESG). Durante a COP30, entregamos o selo de reconhecimento a 36 empresas.

Este Relatório de Gestão revela que as diretrizes e as metas estabelecidas apresentaram resultados rapidamente ao longo do ano. Sinaliza também que nossas ações de melhoria e modernização da infraestrutura de transportes do país vieram acompanhadas de potencial desenvolvimento regional e aumento da competitividade do produto nacional, que construímos soluções inovadoras com a parceria do TCU e as Agências Reguladoras, que criamos condições para fortalecimento da indústria nacional e da economia brasileira.

Onde há gente empenhada e capacitada, o resultado é certo e visível. Assim, concluo expressando meu reconhecimento e sinceros agradecimentos a toda a equipe de servidores e demais colaboradores do Ministério de Portos e Aeroportos. Parabéns a todos e vamos em frente!

Silvio Serafim Costa Filho

Ministro de Estado de Portos e Aeroportos

1

VISÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO

1.1. Identificação, missão e visão

O Ministério de Portos e Aeroportos é o órgão do Governo Federal incumbido de coordenar a organização e a elaboração da política nacional de transportes aquaviário e aeroviário. Suas competências foram definidas pela Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

São áreas de competência do Ministério de Portos e Aeroportos, segundo o art. 41 da Seção XXIV da Lei nº 14.600/2023:

- I. política nacional de transportes aquaviário e aeroviário;
- II. marinha mercante e vias navegáveis;
- III. formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento do setor de portos e de instalações portuárias marítimos, fluviais e lacustres e execução e avaliação de medidas, de programas e de projetos de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura e da superestrutura dos portos e das instalações portuárias marítimos, fluviais e lacustres;
- IV. formulação, coordenação e supervisão das políticas nacionais do setor de portos e de instalações portuárias marítimos, fluviais e lacustres;
- V. participação no planejamento estratégico, no estabelecimento de diretrizes para sua implementação e na definição das prioridades dos programas de investimentos em transportes aquaviário e aeroviário, em articulação com o Ministério dos Transportes;
- VI. elaboração ou aprovação dos planos de outorgas, na forma prevista em legislação específica;
- VII. estabelecimento de diretrizes para a representação do País em organismos internacionais e em convenções, em acordos e em tratados relativos às suas competências;
- VIII. desenvolvimento da infraestrutura e da superestrutura aquaviária dos portos e das instalações portuárias marítimos, fluviais e lacustres em seu âmbito de competência, com a finalidade de promover a segurança e a eficiência do transporte aquaviário de cargas e de passageiros; e
- IX. aviação civil e infraestruturas aeroportuária e de aeronáutica civil, em articulação, no que cou-

ber, com o Ministério da Defesa.
As competências atribuídas ao Ministério no caput do artigo 41 compreendem:

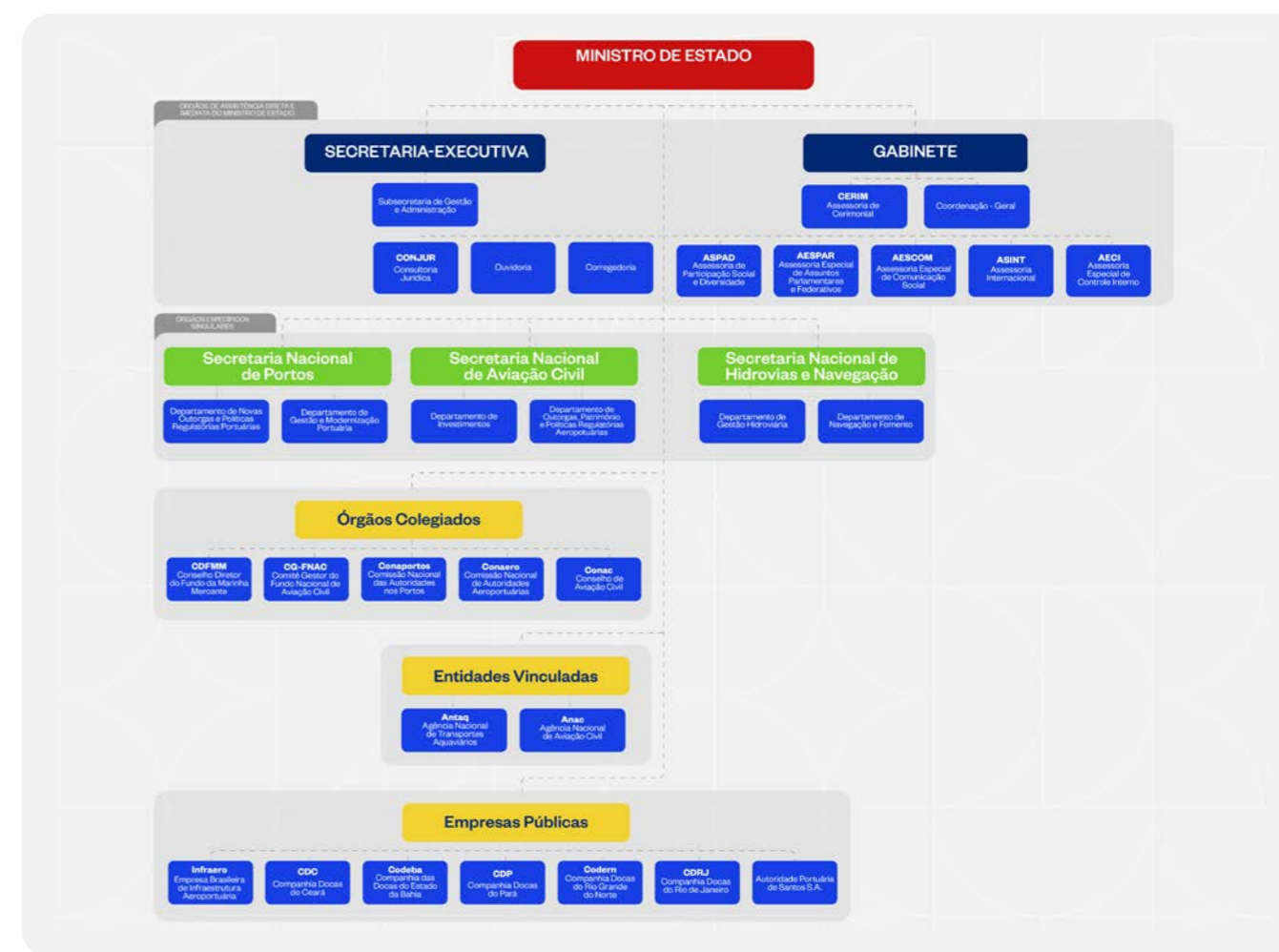
- I. a formulação, a coordenação e a supervisão das políticas nacionais;
- II. a formulação e a supervisão da execução da política referente ao Fundo da Marinha Mercante, destinado à renovação, à recuperação e à ampliação da frota mercante nacional, em articulação com o Ministério da Fazenda;
- III. o estabelecimento de diretrizes para afretamento de embarcações estrangeiras por empresas brasileiras de navegação e para liberação do transporte de cargas prescritas;
- IV. a elaboração de estudos e projeções relativos aos assuntos de aviação civil e de infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil e relativos à logística do transporte aéreo e do transporte intermodal e multimodal, ao longo de eixos e fluxos de produção, em articulação com o Ministério dos Transportes e os demais órgãos governamentais competentes, com atenção às exigências de mobilidade urbana e de acessibilidade;
- V. a declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação, de supressão vegetal ou de instituição de servidão administrativa, dos bens necessários à construção, à manutenção e à expansão da infraestrutura em transportes, na forma prevista em legislação específica;
- VI. a coordenação dos órgãos e das entidades do sistema de aviação civil, em articulação, no que couber, com o Ministério da Defesa;
- VII. a transferência para os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios da implantação, da administração, da operação, da manutenção e da exploração da infraestrutura integrante do Sistema Federal de Viação, excluídos os órgãos, os serviços, as instalações e as demais estruturas necessárias à operação regular e segura da navegação aérea;
- VIII. a atribuição da infraestrutura aeroportuária; e
- IX. a aprovação dos planos de zoneamento civil e militar dos aeródromos públicos de uso compartilhado, em conjunto com o Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa.

Os pilares que sustentam a identidade organizacional do MPOR e orientam a conduta de seus servidores e colaboradores são:

- **Missão:** Conectar o Brasil por meio de infraestruturas e serviços portuários, aeroviários, hidroviários e de navegação, de forma integrada e sustentável.

- **Visão:** Ser o principal hub logístico da América Latina e Central, conectando o Brasil ao mundo.
- **Valores:** Respeito à vida; Responsabilidade socioambiental e climática; Compromisso com o desenvolvimento socioeconômico sustentável; Transparência; Equidade; Integridade.

1.2. Estrutura Organizacional



1.3. Estrutura de Governança



O modelo de governança interna do MPOR está estruturado em uma rede de colegiados, tendo o Comitê Ministerial de Governança (CMG) como sua principal instância, regulamentado pela Portaria MPOR nº 515, de 25 de outubro de 2024.

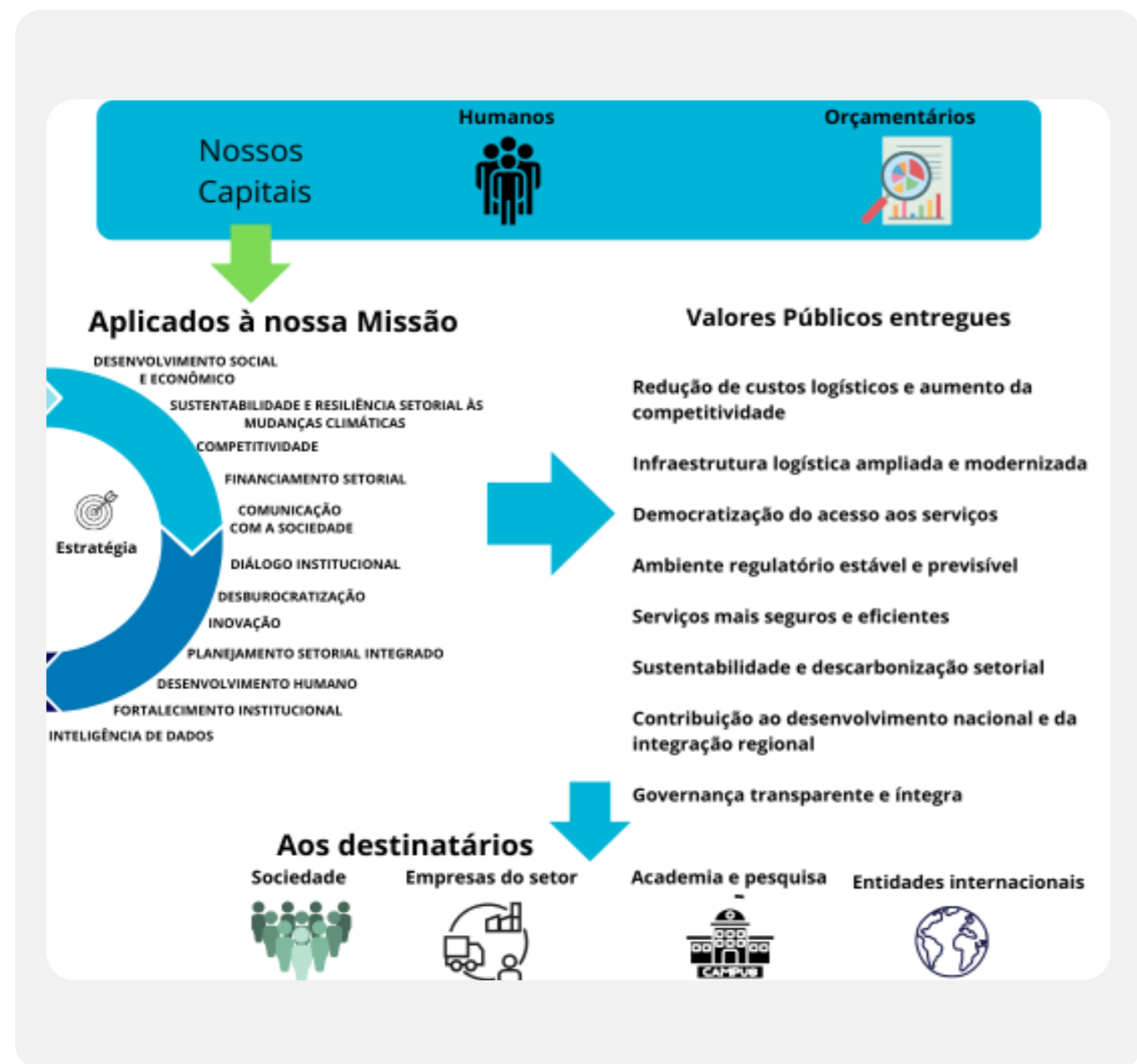
Vinculados ao CMG, a estrutura de governança comporta ainda outros três Comitês Temáticos de Apoio à Governança, responsáveis pela definição de políticas e diretrizes de temáticas transversais, como:

1. Governança digital e segurança da informação;

2. Integridade e transparência;
3. Governança de Dados, Gestão da Informação e Gestão do Conhecimento.

1.4. Modelo de negócio

O modelo de negócio tem como propósito a representação do processo de transformação dos insumos do ministério em resultados a partir da execução de seus macroprocessos, visando ao atingimento de seus objetivos estratégicos e à entrega de valor à sociedade.



1.5. Cadeia de Valor

A Cadeia de Valor do Ministério de Portos e Aeroportos encontra-se em fase de elaboração com previsão de entrega em março de 2026. A imagem a seguir apresenta a versão preliminar atualmente em desenvolvimento.

1.6. Políticas e Programas do MPOR

- 1.6.1. Políticas
 - 1.6.1.1. Política Nacional de Transportes – PNT

A Política Nacional de Transportes (PNT), instituída por meio da Portaria nº 235, de 28 de março de 2018, além dos princípios, objetivos e diretrizes para o transporte nacional, estabeleceu os instrumentos para sua implementação. Entre esses instrumentos está o Planejamento Integrado de Transportes (PIT).

O Planejamento Integrado de Transportes (PIT), instituído pelo Decreto nº 12.022, de 16 de maio de

2024, é um conjunto contínuo e evolutivo de planos voltados para orientar as decisões sobre o futuro do sistema de transportes do país, renovados em ciclos de quatro anos. Com um olhar de longo prazo, o PIT busca contribuir para que as intervenções no setor estejam alinhadas aos objetivos nacionais, por meio de instrumentos baseados em dados e construídos por visões diversas. O conjunto de planos do PIT, dessa forma, é constituído de três etapas de planejamento, onde em cada uma delas são produzidos seus respectivos planos, em diferentes níveis de abordagem: o PNL é o plano de nível estratégico, enquanto os Planos Setoriais e os Planos Gerais são planos de nível tático.

O presente ciclo é o primeiro regido pelo Decreto nº 12.022, de 2024 e terá seus produtos produzidos entre 2024 e 2027, de acordo com os prazos do próprio decreto. Para tornar isso possível, o decreto também estabeleceu duas instâncias de governança: o Comitê de Governança do PIT (CGPIT), responsável por definir diretrizes e supervisionar a execução dos planos, e o Comitê Técnico do PIT (CTPIT), responsável por contribuir com soluções técnicas para os desafios identificados. Esses

comitês reúnem representantes do Ministério dos Transportes, Ministério de Portos e Aeroportos, Casa Civil da Presidência da República e Ministério do Planejamento e Orçamento, garantindo a participação ativa dos principais tomadores de decisão do setor. Essa nova governança instituída fortalece a articulação entre os ministérios, aumenta o enraizamento do PIT na gestão pública e assegura que o planejamento seja fundamentado no conhecimento técnico e na visão de futuro de cada órgão.

É importante pontuar que o ciclo atual é o segundo do PIT, já que o último ciclo do planejamento de transportes (2020-2023), teve início com a publicação da Portaria nº 123, de 21 de agosto de 2020, do então Ministério da Infraestrutura. Esse marco normativo deu o pontapé inicial a essa visão de um planejamento integrado que produzisse de maneira embasada um horizonte para o futuro do sistema de transportes. Durante esse ciclo, foram produzidos o Plano Nacional de Logística (PNL 2035), de nível estratégico, e os Planos Setoriais, de nível tático.

Saiba mais: Link: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/PIT/PIT>



1.6.1.2. Política de Sustentabilidade

A Política de Sustentabilidade é um conjunto de medidas para implementar práticas de sustentabilidade, governança e responsabilidade social nos setores de portos, aeroportos e transportes aquaviários. Seu objetivo é garantir que as infraestruturas logísticas atendam suas finalidades com respeito ao meio ambiente, à dignidade humana, à continuidade da prestação do serviço e ao interesse público. A proposta busca incentivar práticas sustentáveis, promover a transparência e fortalecer a inclusão social.

No âmbito público, será elaborada a Agenda Anual

da Política de Sustentabilidade, que incluirá projetos, estudos e possíveis alterações regulatórias. Já para o setor privado, a implementação da política será viabilizada por meio do Pacto pela Sustentabilidade, um compromisso voltado a empresas interessadas em adotar práticas ambientais, sociais e de governança (ESG).

Saiba mais: <https://www.gov.br/portos-e-aeroportos/pt-br/sustentabilidade/governo-federal-lanca-politica-inedita-para-estimular-sustentabilidade-em-portos-aeroportos-e-hidrovias>.

1.6.2. Programas

1.6.2.1. Programa Navegue Simples



O Programa Navegue Simples, instituído pelo Decreto nº 12.078, de 25 de junho de 2024, tem como objetivo principal a modernização e simplificação dos processos de outorga portuária no Brasil. Além disso, tem os seguintes objetivos:

- **Redução de prazos e custos:** Agilizar e desburocratizar o processo de outorgas portuárias, tornando-o mais rápido e econômico.
- **Eficiência nas políticas públicas:** Melhorar a gestão dos contratos e reduzir a carga regulatória.
- **Sustentabilidade socioambiental:** Integrar aspectos ambientais, como a mitigação das mudanças climáticas e alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.
- **Inovação e competitividade:** Estimular a inovação no setor portuário e aumentar a competitividade do mercado.

O Programa Navegue Simples possui ciclos quadriennais, com foco na revisão de normativas, otimização de procedimentos administrativos e na implementação de ações prioritárias, como a reformulação de processos para concessões e ar-

rendamentos.

Link: <https://www.gov.br/portos-e-aeroportos/pt-br/assuntos/transporte-aquaviario/navegue-simples-2>

1.6.2.2. Caravanas da Inovação Portuária



O programa Caravanas da Inovação Portuária é uma iniciativa itinerante organizada pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR) em parceria com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e o Hub de Inovação Brasil Export.

Entre os principais objetivos estão o desenvolvimento e a disseminação da cultura da inovação, o fomento à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação (PD&I) e o fortalecimento institucional dos portos públicos brasileiros, contribuindo para melhorias operacionais, econômicas, sociais e ambientais no setor portuário.

Link: <https://www.gov.br/portos-e-aeroportos/pt-br/caravanas-da-inovacao-portuaria>

2

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

2.1. Estratégia

A estratégia do Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR) para o ciclo 2025-2028, instituída pela Portaria nº 343, de 02 de junho de 2025, reflete o compromisso da instituição com o desenvolvimento da infraestrutura nacional e a geração de valor para a sociedade brasileira.

Consubstanciada no Plano Estratégico Institucional (PEI), sua formulação foi fruto de um processo participativo com o envolvimento de diversos atores externos, dirigentes e corpo técnico, garantindo o alinhamento entre as políticas públicas de transporte e as demandas reais do setor.

Para viabilizar a gestão dessa estratégia, o MPOR adotou a metodologia do Balanced ScoreCard (BSC). Essa escolha permite uma visão integrada do desempenho, conectando as capacidades internas aos resultados finalísticos por meio de relações de causa e efeito. A estrutura estratégica está organizada em três perspectivas fundamentais:

- **Processos Internos:** que representam as ca-

pacidades, competências e recursos institucionais necessários para a atuação estratégica. Foca no fortalecimento institucional, desenvolvimento humano e inteligência de dados, garantindo a base necessária para a excelência na gestão.

- **Foco de Atuação:** que compreendem os processos críticos que devem ser priorizados para viabilizar a entrega de valor público. Direciona os esforços para a desburocratização, inovação e planejamento integrado, visando a eficiência do ambiente de negócios.
- **Resultados para a Sociedade:** que expressam os impactos esperados junto à sociedade e às principais partes interessadas do setor. Focado no desenvolvimento socioeconômico, sustentabilidade, competitividade e financiamento do setor.

O Mapa Estratégico 2025-2028 sintetiza visualmente esse direcionamento, servindo como guia para que cada ação administrativa contribua diretamente para um transporte mais eficiente, seguro e sustentável.



2.1.1 Objetivos Estratégicos

O Mapa Estratégico do MPOR desdobra-se em 3 perspectivas e 12 objetivos estratégicos, organizados para que a gestão pública seja orientada por resultados mensuráveis e sustentáveis.

2.1.1.1. Perspectiva de Resultados para a Sociedade

Esta dimensão representa o valor público gerado pelo Ministério, focando no impacto final das políticas de transporte para o país e possui 4 temas:

- **Desenvolvimento social e econômico:** tem o objetivo de promover a conectividade internacional, nacional e regional por meio da ampliação da infraestrutura e da democratização do acesso aos serviços.
- **Sustentabilidade e resiliência setorial às mudanças climáticas:** tem o objetivo de fomentar a sustentabilidade por meio de iniciativas que promovam a resiliência, a transição energética e a descarbonização dos setores.
- **Competitividade:** tem o objetivo de fortalecer a capacidade competitiva nacional por meio da adequação das infraestruturas e serviços para atender as demandas comerciais do país.
- **Financiamento setorial:** tem o objetivo de impulsionar o crescimento sustentável dos setores por meio da ampliação e facilitação do acesso às linhas de crédito e aos fundos de investimento.

2.1.1.2. Perspectiva de Foco de Atuação

A perspectiva de foco de atuação, refere-se aos processos críticos e às frentes de trabalho onde o ministério concentra sua energia para viabilizar os resultados esperados e é composta por 5 temas:

- **Comunicação com a sociedade:** tem o objetivo de fortalecer a conexão com a sociedade por meio de uma comunicação eficiente e inclusiva.
- **Diálogo institucional:** tem o objetivo de fortalecer a articulação institucional do ministério com atores nacionais e internacionais dos setores.
- **Desburocratização:** tem o objetivo de promov-

er a desburocratização e a segurança jurídica, gerando maior eficiência e estabilidade no ambiente de negócios.

- **Inovação:** tem o objetivo de impulsionar a adoção de soluções criativas e efetivas na formulação e na gestão de políticas públicas.
- **Planejamento setorial integrado:** tem o objetivo de contribuir para a otimização da matriz de transportes, com foco na aviação regional, na navegação interior e na cabotagem.

2.1.1.3. Perspectiva de Processos Internos

A Perspectiva de Processos Internos constitui a base de suporte da estratégia, focando nos recursos que a organização necessita para entregar os resultados esperados e é composta por 3 temas:

- **Desenvolvimento humano:** tem o objetivo de promover a excelência da instituição por meio do desenvolvimento contínuo de competências e lideranças.
- **Desenvolvimento institucional:** tem o objetivo de aumentar a eficiência dos processos internos por meio de boas práticas de governança e gestão.
- **Inteligência de dados:** tem o objetivo de garantir decisões estratégicas efetivas por meio de uma atuação baseada em evidências.

2.2. Apoio da estrutura de governança à capacidade de gerar valor

O MPOR irá implementar em 2026, após a conclusão do desdobramento da estratégia em suas áreas internas, um modelo de monitoramento e avaliação da estratégia que permita a efetiva gestão dos resultados e o desempenho institucional, de modo que a alta administração, bem como todo o órgão possam avaliar o resultado das ações desenvolvidas, qualificando as decisões e permitindo correções de rumo mais assertivas.

Em 2025, foi implementado o **Painel de Acompanhamento de Projetos** do Ministério de Portos e Aeroportos, com o propósito de ampliar a visibilidade, o controle gerencial e o acompanhamento sistemático das iniciativas estratégicas do órgão,

incluindo os projetos vinculados à carteira do Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC). A ferramenta permite acompanhar status, prazos, responsáveis, entregas, indicadores de

desempenho e a execução orçamentária e financeira, apoiando decisões baseadas em evidências e fortalecendo a governança dos investimentos públicos.



Ainda em 2025, com vistas a apoiar a alta administração, foi instituído o **Boletim Ministerial**, publicação periódica que reúne informações estratégicas, dados consolidados e análises relevantes sobre os setores portuário, hidroviário e aeroportuário. O Boletim fornece subsídios técnicos para o aprimoramento das políticas públicas e o planejamento institucional, além de reduzir assimetrias de informação, aumentar a previsibilidade e reforçar a segurança institucional. Em conjunto, essas iniciativas contribuem para maior transparência, eficiência e qualificação da gestão pública.



2.3. Resultados e desempenho da gestão

2.3.1 Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e às prioridades da gestão.

Os resultados alcançados pelo Ministério de Portos e Aeroportos no exercício contribuem de forma direta para o cumprimento das perspectivas e objetivos estabelecidos em seu Planejamento Estratégico. Nesse sentido, apresentam-se a seguir os principais resultados organizados por Perspectiva Estratégica.

2.3.1.1. Perspectiva: Resultados à Sociedade

Na perspectiva Resultados à Sociedade, o Ministério de Portos e Aeroportos avançou na ampliação e modernização da infraestrutura, fortalecendo a conectividade e o desenvolvimento social e econômico. Também promoveu iniciativas voltadas à sustentabilidade e à resiliência climáti-

ca, à melhoria da competitividade dos setores e à ampliação do acesso a mecanismos de financiamento, impulsionando investimentos e contribuindo para o crescimento sustentável das áreas por-

tuária, aeroportuária e hidroviária.

2.3.1.1.1. REIDI (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura)



O programa do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) avança investimentos físicos.

- **Eficiência:** Aprovação de **14 processos** de habilitação ao regime.
- **Alavancagem Econômica:** Os projetos aprovados somam **R\$ 10,87 bilhões** em investimentos vinculados.
- **Impacto Fiscal:** O benefício fiscal total concedido foi de **R\$ 688 milhões**, demonstrando alta eficiência na relação custo-benefício (renúncia fiscal versus investimento gerado).
- **Transparência:** Lançamento de página dedicada à transparência dos processos de REIDI aprovados no âmbito deste Ministério, contendo a apresentação do programa de benefícios, beneficiários que podem aderir ao programa, formas de realizar o requerimento e painel

(dashboard) de pedidos aprovados, mostrando os valores investidos e empresas beneficiadas.

O conteúdo encontra-se disponível no site eletrônico do Ministério, acessível através do link: https://www.gov.br/portos-e-aeroportos/pt-br/assuntos/incentivos-1/regime_especial_reidi

2.3.1.1.2. Debêntures incentivadas e de Infraestrutura (Portaria nº 419, de 29 de agosto de 2024)

A atuação do Ministério de Portos e Aeroportos resultou na mobilização direta de capital privado para o setor de transportes, garantindo *fundings* para obras estruturantes.

- **Projetos Enquadrados:** Foram enquadrados 13 projetos prioritários, sendo 6 no setor aeroportuário e 7 no portuário.

quadrados, contendo informações acerca das normativas aplicáveis, destinatários do benefício, formas requerimento e painel de pedidos enquadrados, com 4 seções normativas e 2 painéis de dados abertos (dashboards) para controle social, assegurando a transparência da informação.

O conteúdo encontra-se disponível no site eletrônico do Ministério, acessível pelo link: <https://www.gov.br/portos-e-aeroportos/pt-br/assuntos/incentivos-1/Debentures>

- **Volume Financeiro:** As autorizações de emissões totalizaram R\$ 5,9 bilhões para aeroportos e R\$ 2,4 bilhões para portos.
- **Inovação Regulatória (Portaria nº 708/2025):** A alteração da norma modernizou os procedimentos de enquadramento, permitindo expressamente a reemissão de debêntures para reembolso de gastos ou refinanciamento de dívidas, conferindo maior flexibilidade financeira às concessionárias.
- **Transparência:** Lançamento de nova página dedicada aos pedidos de Debêntures en-



2.3.1.1.3. Seguros e Garantias (Governança de riscos)

Frente ao aumento da exposição a riscos climáticos e operacionais, o MPOR liderou iniciativas para reduzir lacunas de cobertura securitária e aumentar a segurança jurídica.

- **Guia Prático:** Lançamento na COP30, em Belém (PA), do "Guia Prático de Seguros e Capitalização para Contratos de Concessões e PPPs", em parceria com a SEPPI/PPI e a CNseg, que orienta

contratadas e contratantes de seguros, com especial atenção às relações após eventos climáticos extremos. A missão central do Guia é apoiar gestores públicos e operadores do setor na escolha de soluções de seguros mais adequadas aos diferentes tipos de projetos. O guia também pretende ampliar a compreensão sobre o papel dos seguros nos contratos, evitando que o instrumento seja lembrado apenas quando precisa ser acionado.

- **Diagnóstico de Mercado:** Lançamento do estudo 'Diagnóstico – seguros em terminais autorizados' sobre Terminais de Uso Privado (TUP), em parceria com a Associação de Terminais Portuários Privados (ATP). O trabalho mapeia gargalos de precificação e cobertura, analisando desafios regulatórios, operacionais e climáticos para subsidiar a formulação de políticas públicas.

Articulação com o setor financeiro: Criação de Task Force específica para Portos e Aeroportos no âmbito do GRI (*Global Reporting Initiative*), alinhando o setor a padrões globais de alocação de riscos. A iniciativa visa aprofundar o diálogo entre concessionários de aeroportos, seguradoras e o setor público para identificar desafios práticos na cobertura de riscos e propor soluções.

Assuntos econômicos

SEGUROS

Publicações realizadas em parceria com a Secretaria Especial do PPI – SEPEPI, Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização – Cnseg; e com a Associação de Terminais Portuários Privados – ATP. São instrumentos balizadores do setor que orientam a contratação e execução de seguros para garantir previsibilidade e eficácia.

Política de Sustentabilidade

- Diagnóstico de Seguros nos Terminais de Uso Privado (TUP) em colaboração com ATP
- Criação TaskForce Seguros para Portos e Aeroportos no GRI
- Guia Prático de Seguros e Capitalização para Contratos de Concessões e PPPs

Seguro catástrofe: Participação do MPor, no Grupo de Trabalho criado pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), do Ministério da Fazenda (Portaria Susep nº 8.432, de 4 de setembro de 2025). O grupo tem o objetivo de discutir e propor aperfeiçoamento regulatório relacionado a seguros catástrofe. A iniciativa visa construir alternativas capazes de pensar o seguro como um aliado do poder público na prevenção e mitigação de danos com relação às catástrofes climáticas.

2.3.1.1.4. Política de Sustentabilidade

No âmbito do planejamento nacional, destacam-se os desdobramentos do Plano Clima — em seus eixos de Mitigação e Adaptação — e da Taxonomia Sustentável Brasileira, instrumentos estruturantes publicados ao final de 2025, que consolidam as diretrizes federais para redução das emissões de gases de efeito estufa, aumento da resiliência climática e orientação de investimentos sustentáveis, em consonância com os compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris.

Sustentabilidade

Política de Sustentabilidade

Setor Público

- Elaboração de Agenda Anual de Sustentabilidade
- Comitê de Descarbonização do Transporte Marítimo
- Planos Clima Mitigação e Adaptação (setor Transporte)
- Taxonomia Sustentável Brasileira (guia para investimentos)
- Acordos internacionais: Noruega, Singapura, China, Bélgica
- Navegue Simples – Licenciamento Ambiental – Norma de Dragagem

Além do alinhamento institucional, o MPOR participou tecnicamente de discussões e contribuições no âmbito de grupos de trabalho e instâncias de construção das abordagens setoriais relacionadas aos setores de portos, aeroportos e navegação, assegurando que as especificidades da infraestrutura de transportes fossem consideradas na formulação dos instrumentos nacionais.

2.3.1.1.5. Plano Clima – Mitigação

O Plano Clima de Mitigação, publicado ao final de 2025, orienta a implementação de ações setoriais voltadas à redução das emissões de gases de efeito estufa, com foco na transição energética, eficiência energética, combustíveis de baixo carbono e transformação estrutural dos setores de infraestrutura e transportes.

O Ministério contribuiu tecnicamente para a incorporação das perspectivas dos setores portuário, aeroportuário e de navegação nas discussões setoriais, promovendo a integração de temas como:

- descarbonização das operações portuárias, hidroviárias e aeroportuárias;
- uso de combustíveis sustentáveis, como SAF, hidrogênio de baixo carbono e seus derivados;
- estruturação de corredores verdes e infraestrutura logística de baixo carbono;
- incorporação de critérios climáticos em políticas públicas, projetos e instrumentos normativos do MPor.

2.3.1.1.6. Plano Clima – Adaptação

O Plano Clima de Adaptação, igualmente publicado ao final de 2025, estabelece diretrizes para aumentar a resiliência de infraestruturas críticas frente aos impactos climáticos, como eventos extremos, elevação do nível do mar e alterações no regime hidrológico.

No contexto das discussões setoriais, atuou-se na interlocução técnica para que as vulnerabilidades e riscos associados às infraestruturas portuárias, aeroportuárias e hidroviárias fossem considerados, especialmente quanto a:

- integração de riscos climáticos ao planejamento e ao licenciamento ambiental;
- fortalecimento da resiliência operacional das infraestruturas de transporte; promoção de soluções baseadas na natureza e de infraestrutura resiliente;
- articulação entre adaptação climática, segurança operacional e continuidade dos serviços logísticos.

2.3.1.1.7. Taxonomia Sustentável Brasileira

A Taxonomia Sustentável Brasileira, também publicada ao final de 2025, constitui instrumento estratégico para orientar fluxos financeiros, investi-

mentos e políticas públicas em direção a atividades econômicas alinhadas à sustentabilidade ambiental e climática.

Diálogo direto com esse instrumento ao:

- apoiar a estruturação de projetos de infraestrutura de transportes compatíveis com critérios de sustentabilidade;
- contribuir para a transparência e rastreabilidade de ações de descarbonização nos setores portuário, aeroportuário e hidroviário;
- reforçar a integração entre planejamento climático, política setorial e financiamento sustentável.

Sustentabilidade

Política de Sustentabilidade

Setor Privado

- Pacto pela Sustentabilidade, um compromisso do setor pela adoção de práticas ESG
- Entrega de selos de reconhecimento a

36 empresas
durante a COP30, pelas medidas adotadas

Sustentabilidade

COP30

- Inventário nacional de emissões do setor de transportes
- Portaria de **Embarcações Sustentáveis**
- Lançamento do **IDA-Navegação** (Índice de Desempenho Ambiental da Navegação)
- Plano Nacional de **Descarbonização de Portos**
- Plano Nacional de **Descarbonização da Navegação**

Sustentabilidade

Diagnóstico de Sustentabilidade*
MPor e ATP*

- R\$ 1,2 bilhão** Investidos pelo setor em 2023 e 2024
- 11 milhões** de brasileiros impactados
- 120 mil** empregos diretos gerados

DIAGNÓSTICO DE SUSTENTABILIDADE
PORTUÁRIO - NAVEGAÇÃO - AEROPORTUÁRIO

ATP
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E SUSTENTABILIDADE



Combustível Sustentável de Aviação - SAF

Ações:

- Proposta de decreto para regulamentação do ProBioQAV.
- Após aprovação da norma, as agências reguladoras, Anac e ANP, também publicarão suas respectivas resoluções.
- Instrumentos de políticas públicas para incentivar: produção e aquisição de SAF, adaptação da infraestrutura de distribuição e comercialização em aeroportos, tributação da produção, distribuição e comercialização de SAF.
- Expectativa de oferta de SAF nos Aeroportos de São José dos Campos e Salvador.

A Lei do Combustível do Futuro (Lei nº 14.993/24) criou o Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação (ProBioQAV), que tem o objetivo de fomentar a indústria do SAF e estipulou que as companhias aéreas deverão reduzir suas emissões em 1% em 2027 e ampliar a redução progressivamente até 10% em 2037.

2.3.1.2. Perspectiva - Foco de Atuação

2.3.1.2.1. Programa Navegue Simples



Programa Navegue Simples

Programa estratégico permanente dedicado a medidas de desburocratização, inovação e simplificação das outorgas portuárias

- Reduzir a burocracia e simplificar
- Melhorar a eficiência da política de outorgas
- Promover e fomentar a inovação no setor portuário

O programa é implementado sob a supervisão do Comitê Técnico Interinstitucional, instituído pela Portaria nº 441, de dezenove de setembro de 2024, e por Grupos de Trabalho que são criados para tratar de temas distintos e conta com a participação ativa do setor privado e de grupos técnicos especializados.

Em 2025, foram criados seis Grupos de Trabalho listados a seguir:

- GT1 - Simplificação e desburocratização de processos críticos MPOR e Antaq para GT2 - Terminais Privados
- GT3 - Licenciamento ambiental de instalações portuárias privadas fora do porto organizado
- GT4 - Destinação de terrenos e espaços físicos em águas públicas da União para portos e instalações portuárias
- GT5 - Simplificação e desburocratização de processos de arrendamento de áreas em Portos Organizados
- GT6 - Mitigação e adaptação à mudança do clima - Portos (concluído e encerrado)
- GT7 - Inovação no ambiente portuário

O Grupo de Trabalho - Mitigação e adaptação à mudança do clima, cumpriu seu objetivo e concluiu seus trabalhos. Os demais Grupos de Trabalho continuarão em atividade no ano de 2026.

No ano de 2025 o Programa Navegue Simples se consolidou como um importante instrumento de articulação e fomento de Política Pública no setor portuário.

2.3.1.2.2. Caravanas da Inovação Portuária



Caravanas da Inovação Portuária

6 Caravanas realizadas:

- Recife - FEVEREIRO/2025
- Fortaleza - SETEMBRO/2025
- Salvador - MAIO/2025
- Rio de Janeiro - OUTUBRO/2025
- São Luís - JUNHO/2025
- Santos - DEZEMBRO/2025

- Disseminou a cultura da inovação no setor
- Compartilhou experiências e boas práticas
- Conectou a inovação portuária à Indústria, startups e serviços
- Sensibilizou sobre a necessidade de criar política de inovação para o setor portuário

2.3.1.2.3 Diálogo Institucional

No ano de 2025 foram firmados importantes MOUs e ACTs ampliando o diálogo institucional do MPOR e parceiros estratégicos, com destaque:

Memorando de Entendimento entre o MPOR e a Universidade de Aviação Civil da China: tem o propósito de estabelecer as bases para ações de cooperação em pesquisa e desenvolvimento de Combustível Sustentável de Aviação (Sustainable Aviation Fuel - SAF) entre o MPOR e a CAFUC.

Memorando de Entendimento entre o MPOR e o Ministério do Clima e Meio Ambiente da Noruega: para cooperação e colaboração na aceleração conjunta da descarbonização do setor marítimo, trabalhando com governos estaduais e locais, autoridades reguladoras, portos, agentes do setor,

institutos de pesquisa, instituições financeiras e instituições de ensino superior para promover o uso de combustíveis de baixo ou zero carbono e infraestrutura de abastecimento no Brasil e na Noruega.

Acordo de Cooperação entre a União, por Inter-médio do Ministério de Portos e Aeroportos, a Confederação Nacional Do Transporte (CNT), o Serviço Social (SEST) do Transporte e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEN-AT): para a execução de ações voltadas à orientação profissional, promoção da segurança, saúde, qualidade de vida e cidadania dos trabalhadores portuários, bem como à conscientização sobre o enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes — no âmbito dos Programas "Saúde nos Portos" e "Proteção" —, além da cooperação entre os partícipes para a organização de espaços e a realização de eventos durante a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), e da realização de estudos e ações técnicas sobre regulação, governança e emissões atmosféricas no setor hidroviário.

Destaca-se, também, a participação da DSust, representando o MPOR, no Grupo de Trabalho da Resolução nº 10/2024 do **Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)**, instância estratégica do Governo Federal encarregada de orientar os rumos da política energética brasileira. Cabe ao Conselho estabelecer diretrizes e prioridades para o setor de energia, articulando decisões que envolvem desde a expansão da oferta até a segurança energética e a transição para fontes mais limpas.

Esse grupo foi dividido em Subgrupos de Trabalho, com papéis distintos, incluindo: mercado de GLP; mercado de combustíveis de aviação; Combustíveis Sustentáveis de Aviação (SAF); mercado de combustíveis aquaviários e outros focos relacionados à produção e adoção de combustíveis de baixo carbono.

O Ministério de Portos e Aeroportos, por meio da Diretoria de Sustentabilidade (DSust), tem participado ativamente dos Grupos de Trabalho instituídos no âmbito do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), contribuindo tecnicamente para a

formulação de diretrizes relacionadas à transição energética e aos mercados de combustíveis estratégicos para o país.

No contexto da Resolução CNPE nº 10/2024, a DSust atua nas deliberações, considerando os impactos logísticos, regulatórios e de infraestrutura associados aos setores portuário e aeroportuário. Essa atuação integrada reforça o papel institucional do Ministério na interface entre política energética e infraestrutura de transporte, garantindo que as decisões estratégicas do CNPE incorporem as dimensões técnicas, logísticas e ambientais dos setores portuário e aeroportuário.

2.3.1.2.4. Plano Nacional de Logística (PNL) 2050

No primeiro semestre de 2025, foram concentrados esforços na macroetapa da obtenção e validação de insumos necessários para as simulações realizadas no plano, com destaque para

as matrizes origem-destino (O/D) de cargas, disponibilizadas à sociedade e ao setor produtivo para contribuições. Os dados foram submetidos à consulta pública realizada entre abril e maio. Em sequência, a formação do diagnóstico também foi pautada pela participação social, incluindo cinco consultas tratando dos corredores estratégicos e indicadores como os socioambientais e climáticos.

Como resultado, foi apresentada, em 18 de dezembro de 2025, a Avaliação Estratégica do PNL 2050. O documento consolida uma proposta de diagnóstico do atual sistema de transportes do país, resultado de trabalho desenvolvido ao longo de 2025 e construído a partir de contribuições do setor privado, da sociedade civil organizada e de agendas técnicas realizadas em todas as regiões do país.

2.3.1.3. Perspectiva – Processos Internos
2.3.1.3.1. Capacitação



Encontros Regionais - PNL 2050

Mapa: número de participantes presentes por região



642

participantes nos 10 eventos realizados nas 5 regiões do país

+ de 2 mil

visualizações via Youtube

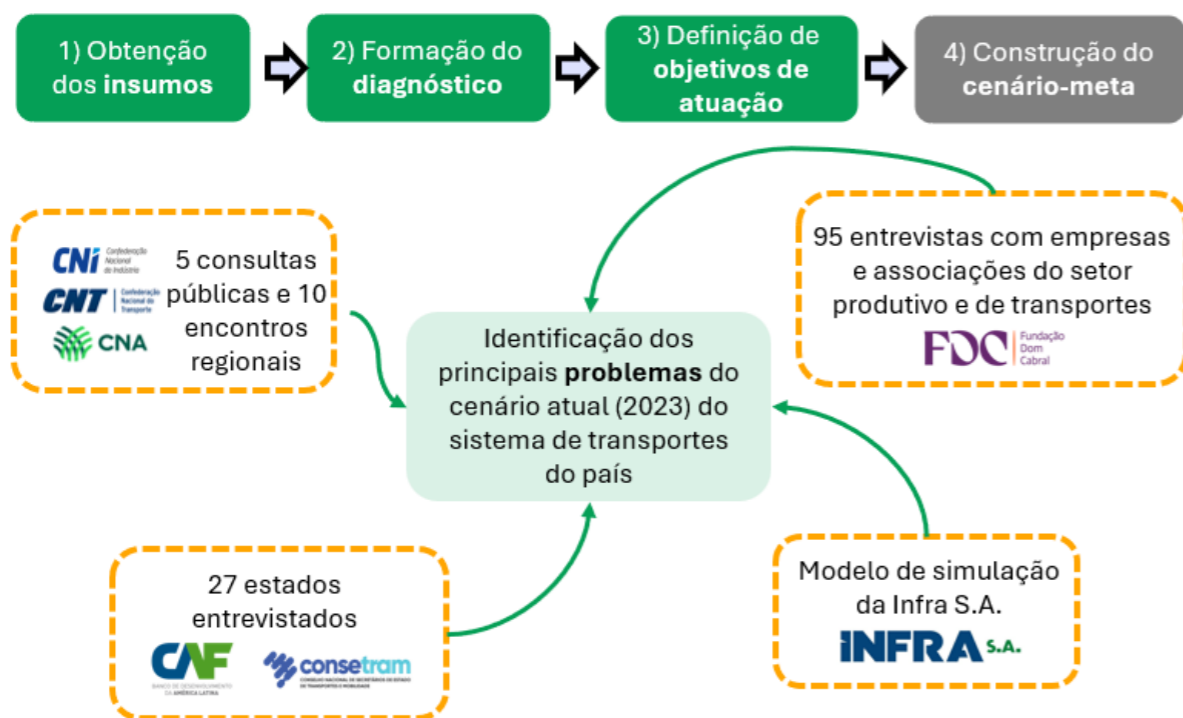
1º Ciclo: Matriz OD

- 1º - Curitiba/PR (02/04)
- 2ª - Cuiabá/MT (16/04)
- 3ª - São Paulo/SP (22/04)
- 4º - Manaus/AM (03/06)
- 5º - Recife/PE (09/06)

2º Ciclo: Diagnóstico

- 6º - Rio de Janeiro/RJ (13/05)
- 7º - Salvador/BA (20/05)
- 8º - Belém/PA (26/05)
- 9º - Campo Grande/MS (03/06)
- 10º - Porto Alegre/RS (09/06)

Avaliação Estratégica do PNL 2050: esquematização das macroetapas



O Ministério promoveu a qualificação de aproximadamente 268 servidores, representando um aumento significativo em relação ao exercício anterior, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP) e das normativas internas. Ao todo, foram realizadas cerca de 44 iniciativas, entre capacitações, treinamentos e eventos, incluindo ações em parceria com o Ministério da Gestão e Inovação em

Serviços Públicos, voltadas ao desenvolvimento e aprimoramento de competências.

A estratégia adotada também incluiu a diversificação das fontes de conhecimento, com a contratação de cursos de outras instituições, como a ENAP, e a participação em capacitações no exterior. Destaca-se ainda a ampliação da concessão da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso

(GECC), que tem se mostrado vantajosa ao valorizar competências internas e fortalecer a política de desenvolvimento de pessoas. Esses resultados evidenciam o compromisso institucional com a qualificação contínua dos servidores e o fortalecimento das capacidades essenciais à excelência na gestão pública.

2.3.1.3.2. Saúde e qualidade de vida no trabalho

No que se refere ao eixo de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho, destaca-se que as ações desenvolvidas estão alinhadas com os princípios e diretrizes estabelecidos pela legislação federal, notadamente a Lei nº 14.681, de 18 de setembro de 2023, que institui a Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho, e o Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009.

As ações foram planejadas e executadas de forma contínua ao longo do ano de 2025, abrangendo diversas dimensões do bem-estar do servidor: saúde mental, saúde física, diversidade, inclusão e responsabilidade social. As iniciativas ocorreram nos meses de março, abril, maio, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro, alinhadas às campanhas previstas no calendário oficial do governo federal.

Em relação aos exames médicos periódicos, a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas realizou dois chamamentos no âmbito do Ministério, nos meses

de janeiro e junho de 2025. Essas ações tiveram como objetivo reforçar a importância da prevenção e do cuidado com a saúde dos agentes públicos, em conformidade com as diretrizes da Política de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho.

Por meio de uma programação contínua, diversa e alinhada às diretrizes da legislação federal, a unidade conseguiu ampliar o engajamento dos servidores, fortalecer a cultura de prevenção, promover ambientes de trabalho mais inclusivos e estimular práticas de bem-estar físico, mental e social.

2.3.1.4. Resultados das principais áreas de atuação da UPC

2.3.1.4.1. Gestão orçamentária e financeira

A Lei Orçamentária Anual de 2025 (LOA 2025), Lei nº 15.121, de 10 de abril de 2025, consignou à Administração Direta do Ministério de Portos e Aeroportos e aos Fundos sob sua gestão (Fundo da Marinha Mercante - FMM e Fundo Nacional da Aviação Civil - FNAC) dotação orçamentária das despesas discricionárias, no valor inicial de R\$ 1.826.615 mil.

As alterações orçamentárias efetuadas durante o exercício financeiro, incluindo aquelas realizadas pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF, resultaram no cancelamento de R\$ 505.598 mil, o que redimensionou a dotação orçamentária do Ministério de Portos e Aeroportos para o valor de R\$ 1.321.017 mil. Em abril de 2025, com a publicação do Decreto nº

R\$ Mil

Resultado Primário	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Diferença
0	1.377.371	4.844.819	3.467.448
1	36.685	56.115	19.430
2	85.127	72.241	12.886
3	1.706.188	1.230.206	475.982
6	5.300	5.300	-
7	30.000	13.271	16.729
Total Geral	3.240.672	6.221.652	2.980.980
Total Despesas Discricionárias*	1.826.615	1.321.017	505.598

*exclui as Despesas Financeiras classificadas como RP 0, dentre as principais constam a Reserva de Contingência do FNAC e os valores do Órgão 74904 - Recursos sob Supervisão do Fundo da Marinha Mercante/FMM-Portos, e, também as Despesas Obrigatórias (RP1).

12.448, de 30 de abril de 2025, foram estabelecidos os limites de movimentação e empenho (LME) das dotações orçamentárias aprovadas no exercício de 2025.

Ao longo do exercício e, com base nas informações constantes dos relatórios de avaliação de receitas e despesas de que trata o art. 69 da Lei Nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024 – LDO 2025, foi identificada pelo Governo Federal a necessidade de realizar bloqueio de despesas discricionárias (RP 2, RP 3 e RP 7) para cumprimento dos limites individualizados estabelecidos na Lei Complementar

- LC nº 200/2023, bem como para o cumprimento da meta de resultado primário definida na LDO 2025.

Nesse sentido, e em atenção às orientações dos Decretos de Programação Orçamentária e Financeira publicados em 2025, foram realizados pelo Ministério de Portos e Aeroportos os bloqueios de dotações orçamentárias discricionárias (RPs 2, RP 3 e RP 7), conforme valores de "Contenção Conjuga", informados abaixo:

Conforme demonstrado na tabela acima, ao lon-

R\$ Mil

Decreto 2025	Dotação	Limites de Movimentação e Empenho	Contenção Conjuga	% Contenção/ Dotação
Decreto nº 12.448, de 30 de abril de 2025	1.826.615	1.826.615		
Decreto nº 12.477, de 30 de maio de 2025	1.791.315	1.030.428	796.187	44,4%
Decreto nº 12.566, de 30 de julho de 2025	1.791.315	1.558.482	268.133	15,0%
Decreto nº 12.637, de 30 de setembro de 2025	1.762.100	1.442.885	354.515	20,1%
Decreto nº 12.763, de 28 de novembro de 2025	1.638.245	1.388.071	285.474	17,4%

go do exercício, houve variação significativa dos bloqueios orçamentários que incidiram sobre as despesas do MPOR, em virtude da oscilação das estimativas de receitas apontadas pelos relatórios bimestrais de receitas e despesas.

Do total da dotação atualizada no final de dezembro/2025, referente às despesas obrigatórias e discricionárias, no valor de 1.377.133 mil, indicamos abaixo as principais ações orçamentárias em cada programa de governo alocado no MPOR em volume de recursos orçamentários:

Programa 3105: Portos e Transporte Aquaviário (Total R\$ 782.496 mil)

Ação 20LN – Operação de Terminais Hidroviários, no valor total de **R\$ 204.592 mil;**

Programa 0909: Operações Especiais - Outros Encargos Especiais (Total R\$ 216.135 mil)

Ação OE45 – Participação da União no Capital da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, no valor de **R\$ 109.744 mil;**

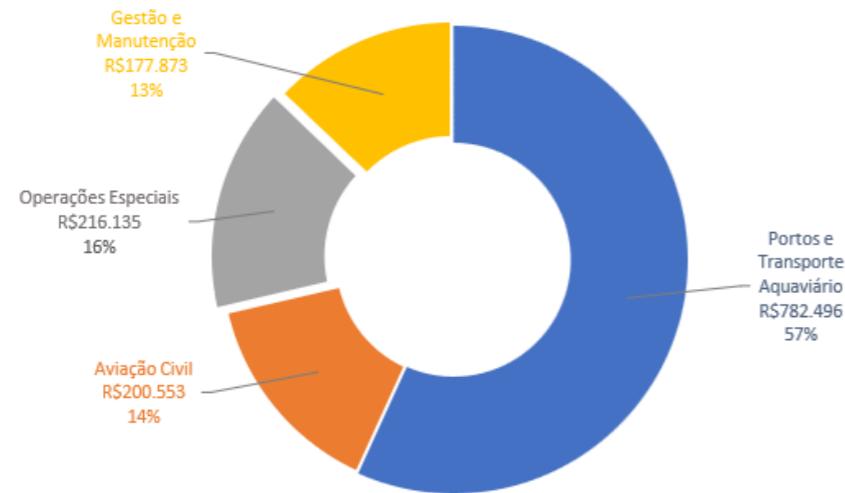
Programa 3104: Aviação Civil (Total R\$ 200.553 mil)

Ação 14UB – Reforma e Reparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, no valor de **R\$ 58.232 mil;**

Programa 0032: Gestão e Manutenção do Poder Executivo (Total R\$ 177.873 mil)

Ação: 2000 – Administração da Unidade, no valor de **R\$ 58.427 mil.**

Orçamento Consolidado por Programa 2025*
(valores em R\$ Mil)



*Excluir os valores de RPO referentes às Despesas Financeiras

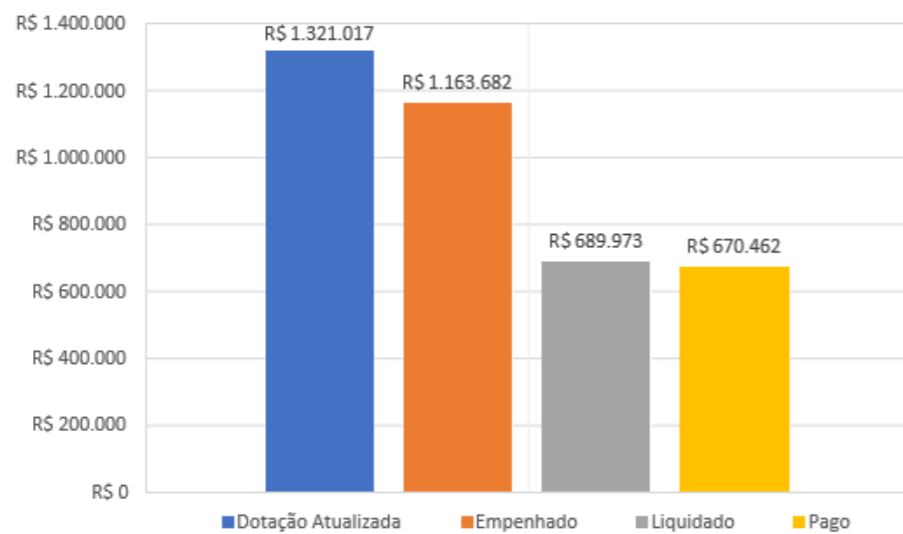
Fonte: Tesouro Gerencial

Base de dados: dez/2025

Execução Orçamentária e Financeira

As despesas discricionárias do MPOR (RPs 2, 3, 6 e 7) somaram R\$ 1.321.017 mil de dotação atualiza-

da, sendo que R\$ 1.163.682 mil foram empenhados, R\$ 689.973 mil, liquidados, e R\$ 670.462 mil, pagos.



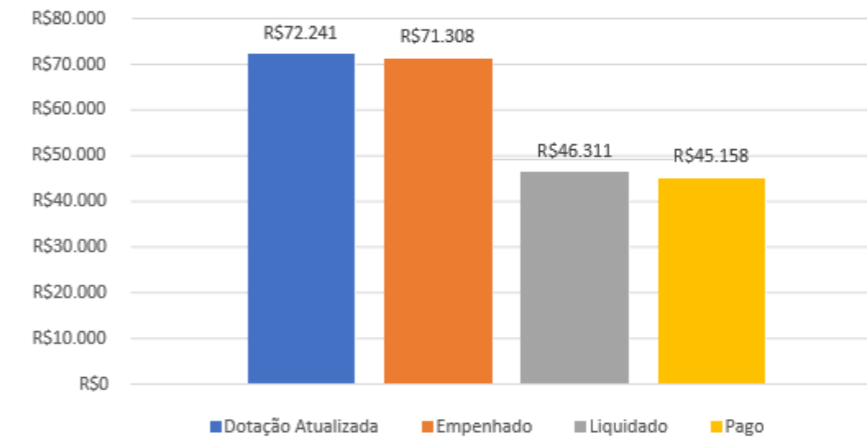
Fonte: Tesouro Gerencial

Base de dados: dez/2025

Para melhor demonstração da performance orçamentária, apresentaremos, a seguir, represen-

tações gráficas da execução orçamentária e financeira por resultado primário.

Despesas Discricionárias – Demais Ações – RP2
(valores em R\$ Mil)



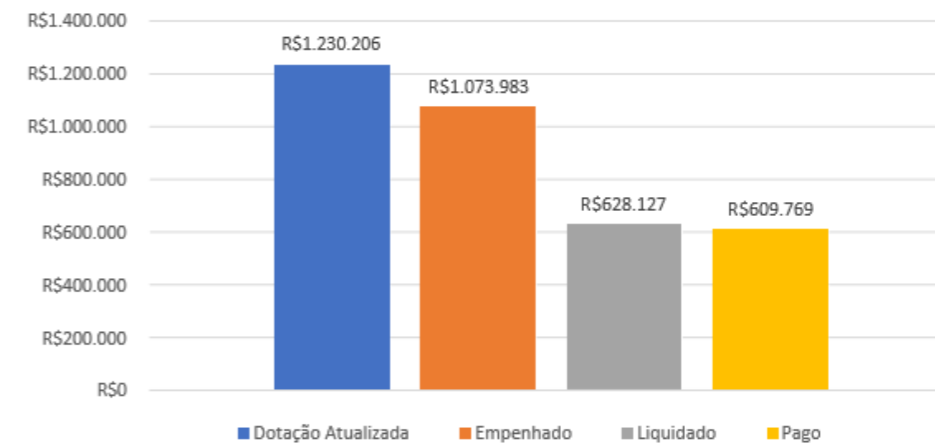
Fonte: Tesouro Gerencial

Base de dados: dez/2025

As dotações orçamentárias das Demais Ações (RP2) somaram **R\$ 72.241 mil**, tendo sido empenhado o valor de **R\$ 71.308 mil**, liquidado **R\$ 46.311 mil** e pago **R\$ 45.158 mil**.

Principal ação orçamentária paga: 2000 – Administração da Unidade, no valor de **R\$ 36.702 mil**, correspondendo a 81% do total pago em RP2.

Despesas Discricionárias - PAC - RP3
(valores em R\$ Mil)



Fonte: Tesouro Gerencial

Base de dados: dez/2025

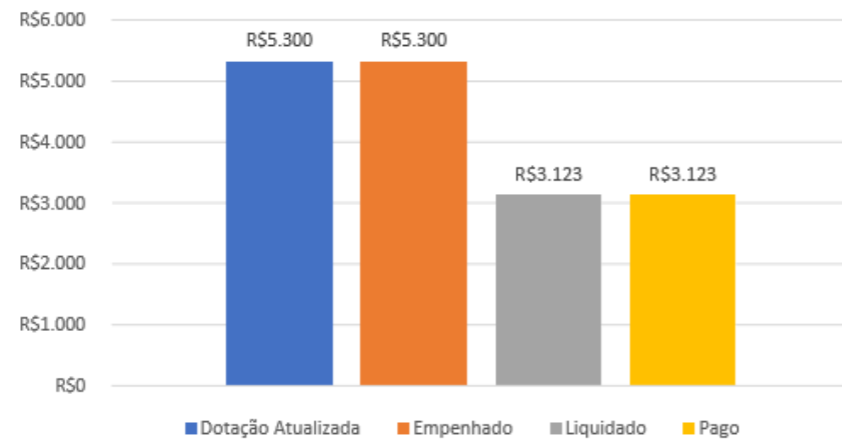
As dotações orçamentárias do Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC (RP3) somaram **R\$ 1.230.206 mil**, tendo sido empenhado

o valor de **R\$ 1.073.983 mil**, liquidado **R\$ 628.127 mil**, e pago **R\$ 609.769 mil**.

Principais ações orçamentárias pagas: 20LN – Operação de Terminais Hidroviários, no valor de **R\$ 118.754 mil** e 00V4 - Participação da União no Capital da Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Melhoria da Infraestrutura e das Operações Por-

tuárias dos Portos Administrados pela CODERN, no valor de **R\$ 60.000 mil**. Juntas consolidaram o montante de **R\$ 178.754 mil**, equivalendo a 29,3 % do total pago em RP3.

Despesas Discricionárias - Emendas Individuais RP6
(valores em R\$ Mil)



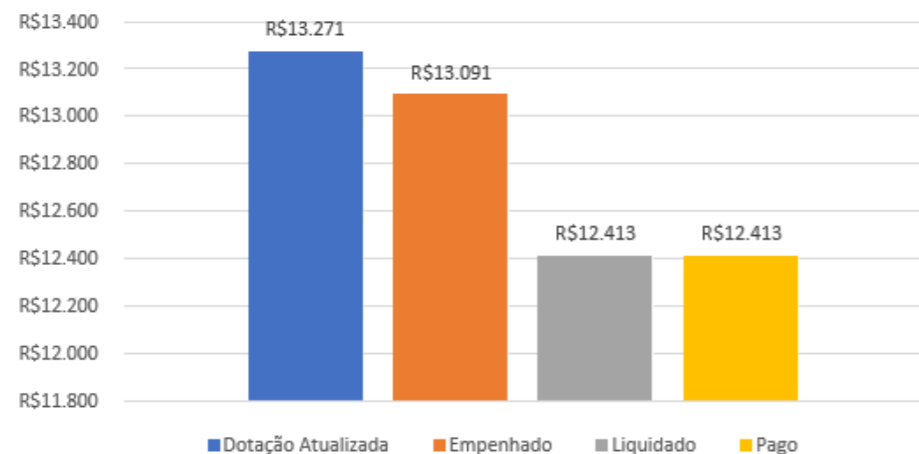
Fonte: Tesouro Gerencial

Base de dados: dez/2025

As dotações orçamentárias das Emendas Individuais (RP6) somaram **R\$ 5.300 mil** tendo sido empenhado o valor de **R\$ 5.300 mil**, liquidado o valor de **R\$ 3.123 mil** e pago **R\$ 3.123 mil**.

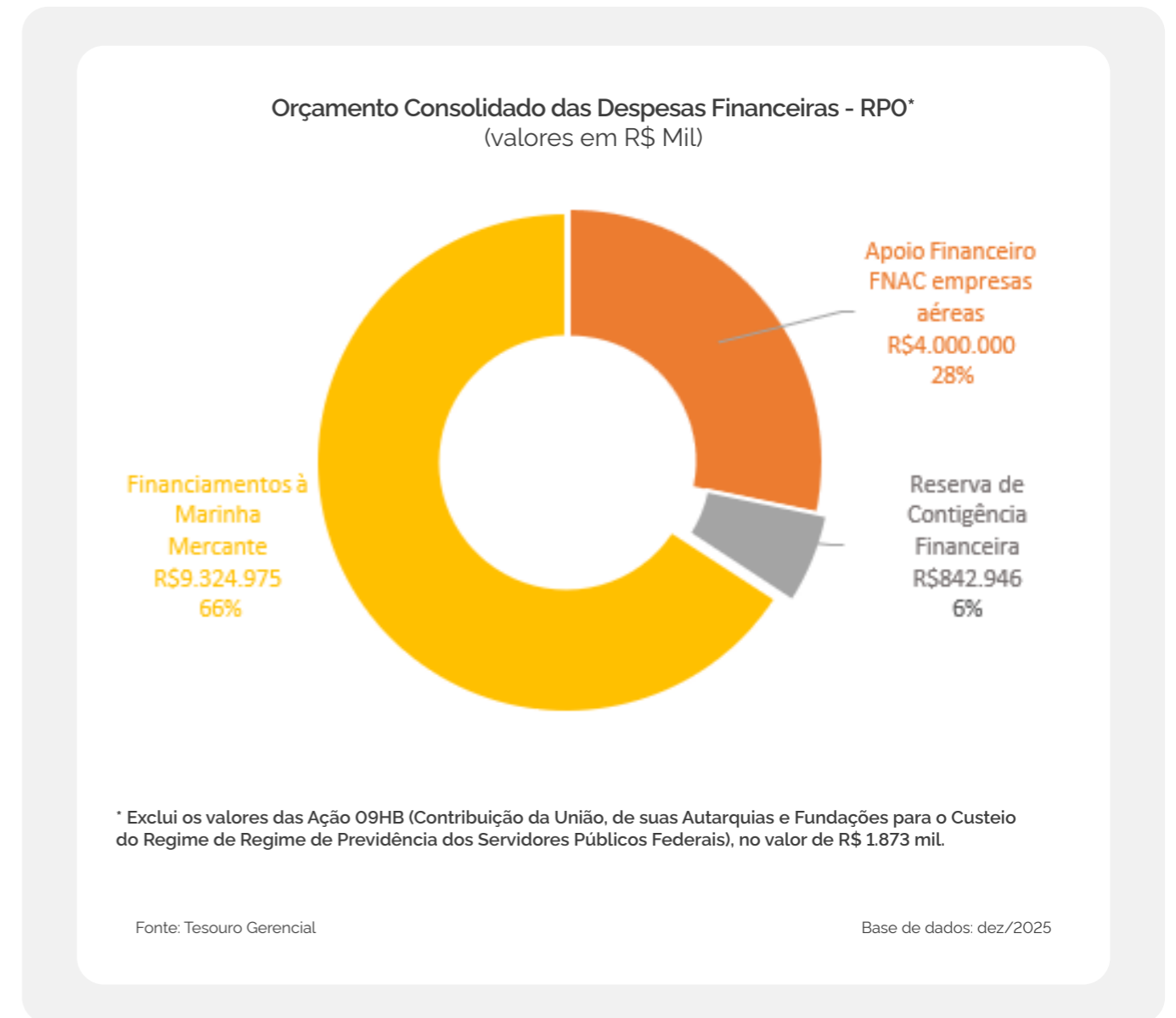
Principal ação orçamentária paga: 14UB - Reforma e Reparcelamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, constantes no PAN, de Propriedade da União, no valor de **R\$ 5.300 mil** (100%).

Despesas Discricionárias - Emendas de Bancada RP7
(valores em R\$ Mil)



Fonte: Tesouro Gerencial

Base de dados: dez/2025

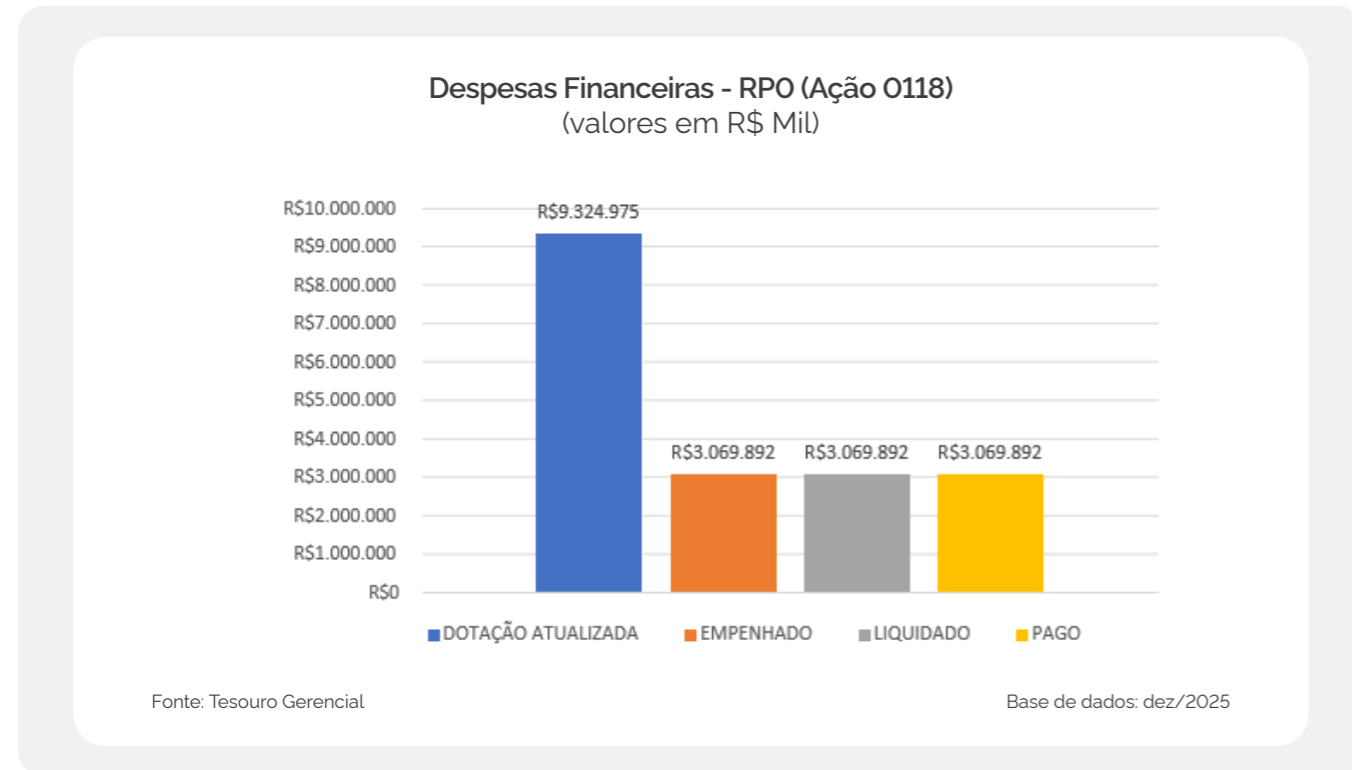


As dotações orçamentárias das Emendas de Bancada (RP 7) somaram **R\$ 13.271 mil**, tendo sido empenhado o valor de **R\$ 13.091 mil**, liquidado **R\$ 12.413 mil**, e pago **R\$ 12.413 mil**.

Principal Ação orçamentária paga: OED7 - Reforma e Reparcelamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, constantes no PAN, de Propriedade da União, no valor de **R\$ 12.413 mil** (100%).

As dotações orçamentárias referentes às despesas financeiras (RP 0) do MPOR em 2025 somaram **R\$ 14.169.793 mil**, distribuídas nas seguintes ações orçamentárias:

- OZ00: Reserva de Contingência Financeira – recursos provenientes de receitas próprias e vinculadas, inclusive doações e convênios;
- 00X8: Apoio financeiro não reembolsável mediante concessão de empréstimo a empresas prestadoras de serviços aéreos regulares no mercado brasileiro; e
- 0118: Financiamentos à Marinha Mercante e à Indústria de Construção e Reparação Naval – Nacional.



Das despesas financeiras citadas no gráfico anterior, a única que teve execução no exercício de 2025 foi a ação 0118 - Financiamentos à Marinha Mercante e à Indústria de Construção e Reparação Naval – Na-

cional, com dotação orçamentária de **R\$ 9.324.975 mil**, e empenho, liquidação e pagamento no valor de **R\$ 3.069.892 mil**.

R\$ Mil

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2025 (LOA 2025 + RAP)							
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2025				RESTOS A PAGAR			
Finalidade	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas	Inscritos e Reinscritos Líquidos	Pagos	A Pagar	Execução Financeira Total 2025
	(a)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (e) - (f)	(h) = (d) + (f)
CUSTEIO	575252	566.026	316.773	258.293	210.264	48.029	527.037
INVESTIMENTOS	530.743	393.220	150.703	329.325	129.444	199.881	280.148
INVERSÕES FINANCEIRAS	215.022	204.436	202.986	412	0	412	202.986
Total (sem Inversões Financeiras)	1.105.995	959.246	467.476	587.618	339.708	247.910	807.185
Total Geral	1.321.147	1.163.682	670.462	588.029	339.708	248.322	1.010.170

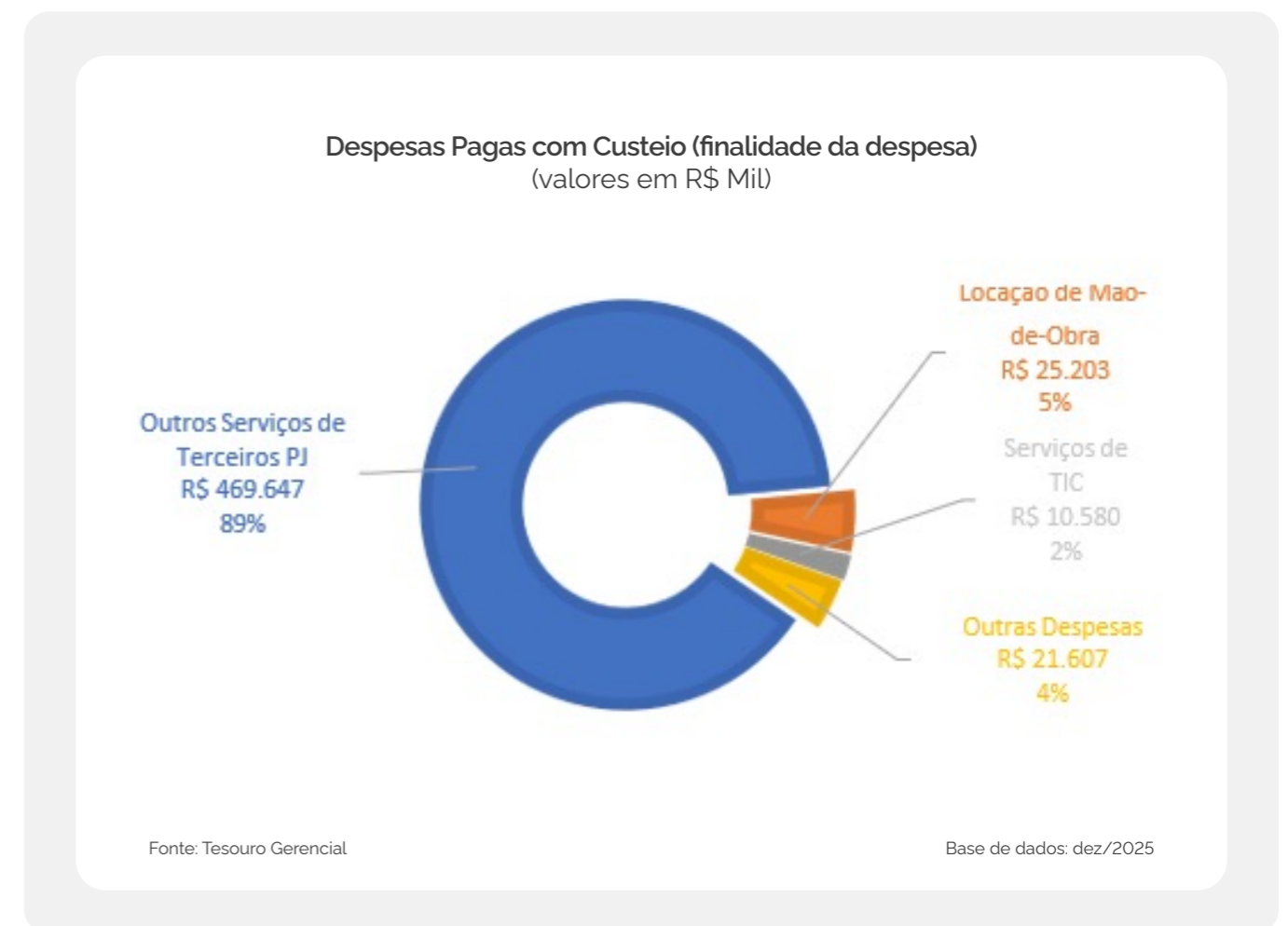
Fonte: Tesouro Gerencial

Base de Dado: dez/2025

Os pagamentos efetuados à conta da dotação Orçamentária em 2025, referente às despesas discricionárias, totalizaram R\$ 670.462 mil, o que representou uma execução de 57,61% sobre o total empenhado no exercício, na ordem de R\$ 1.163.682 mil. Os valores pagos com base em dotações de exercícios anteriores (Restos a Pagar) perfizeram a quantia de R\$ 339.708 mil, ou seja, 57,8% do estoque de restos a pagar inscritos e reinscritos líquidos. Assim, a execução financeira do exercício de 2025 atingiu a importância de R\$ 1.010.170 mil, cujo detalhamento explicitaremos nos slides a seguir.

Valores Pagos (LOA 2025 + RAP)

Os pagamentos realizados pelo MPOR (Administração Direta e Fundos), com base nas dotações orçamentárias do exercício de 2025 e dos restos a pagar, totalizaram **R\$ 1.010.170 mil**, referentes às despesas de Custeio (52% - R\$ 527.037 mil), Investimentos (28% - R\$ 280.148 mil) e Inversões Financeiras (20% - R\$ 202.986 mil). Os gráficos a seguir demonstram a distribuição dessa execução por finalidade das despesas e por ações orçamentárias:



Os pagamentos das **despesas de custeio** somaram **R\$ 527.037 mil** (52% do montante pago). Esse total foi gasto da seguinte forma: R\$ 469.647 mil (89%) com Outros Serviços de Terceiros - PJ; R\$ 25.203 mil (5%) com Locação de Mão-de-Obra; R\$ 10.580 mil (2%) com Serviços de Tecnologia e Comunicação - TIC; e R\$ 21.607 mil (4%) com out-

ras despesas. Ressalte-se que nesse último item encontram-se computadas despesas administrativas não especificadas acima, tais como indenizações e restituições, passagens e despesas com locomoção, diárias de pessoal civil, serviços de consultoria, etc.

Despesas Pagas com Custeio (ação orçamentária)
(valores em R\$ Mil)



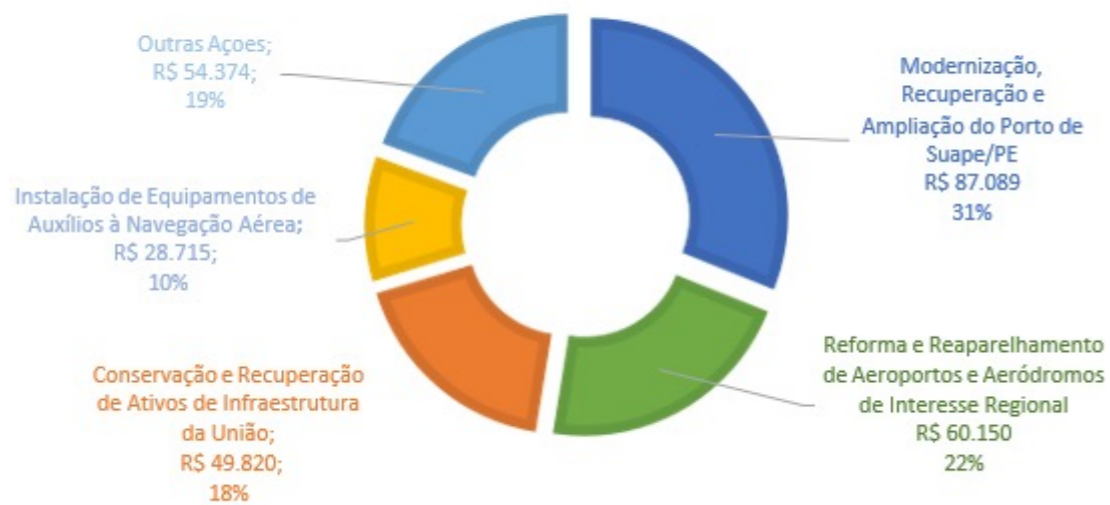
Fonte: Tesouro Gerencial

Base de dados: dez/2025

Do montante pago com Custeio, 32% (R\$ 171.133 mil) foram para a ação 219Z - Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União; 31% (R\$ 163.710 mil) para 20LN - Operação de

Terminais Hidroviários; 9% (R\$ 45.964 mil) para 20LO - Operação de Eclusas; 8% (R\$ 40.214 mil) para 2000 - Administração da Unidade; e 20% (R\$ 106.015 mil) destinado à diversas ações.

Despesas Pagas com Investimento (ação orçamentária)
(valores em R\$ Mil)



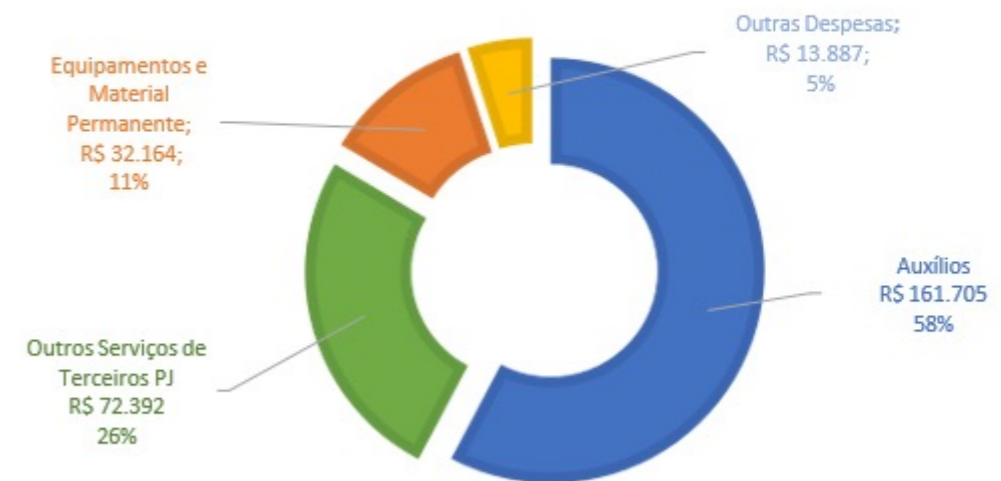
Fonte: Tesouro Gerencial

Base de dados: dez/2025

Os pagamentos das **despesas de investimentos** perfizeram o montante de **R\$ 280.148 mil**, sendo 31% desse valor (R\$ 87.089 mil) destinado à ação de Modernização, Recuperação e Ampliação do Porto de Suape/PE; 22% (R\$ 60.150 mil) com Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de

Interesse Regional; 18% (R\$ 49.820 mil) com Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União; 10% (R\$ 28.715 mil) para Instalação de Equipamentos de Auxílios à Navegação Aérea; e 19% com outras ações orçamentárias.

Despesas Pagas com Investimento (finalidade da despesa)
(valores em R\$ Mil)



Fonte: Tesouro Gerencial

Base de dados: dez/2025

Do montante pago com Investimentos, 58%, ou seja, **R\$ 161.705 mil** foram contabilizados no SI-AFI/2025 no elemento de despesa 42 - Auxílios, dada a parceria do governo federal com os entes da federação com vistas à ampliação e à modernização da infraestrutura de transporte aéreo e aquaviário do país. O restante foi pago com Outros Serviços de Terceiros (R\$ 72.392 mil; 26%), Equipamentos e Material Permanente (R\$ 32.164 mil; 11%) e despesas diversas (R\$ 13.887 mil; 5%).

Os pagamentos das despesas de inversões financeiras perfizeram o montante de R\$ 202.986 mil, sendo que todas foram pagas no elemento de despesa referente à Constituição ou Aumento de Capital de Empresas nas três ações orçamentárias citadas abaixo:

Ações Orçamentárias pagas com Inversões Financeiras:

- OE45 - Participação da União no Capital da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Adequação da Infraestrutura Aeroportuária da Aviação Regional administrados pela Infraero - **R\$ 109.845 mil** (54%).
- OOV4 - Participação da União no Capital da Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Melhoria da Infraestrutura e das Operações Portuárias dos Portos Administrados pela CODERN - **R\$ 80.728 mil** (40%).
- OED7 - Participação da União no Capital da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Adequação da Infraestrutura Aeroportuária da Aviação Regional administrados pela Infraero - No Município de Ariquemes/RO - **R\$ 12.413 mil** (6%).

Despesas Pagas com Inversões Financeiras (destinatário da ação orçamentária)
(valores em R\$ Mil)



Fonte: Tesouro Gerencial

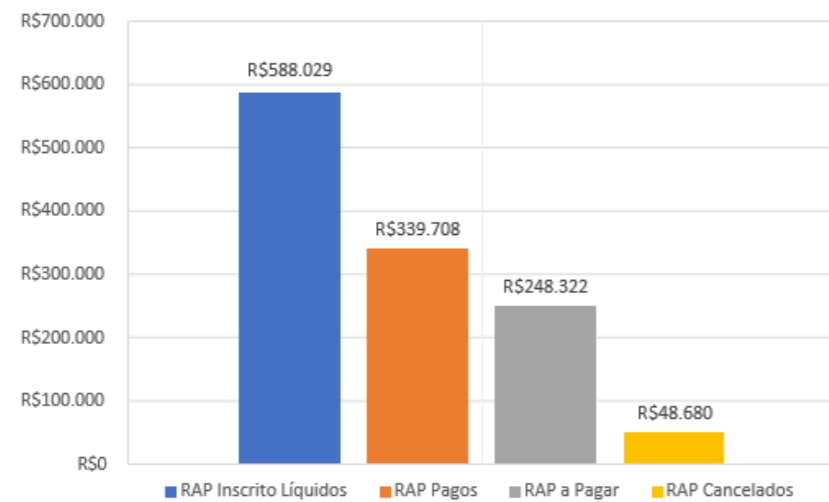
Base de dados: dez/2025

Execução dos Restos a Pagar 2025 – Despesas Discricionárias

Os Restos a Pagar do MPOR referem-se às ações da Administração Direta e dos Fundos (FMM e

FNAC). O gráfico abaixo demonstra que 57,8% dos restos a pagar inscritos e reinscritos líquidos foram pagos no exercício de 2025 no montante de **R\$ 339.708 mil**.

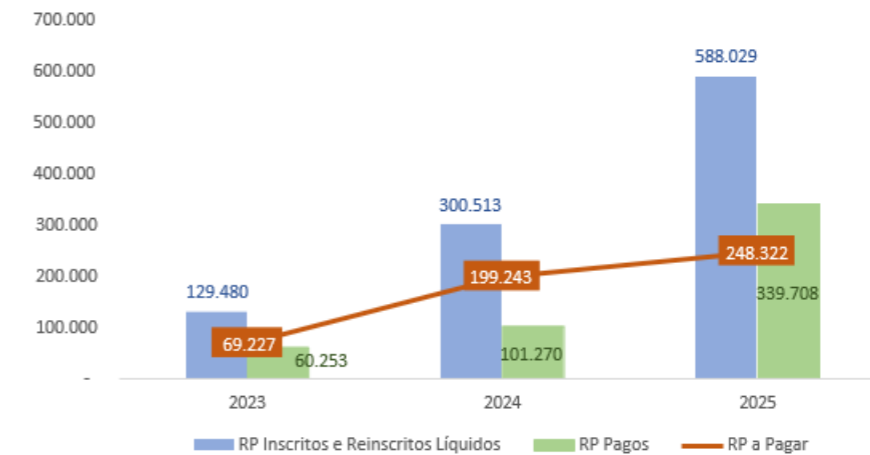
Execução dos Restos a Pagar de 2025
(valores em R\$ Mil)



Fonte: Tesouro Gerencial

Base de dados: dez/2025

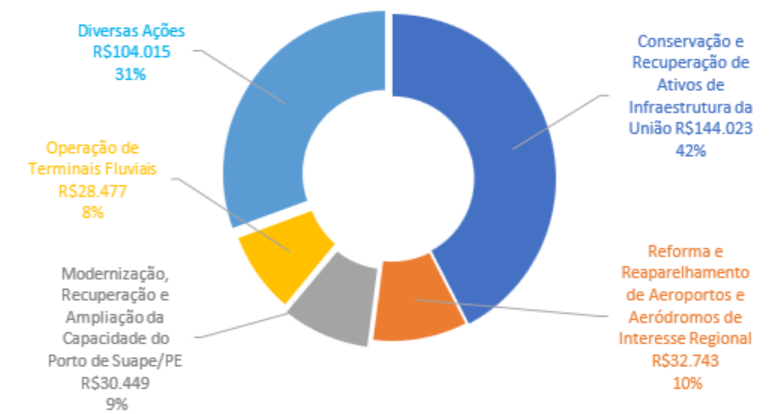
Evolução dos Restos a Pagar do MPOR de 2023 a 2025
(valores em R\$ Mil)



Cerca de 58% dos restos a pagar inscritos e reinscritos líquidos foram pagos no exercício de 2025, totalizando o montante de **R\$ 339.708 mil**. Quanto

ao percentual do saldo final de obrigações a pagar em relação ao estoque inicial, o índice aumentou 125% no período 2024- 2025.

Restos a Pagar em 2025
(valores em R\$ Mil)

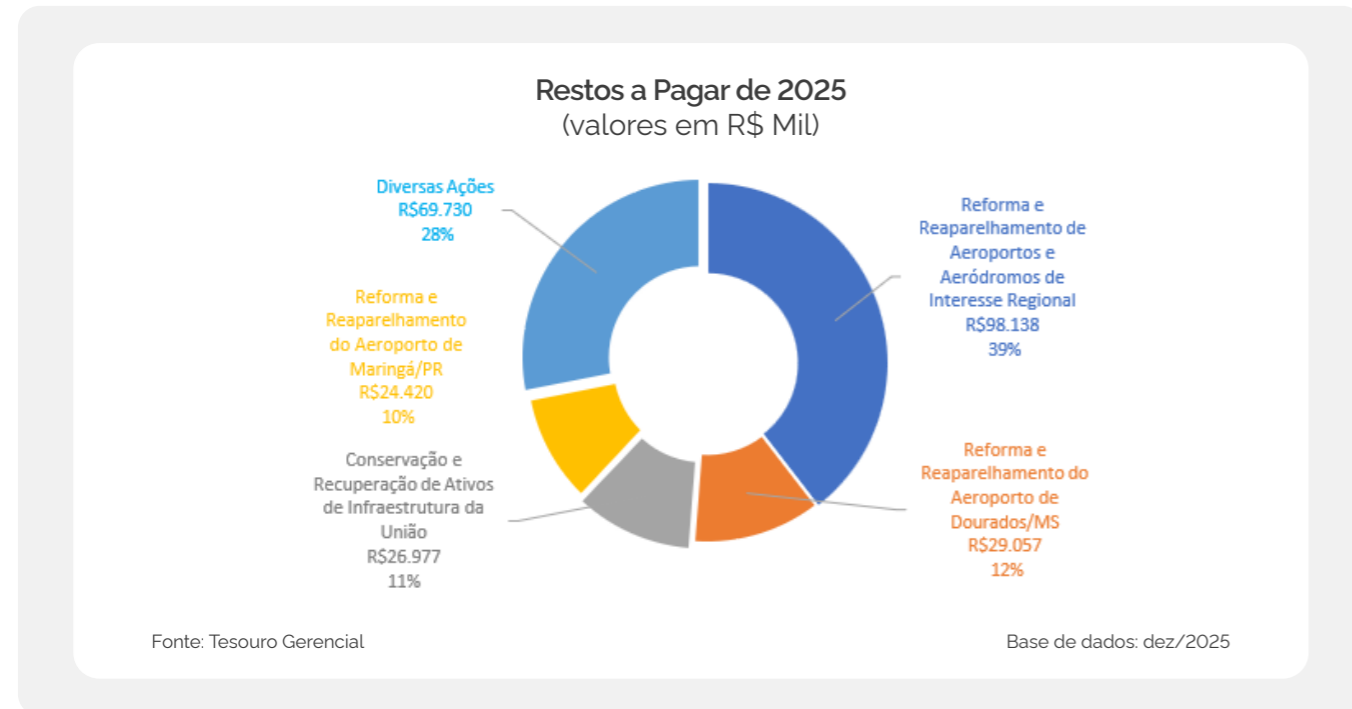


Fonte: Tesouro Gerencial

Base de dados: dez/2025

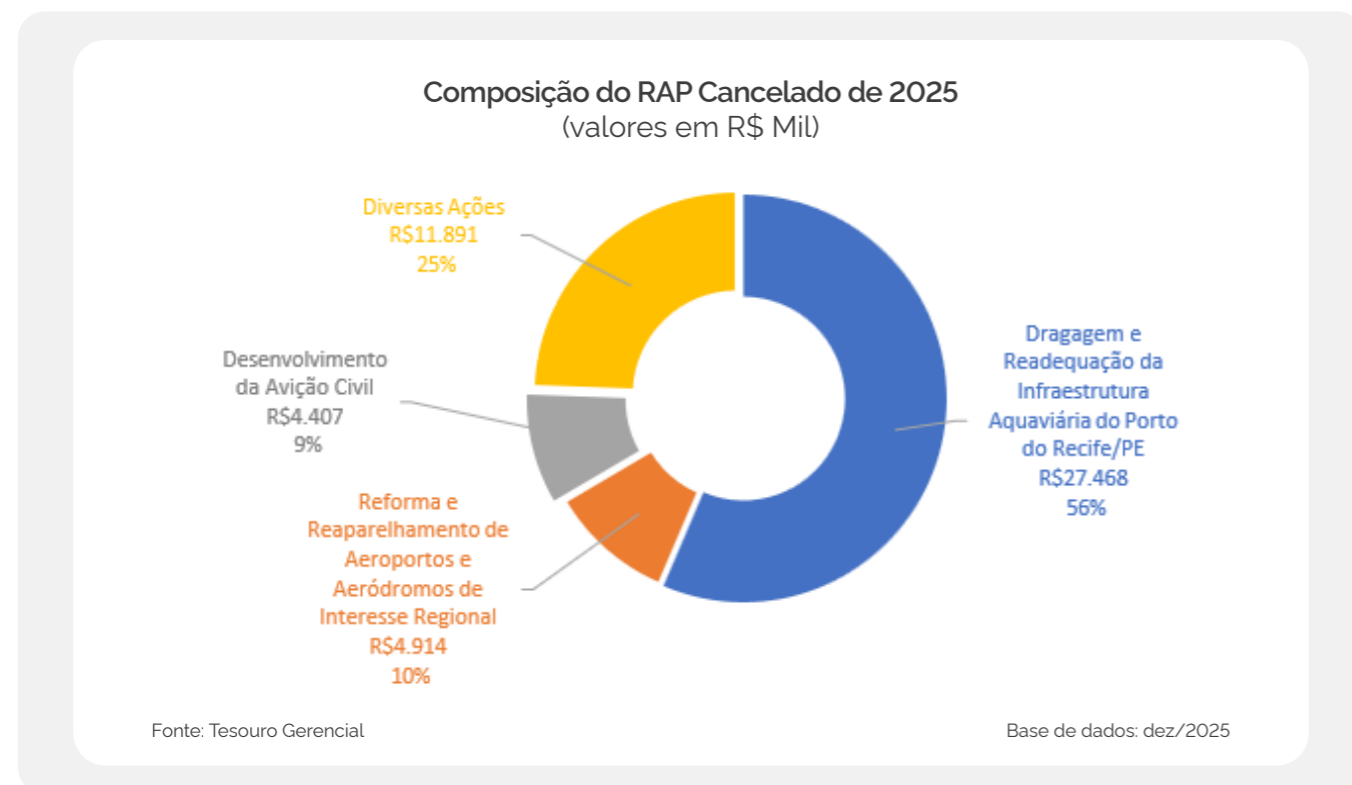
Os valores pagos em 2025 de Restos a Pagar, no montante de R\$ 339.708 mil, concentraram-se em programações orçamentárias destinadas às seguintes ações:
a) 219Z: Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União (42%);
b) Diversas Ações (31%);

c) 14UB: Reforma e Reparcelamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional (10%);
d) 162B: Modernização, Recuperação e Ampliação da Capacidade do Porto de Suape/PE (9%); e
e) 20LN: Operação de Terminais Fluviais (8%).



Os valores finais de Restos a Pagar a Pagar de 2025 totalizaram R\$ 248.322 mil nas seguintes ações:
a) 14UB: Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional (40%);
b) Diversas Ações (28%);
c) 15YT: Reforma e Reaparelhamento do Aeroport-

to de Dourados/MS (12%);
d) 219Z: Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União (11%); e
e) 15UW: Reforma e Reaparelhamento do Aeroporto de Maringá/PR (10%).



Os cancelamentos de restos a pagar somaram R\$ 48.680 mil, dos quais merecem destacar:
a) 161Z: Dragagem e Readequação da Infraestrutura Aquaviária do Porto do Recife/PE (56%);
b) Diversas Ações (25%);
c) 14UB: Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional (10%); e
d) 210F: Desenvolvimento da Aviação Civil (9%).

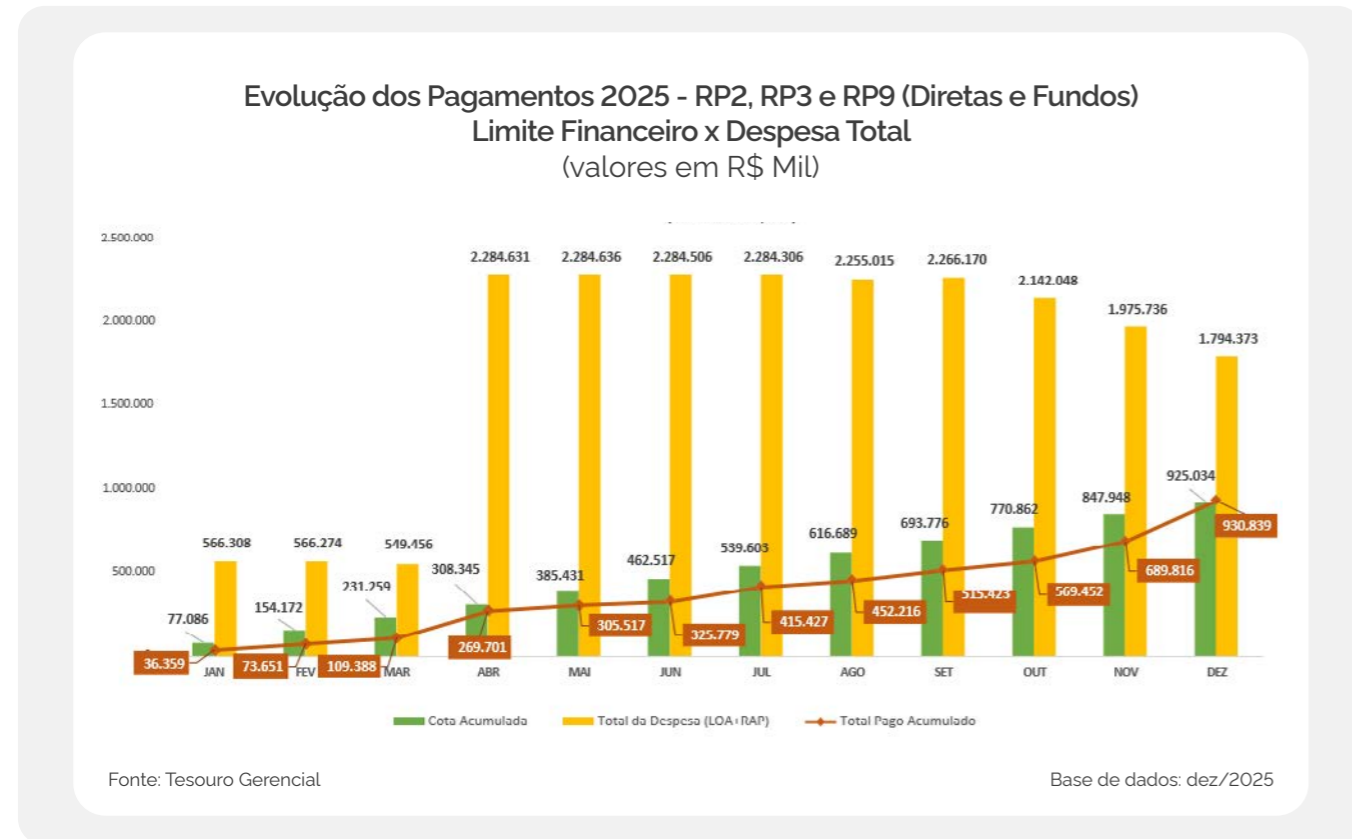
No momento de desmembramento do Ministério de Infraestrutura, as despesas que já estavam inscritas em Restos a Pagar até o exercício de 2023, do modal Hidroviário (784), ficaram sob a responsabilidade do Ministério dos Transportes - MT, com execução da Unidade Orçamentária 39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

RESTOS A PAGAR DAS HIDROVIAS INSCRITOS ATÉ 2023	
RAP INSCRITO ATÉ 2023	RAP PAGSO PELO MT EM 2025
a	b
128.997.989	64.925.584

AÇÕES DO MODAL HIDROVIÁRIO	
123M	MELHORAMENTOS NO CANAL DE NAVEGAÇÃO DA HIDROVIA DO RIO TOCANTINS
127G	CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS FLUVIAIS
20LN	OPERAÇÃO DE TERMINAIS HIDROVIÁRIOS
20LO	OPERAÇÃO DE ECLUSAS
212A	DRAGAGEM DE ADEQUAÇÃO DA NAVEGABILIDADE EM PORTOS
219Z	CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ATIVOS DE INFRAESTRUTURA DA UNIÃO
4349	MANUTENÇÃO DAS HIDROVIAS

Quanto aos limites de pagamento, merecem nota as ações envidadas pela Pasta ao longo do exercício de 2025, com o fim de assegurar os recursos necessários ao cumprimento de sua missão institucional. Tais esforços foram materializados, principalmente, em correspondências dirigidas à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) contendo solicitação de ampliação e/ou remanejamento de limites financeiros entre os anexos do Decreto de

Programação Orçamentária e Financeira de 2025. Face o acolhimento satisfatório das requisições em comento, foi possível atender as demandas financeiras das unidades, de um modo geral, sendo apurado até o final do exercício percentual de utilização de 101% do total do limite de pagamento disponibilizado e 52% de utilização do limite pela despesa total.



2.3.1.5. Gestão de pessoas

Ao final do exercício de 2025, o Ministério de Portos e Aeroportos concluiu 3 (três) anos de existência desde sua criação efetivada por meio da Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023. No início, a Pasta não contava com um quadro de pessoal reforçado que atendesse de forma equivalente a suas demandas e competências institucionais, sobretudo no que se refere a atividades de "área-meio". O Ministério contou inicialmente com o suporte administrativo do Ministério dos Transportes, durante o exercício de 2023. Hoje, a Pasta participa do ColaboraGov e conta com a colaboração do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos no compartilhamento de atividades administrativas comum após a reforma administrativa e criação de novos Ministérios no atual Governo Lula.

Durante o exercício de 2023, a unidade de gestão de pessoas do Ministério esteve focada em processos de estrutura administrativa, folha de pagamento e cadastro de pessoal, capazes de estabelecer o desenho de cargos e órgãos, bem como

permitir o andamento das rotinas de trabalho, pagamento e afins.

Em 2024, o Órgão voltou um olhar mais estratégico para a unidade de recursos humanos, e começou a atuar principalmente na melhoria de 4 (quatro) eixos: 1) Incremento da Força de Trabalho; 2) Capacitação; 3) Saúde e Qualidade de Vida; e 4) Melhoria no Uso de Ferramentas e Práticas de Gestão.

Em 2025, obteve-se grande avanço nos referidos eixos de atuação e faz-se relevante destacá-los:

I. Incremento da Força de Trabalho

Conforme informações extraídas do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, em 31 de dezembro de 2025, a Pasta conta com 337 (trezentos e trinta e sete servidores) servidores, sendo:

- a) 77 (setenta e sete) servidores do quadro de pessoal permanente do Órgão;
- b) 37 (trinta e sete) nomeados para cargo comissionado sem vínculo;
- c) 4 (quatro) em contrato temporário; e

d) 219 (duzentos e dezenove) servidores cedidos, requisitados, exercício descentralizado de carreira, ou em composição de força de trabalho.

Ou seja, aproximadamente, 65% (sessenta e cinco por cento) da força de trabalho desta Pasta é oriunda de outros Órgãos. Tal realidade demonstra uma fragilidade no quadro de pessoal ativo, uma vez que essa força de trabalho "emprestada" pode provocar instabilidade a longo prazo quanto ao efetivo de pessoal.

Não obstante, a título comparativo, em dezembro de 2024, a Pasta contava com uma força de trabalho total de 317 (trezentos e dezessete) servidores.

Podemos observar um incremento na força de trabalho do MPOR no exercício de 2025.

Observa-se uma crescente constante em relação ao quadro funcional de servidores da Pasta, muito embora ainda enxuto e insuficiente.

Um importante marco de incremento da força de trabalho do Ministério foi a chegada de 27 (vinte e sete) servidores oriundos do Concurso Nacional Unificado realizado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Dentre eles, foram 3 (três) servidores ocupantes do cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental; 20 (vinte) Analistas de Infraestrutura; 3 (três) Analistas em Tecnologia da Informação; e 1 (um) Analista Técnico em Políticas Sociais.

Relevante apontar que o constante acréscimo do número de servidores da Pasta vem em decorrência tanto da dedicação da unidade de recursos humanos do Órgão em demandas relacionadas ao incremento de pessoal, como do apoio da alta gestão em endossar este papel estratégico do RH.

A fim de obter poder de negociação deste acréscimo, a Pasta concluiu o 1º Ciclo do Dimensionamento da Força de Trabalho, a partir da ferramenta do Sistema de Dimensionamento de Pessoas - SISDIP. Tal projeto, demandou grande esforço conjunto das áreas e apoio contínuo da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas. A partir deste, obteve-se as seguintes conclusões, pautadas no método validado pelo MGI:

- a) Déficit de pessoal verificado de 74 (setenta e quatro) servidores ao MPOR;
- b) Desequilíbrio entre carga de trabalho e efetivo de pessoal;
- c) Alta produtividade com risco de sobrecarga;
- d) Grande impacto de ausência temporária de servidor a unidade de exercício; e
- e) Dentre outros.

O Dimensionamento da Força de Trabalho foi realizado no ano de 2025, entre todas as Secretarias Finalísticas do Órgão e a Secretaria-Executiva. Ao final, foi demonstrado um gráfico da quantidade ideal de servidores por unidade administrativa, como a imagem ilustrativa a seguir:



Merece destaque que o MPOR esteve em contato constante com o Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil tentando negociar a vinda de servidores para fortalecimento da força de trabalho, demonstrando a fragilidade de seu quadro de pessoal. Várias frentes foram levantadas como: solicitação de autorização de realização de concurso próprio, exercício descentralizado das carreiras transversais, aumento de orçamento para despesas de ressarcimentos, dentre outros.

A força de trabalho foi ampliada ainda em decorrência da realização de diversos processos seletivos para ocupação de cargos, funções e gratificações. Ao todo, foram publicados 10 (dez) processos seletivos, gerando um aumento de 250% (duzentos e cinquenta por cento) em relação aos realizados no ano de 2024.

Os processos seletivos foram realizados para diversas áreas do Ministério, oportunizando movimentações, cessão e movimentação, para as seguintes unidades administrativas:

- Coordenação-Geral de Inovação e Tecnologias da Informação e Comunicação - CGTIC: 4 (quatro) vagas de Gsiste de nível superior/intermediário, focadas em Privacidade e Segurança, Gestão de Dados, Transformação Digital e Contratações de TI;
- Corregedoria: 1 (uma) vaga para chefe de serviço, FCE 1.05 (nível superior, preferencialmente Direito ou Administração);
- Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade - CGOFC: 2 (duas) vagas de Gsistes (nível médio/superior), exigindo experiência em SIAFI, SAFF e Contabilidade/Finanças Públicas;
- Departamento de Gestão e Modernização Portuária - DGMP: 1 (uma) vaga para Coordenador, FCE 1.10; e
- Diretoria de Programa da Secretaria-Executiva: 2 (duas) vagas de GSISTES nível superior

Importante sublinhar ainda que o Ministério de Portos e Aeroportos conta atualmente com:

- a)** uma força de trabalho terceirizada de 227 (duzentos e vinte e sete) colaboradores; e,
- b)** 16 (dezesesseis) estagiários.

Tal universo de pessoal auxilia sobremaneira o quadro deficitário de servidores do Ministério, sen-

do essencial para continuidade das atividades da Pasta.

Por fim, percebe-se, portanto que, embora não findado o processo de incremento da força de trabalho do Órgão, foram alcançados grandes esforços na evolução do quadro funcional. O tema continua a ser prioridade e necessidade vital de atuação da unidade de gestão de pessoas.

II. Melhoria no Uso de Ferramentas e Práticas de Gestão

a) Programa de Gestão e Desempenho – PGD

O PGD do Ministério de Portos e Aeroportos - MPOR, autorizado pela Portaria MPOR nº 338/2024 e regulamentado pela Portaria nº 345/2024, constitui em um modelo de gestão focado em entrega e produtividade e completará seu primeiro ano de implementação nesta Pasta ao final do exercício de 2025, com avanços significativos na modernização da gestão do trabalho e na consolidação de uma cultura orientada a resultados.

Monitorado pelo Sistema Petrvs, no âmbito do Colaboragov, o PGD tem se destacado como um instrumento estratégico para fortalecer a retenção de servidores e empregados públicos, ampliar a atratividade nos processos seletivos e aprimorar a eficiência administrativa.

Com adesão expressiva, iniciativas contínuas de capacitação e suporte, além de desafios operacionais e normativos ainda em curso, o programa demonstra impacto relevante na estrutura organizacional do MPOR, ao mesmo tempo em que evidencia oportunidades de aprimoramento para sua plena maturidade.

A adesão ao PGD/MPOR envolveu 147 (cento e quarenta e seis) servidores, de um total de 337 (trezentos e trinta e sete) em exercício no Ministério. Em percentual, temos 44% (quarenta e quatro por cento) da força de trabalho em PGD, sendo, recorrentemente, capacitados de forma ampla, inclusive com suporte individualizado para os servidores com mais de 60 (sessenta) anos.

Essas ações objetivam a devida operacionalização do Sistema Petrvs e, conseqüentemente, melhor

efetivação do PGD/MPOR.

Em conclusão, para o Ministério de Portos e Aeroportos - MPOR, o Programa de Gestão e Desempenho estabelece um modelo formal de trabalho por resultados com foco na alta produtividade e na flexibilização da jornada.

Isso se manifesta em três pontos principais:

1. Estruturação da Gestão por Resultados: A implantação do PGD como um instrumento primário de gestão, move a cultura organizacional de um foco no controle de frequência para uma cultura de foco nas entregas e no atingimento de metas, alinhando o trabalho individual aos objetivos estratégicos do Ministério.

2. Modernização e Atração de Talentos: A adoção das modalidades integral e parcial posiciona o MPOR como um órgão moderno e atraente no serviço público federal. A flexibilidade da jornada é um fator decisivo para a atração e retenção de talentos, especialmente em áreas de alta especialização.

3. Saída da Inércia Operacional: O Ministério está ativamente empenhado em medir o desempenho e estruturar o ciclo de gestão, saindo da inércia e investindo na maturidade do programa.

Em resumo, o PGD fornece ao MPOR uma estrutura capaz de maximizar a eficiência e a produtividade de sua força de trabalho, ao mesmo tempo que oferece flexibilidade valorizada pelos servidores, e representa uma importante ferramenta de gestão em contínuo aprimoramento.

b) Cadastro e Rotinas de Pessoal

A unidade de gestão de pessoas também esteve empenhada em organizar a vida funcional dos servidores e chefias do seu quadro de pessoal, com ajustes cadastrais, e adequações de estrutura do Órgão, sempre que verificado alguma incorreção ou necessidade de atualização informada pelas áreas.

Nesse sentido, recentemente foi publicado o Decreto nº 12.663, de 7 de outubro de 2025, que aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança deste Ministério e remanejou cargos em comissão e funções de confiança, para melhor

desenho organizacional, sobretudo na localização dos cargos e funções do Órgão.

No que tange ao aprimoramento das rotinas de pessoal, verifica-se no MPOR necessidade constante de diálogo com as áreas para orientação relativa aos sistemas de pessoal, tal como os já referidos PGD e DFT, mas também para a gestão diária entre a chefia e sua equipe, desde procedimentos a homologação e ajuste de frequência no SouGov, pedidos de pagamento de substituição, férias, dentre outros.

Neste ponto, cumpre ressaltar que além de prezar por um atendimento de qualidade e de proximidade ao servidor nestas demandas, também foram realizados diversos treinamentos e plantões de dúvidas acerca dos mais diversos assuntos, de interesse comum às áreas.

Esta atuação proativa permitiu voltar um olhar educacional para as áreas sobre as rotinas de pessoal que toda chefia e servidor público estão sujeitos a observar, bem como corrigir gargalos que surgem quando estas não são devidamente observadas.

c) Propositura de Normativos Internos Relevantes

Por fim, importa sublinhar ainda o engajamento da unidade na propositura de normas administrativas de temas pertinentes, não só à área de recursos humanos, mas que possui impacto estratégico em todo o Ministério, tais como:

c.1) Portaria que estabelece diretrizes para promoção da igualdade de gênero em cargos comissionados e funções de confiança no MPOR. Neste ano, a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP iniciou importante proposta de normativo para dispor sobre a igualdade de gênero em cargos de chefias e de direção no Ministério de Portos e Aeroportos. O ato objetiva dispor sobre a implementação de ações que promovam tal igualdade, bem como atende a fundamentações legais de diversas ordens, muito em voga atualmente, tal como Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, além de outros princípios fundamentais determinados desde a Constituição Federal da República Federativa e outros atos legais e infra-legais.

c.2) Portaria que institui o Subcomitê de

Capacitação do Ministério de Portos e Aeroportos

Também neste ano foi proposta minuta de portaria que institua Subcomitê de Capacitação no âmbito do MPOR para as ações de desenvolvimento e iniciativas de treinamento que tenham custeio superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

A iniciativa visa desenvolver, de forma justa e igualitária entre os profissionais desta Pasta, as ações de desenvolvimento e capacitação do Ministério, pautando-as nos princípios da impessoalidade e da igualdade, bem como de modo a assegurar o fiel cumprimento da Política de Desenvolvimento de Pessoas do Ministério de Portos e Aeroportos.

2.3.1.6. Gestão de licitações e contratos

Em 2025, 48 novas contratações foram realizadas em 2025, perfazendo um aumento de 160% em relação ao ano de 2024.

- 2 contratos com dedicação exclusiva de mão de obra:
 - Apoio Administrativo; e
 - Apoio de Cerimonial.
- 7 contratos sem dedicação exclusiva de mão de obra:
 - Comunicação Institucional;
 - Locação de Veículos;
 - Passagens aéreas;
 - Tv por assinatura;
 - Assessoria ao Programa AmpliAR;
 - Plataforma de Idiomas; e
 - Publicidade Legal;
- 26 contratações para capacitações e/ou eventos.
- 13 contratações para aquisições de bens.

Foram, ainda, realizados 4 Reequilíbrio econômico-

co-financeiro em 2025, sendo:

- 1 Repactuação + prorrogação contratual:
 - Serviços de Gestão Documental.
- 3 reajustes + prorrogações contratuais:
 - Aquisição de Passagens Aéreas;
 - Pesquisas Aeroportuárias - aeroportos concedidos;
 - Pesquisas Aeroportuárias - gestão Infraero.

Foi efetivada a aplicação de 1 Sanção Administrativa, com respectivo registro no SICAF, que gerou Multa Administrativa e Impedimento de Licitar e Contratar com a União, para contrato de Aquisição de Passagens Aéreas.

Realizou-se também 2 Concorrências Públicas de melhor técnica 2025:

- Comunicação Institucional - valor anual R\$ 10.587.594,46
- Contrato assinado em 17/12/2025.
- Comunicação Digital - valor anual R\$ 10.473.701,47 (estimado)
 - Abertura da licitação em 19/12/2025;
 - Assinatura do contrato estimado para março/2026.

O MPOR utilizou serviços de contratos compartilhados com órgãos parceiros:

- Ministério dos Transportes (órgão provedor de serviços condominiais) - 22 contratos compartilhados;
- Ministério das Comunicações - 2 contratos compartilhados; e
- Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (órgão central do ColaboraGov) - 4 contratos compartilhados.

Principais contratações de gestão compartilhada:

ÓRGÃO PROVEDOR	OBJETO
MT	Secretariado
	Recepção
	Manutenção Predial
	Limpeza e Conservação
	Vigilância Armada e Desarmada
	Brigadistas
MCOM	Comunicação Intitucional
	Comunicação Digital
MGI	TaxiGOV
	Broadcast
	Periódicos
	Tradução Simultânea

III. DESAFIOS ENFRENTADOS E PREVISÕES

Em 2024 o MPOR iniciou a estruturação de sua área de licitações contratos para assumir a gestão de suas contratação com celeridade, eficiência e qualidade, especialmente para aquelas exclusivas, sensíveis e urgentes. Ao final de 2025, avançando nesse processo, foi criada a Coordenação-Geral de Licitações e Contratos - CGLIC, ainda em fase inicial, com estrutura formal limitada e equipe reduzida.

O desafio para 2026 é consolidar a área por meio

da formação de uma equipe compatível com o volume de trabalho, as necessidades e o volume de trabalho atuais e projetados.

A adequada estruturação da área é essencial para fortalecer a governança e garantir a gestão eficiente das demandas e dos contratos do MPOR, que sofrerão expressiva ampliação no próximo exercício.

2.3.1.7. Gestão patrimonial e de infraestrutura predial

GESTÃO DOCUMENTAL E PATRIMONIAL - DEMANDAS ATENDIDAS:	
PATRIMÔNIO	
RECEBIMENTO/GUARDA E PLANEJAMENTO	630 cadeiras, 293 mesas e 400 gaveteiros
	630 cpus e 630 monitores
MOVIMENTAÇÃO PATRIMONIAL	Trocas de cadeiras no GM, SE, SAC, SNHN e SNP
	Troca de toda planta de computadores desktop Dell pelos novos Daten.
ALMOXARIFADO VIRTUAL	Gestão de R\$ 70.000,00 em bens de consumo
INVENTÁRIO	Catálogo de aproximadamente 7 mil bens permanentes.
TRANSFERÊNCIA DOAÇÃO	24 Kits de computadores Daten para o DMM-RJ
	Doação de 93 bens (poltronas, gaveteiros, mesa estação de trabalho e cadeiras) para 04 órgãos públicos federais

GESTÃO DOCUMENTAL	
TRATAMENTO DA MASSA DOCUMENTAL	Foram tratadas 267,4 metros e digitalizadas 739.766 documentos

LOGÍSTICA - DEMANDAS ATENDIDAS:	
PLANEJAMENTO DE DEMANDAS	
Cientes MPOR	Recebimento demandas e atuação junto aos setores responsáveis para ajustes de layouts, mudanças de pontos lógicos, etc.
PLANEJAMENTO DE PEDIDOS	
Cientes MPOR	237 ordens de serviços emitidas com acompanhamento de prazos e execução dos serviços; fiscalização
GESTÃO OPERACIONAL DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	
Ministério dos Transportes (MT)	Termo de Compartilhamento de Imóveis e Rateio de Despesas de Serviços: Manutenção Predial, Veículos e Motoristas, Recepção, Segurança, Brigada, Limpeza, Copeiragem, Água e Esgoto, Energia Elétrica, Áudio Visual, Carregador, Telefonia e outros.
MGI	Secretariado, Serviços Gráficos, Publicidade legal, Tradução Simultânea, Broadcast, Clipping de Publicações, Periódicos, MobGov.
MPOR	Apoio Administrativo, Apoio Cerimonial, Gestão Documental e Arquivísticas Eventos, TV por assinatura, Passagens Aéreas.
MCom	Comunicação Institucional.
Outros Órgãos	PR, MCTI, MCom, DNIT, CGU, ANAC, Antaq - para apoio de demandas institucionais.

MOVIMENTAÇÕES NO EDIFÍCIO SEDE – BLOCO “R”

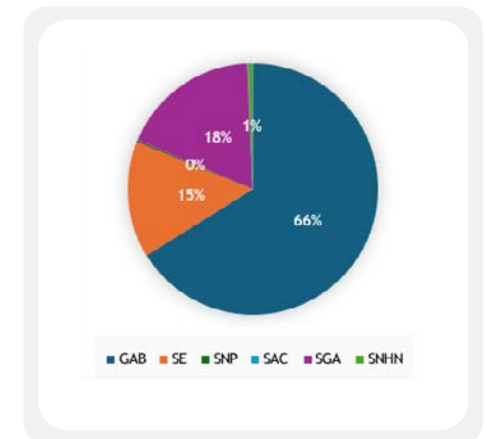
- Sala T05: Sala que funciona como apoio durante reformas ocorridas nos outros espaços ocupados pelo MPOR.
- Salas M12 e M14: Novas salas de depósito de bens da CODEM.
- Sala 202: Alteração de layout na sala do novo Secretário Executivo.
- Salas 201 e 203: Acomodação da equipe de apoio da Secretaria Executiva.
- Finalização da obra de reforma da área ocupada pela Secretaria Executiva no 2º andar, área de 815m². Projetos complementares de mobiliários e esquadrias.
- Adequações de salas no Gabinete do Ministro no 5º andar – salas 500, 501, 505, 506, 508, 512 e 513.

MOVIMENTAÇÕES NO ANEXO – BLOCO “R”

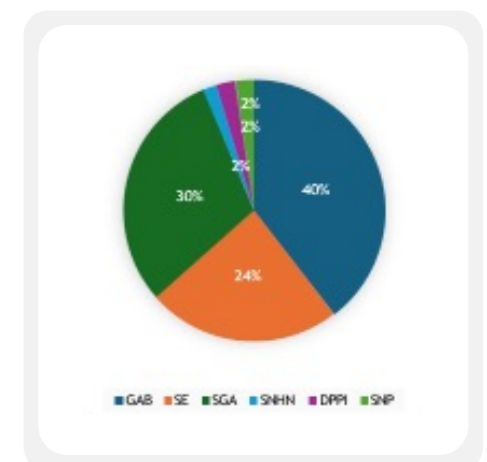
- Acomodação da nova Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegações SNHN.
- Instalação de equipamentos de videoconferência em Salas de reunião.
- Adequação da Diretoria DGCO da Secretaria Nacional de Portos.
- Acomodação da equipe da Subsecretaria de Gestão e Administração – SGA face à reforma do 2º andar.
- Sala 106 – Gabinete da Secretaria de Aviação Civil - Alteração de layout para acomodação do novo Secretário.
- Em andamento projetos de atualização de layouts da CGTI/SNP e Salas de reunião da SAC.

Demonstrativo de utilização do MobGov (serviço de transporte do Governo Federal):

TOTAL 1º SEMESTRE						
UIDADE/ MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	Quantidade Total
GAB	47	85	52	59	66	309
SE	11	24	08	05	22	70
SGA	14	34	15	01	20	84
SNHN	04	-	02	04	0	03
SNP	01	-	-	-	-	01
SAC	-	-	-	-	-	-
TOTAL (R\$)	825,28	2.137,63	1.214,06	668,78	1.665,55	6.841,30

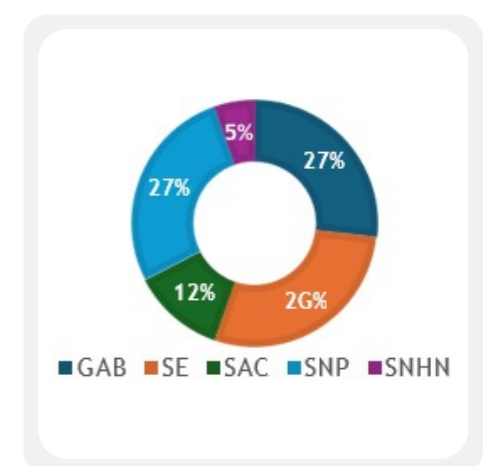


TOTAL 2º SEMESTRE						
UIDADE/ MÊS	UN/JUL/ AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Quantidade Total
GAB	53	18	15	19	14	119
SE	45	09	04	13	14	85
SGA	35	39	12	17	05	108
SNHN	03	-	-	-	02	05
DPPI	02	01	03	-	01	07
SNP	02	-	05	-	-	07
SAC	-	-	-	02	-	02
TOTAL (R\$)	2.414,72	1.376,03	1.628,85	1.160,36	5.603,21	12.516,17



Quantitativo de postos contratados em serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra:

APOIO ADMINISTRATIVO	
CATEGORIA	POSTOS OCUPADOS
TÉC. SECRETARIADO	10
SEC EXECUTIVO	21
SEC. EXECUTIVO BILÍNGUE	0
ASSISTENTE (NÍVEL I)	43
ASSISTENTE (NÍVEL II)	64
ASSISTENTE (NÍVEL III)	54
OPERACIONAL (CETEF)	20
SUPERVISOR (CETEF)	1
ARQUIVISTA (CETEF)	1
TOTAL	214



DESPESAS CONDOMINIAIS		
DESCRIÇÃO	MENSAL	ANUAL
ASSISTENTE DE OPERADOR DE ÁUDIO	R\$ 4.586,83	R\$ 16.314,80
ÁGUA E ESGOTO	R\$ 16.314,80	R\$ 1.282.799,18
APOIO ADMINISTRATIVO (JAN a MAIO) *	R\$ 1.282.799,18	R\$ 70.260,36
BRIGADA	R\$ 70.260,36	R\$ 15.326,19
CARREGADOR	R\$ 15.326,19	R\$ 187.974,41
CERIMONIAL (JAN a JUL) *	R\$ 187.974,41	R\$ 110.226,09
COPEIRA/GARÇOM	R\$ 110.226,09	R\$ 215,84
DEDETIZAÇÃO	R\$ 215,84	R\$ 87.075,24
ENERGIA ELÉTRICA	R\$ 87.075,24	R\$ 6.080,47
GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	R\$ 6.080,47	R\$ 62.448,80
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	R\$ 62.448,80	R\$ 16.314,80
LOCAÇÃO DE VEÍCULO	R\$ 22.429,78	R\$ 269.157,30
MANUTENÇÃO DE ELEVADORES	R\$ 184,71	R\$ 2.216,52
MANUTENÇÃO DO AR CONDICIONADO	R\$ 31.947,45	R\$ 383.369,40
MANUTENÇÃO PREDIAL	R\$ 46.313,03	R\$ 555.756,36
SECRETARIADO (JAN a JUL) *	R\$ 275.849,56	R\$ 1.930.946,89
SERVIÇOS DE MOTORISTA	R\$ 27.507,03	R\$ 330.084,36
SERVIÇOS DE RECEPÇÃO	R\$ 46.416,48	R\$ 556.997,76
SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA	R\$ 102.559,81	R\$ 1.230.717,72
TV a CABO (JAN a FEV) *	R\$ 1.349,85	R\$ 2.699,70
TOTAL	R\$ 2.397.865,91	R\$ 17.462.178,28

Reformas realizadas:

O Ministério dos Portos e Aeroportos (MPOR) está instalado no Bloco R da Esplanada dos Ministéri-

os em Brasília/DF, ocupando áreas no Térreo, 2° e 5° andares no edifício Sede e 1° andar nos edifícios Anexos.

5º andar - Hall de acesso Gabinete do Ministro



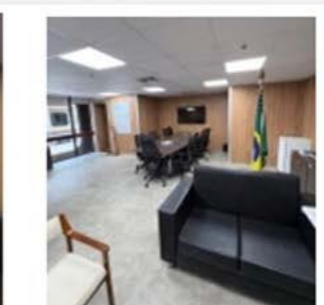
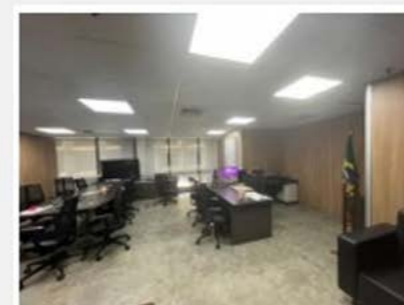
5º andar - Plenária



1. Sala com 10 estações de trabalho. Funcionará como apoio durante as reformas ocorridas em outras salas do MPOR.



2. Acomodação do Secretário de Aviação Civil (SAC) na Sala 106 com projeto de layout proposto e executado pela COLOG;



3. Planejamento e projetos de mobiliários e vidraças completos as projeto proposto;

4. Readequação do projeto de climatização para SPLITS adicionais;



Concessão de diárias e passagens (despesas com deslocamento de servidores):

Em virtude do aumento da demanda por passagens aéreas, bem como o processo de apuração de descumprimento contratual no Contrato 32/2024 firmado com a Yummy Travel, em

27/01/2025 foi firmado novo contrato com a empresa Voetur Turismo e Representações Ltda, para a emissão de bilhetes domésticos e internacionais, bem como de serviços correlatos para atender às necessidades do Ministério de Portos e Aeroportos.

DIÁRIAS E PASSAGENS 2025						
Despesa	Internacional		Nacional		Total de Solicitações	Total Valor (R\$)
	Quantidade de Solicitações	Valor (R\$)	Quantidade de Solicitações	Valor (R\$)		
Passagens aéreas	55	R\$ 1.002.969,03	719	R\$ 2.099.736,70	772	R\$ 3.102.705,73
Diárias	62	R\$ 836.879,08	779	R\$ 688.916,16	824	R\$ 1.525.795,24
TOTAL	117	R\$	1498	R\$ 2.788.652,86	1596	R\$ 4.628.500,97

IV. Desafios Enfrentados e previsões:

O desafio para 2026 será o fortalecimento das condições operacionais e logísticas da Coordenação-Geral, necessárias para apoiar a missão institucional do órgão, com celeridade, eficiência.

Interlocução com as unidades clientes do Ministério de Portos e Aeroportos, bem como com os Órgãos parceiros, a fim de buscar a solução mais adequada aos desafios encontrados.

Aprimorar ferramentas de informações e medições, além de ajustes estruturais e operacionais, buscando qualificar as entregas da unidade e fortalecimento da governança para uma gestão mais eficiente das demandas do MPOR.

2.3.1.8. Gestão da tecnologia da informação e comunicação

O exercício de 2025 foi o ano importante para a estruturação da Tecnologia da Informação no Ministério de Portos e Aeroportos, estabelecendo um alicerce para sustentar a inovação setorial. A estratégia adotada integrou a modernização da infraestrutura física (Aquisição de Computadores), garantindo a capacidade operacional imediata, com o direcionamento estratégico de médio prazo (Plano de Transformação Digital), definindo a rota da modernização, e a segurança informacional (Política de Segurança da Informação), as-

segurando a governança e a proteção de dados. Essa tríade de ações permitiu que o Ministério superasse o passivo tecnológico e estabelecesse um ambiente digital robusto, seguro e orientado a dados, essencial para suportar a missão crítica do MPOR.

A renovação do parque computacional mitigou riscos severos de obsolescência que ameaçavam a continuidade dos serviços. Com impacto direto nos capitais Financeiro e Intelectual, a entrega de estações de trabalho de última geração eliminou gargalos de produtividade nas áreas de engenharia e inteligência de dados. Essa ação gerou valor público imediato ao prover a celeridade necessária aos processos administrativos e técnicos, além de garantir a economicidade a longo prazo através de equipamentos com maior eficiência energética e garantia estendida, assegurando que a força de trabalho tenha os meios necessários para operar com eficiência e segurança.

Para estabelecer para onde a organização deseja ir e como pretende chegar lá, foi publicado o Plano de Transformação Digital (PTD 2025-2027), alinhado à Estratégia de Governo Digital. Este instrumento define o norte estratégico da organização, estabelecendo cinco objetivos que vão desde a oferta de serviços intuitivos até o fomento à cultura de inovação. O plano apoia a geração de valor ao traçar uma rota clara para a desburocra-

tização e interoperabilidade de dados, permitindo que o Ministério evolua de uma atuação analógica para uma gestão baseada em evidências, ampliando a transparência e a qualidade dos serviços prestados ao setor de infraestrutura.

Visando propiciar uma estrutura de governança que apoia a geração de valor, a instituição da Política de Segurança da Informação (POSIN) estabeleceu as diretrizes normativas para um ambiente digital resiliente. Em conformidade com a LGPD e o Decreto nº 9.637/2018, a POSIN fortalece a governança corporativa ao definir responsabilidades claras e gestão de riscos proativa. Isso assegura a proteção dos capitais Social e de Relacionamento, garantindo à sociedade que os dados sensíveis e os sistemas críticos de portos e aeroportos estão protegidos contra ameaças cibernéticas, sustentando a confiança e a integridade necessárias para a operação contínua do Ministério.

2.3.1.9. Aquisição de computadores desktop de alto desempenho (Novos computadores)

Em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional e visando mitigar os riscos associados à obsolescência tecnológica, o parque computacional do Ministério.

Foi feita a aquisição e a distribuição de estações de trabalho de alto desempenho, equipadas com processadores de última geração, grande capacidade de memória RAM e armazenamento SSD. O dimensionamento da demanda priorizou áreas críticas que utilizam softwares de engenharia, arquitetura e análise de grandes volumes de dados (BI), essenciais para o planejamento dos setores portuário e aeroportuário.

Esta ação foi fundamentada na necessidade de substituir equipamentos com mais de cinco anos de uso, que apresentavam lentidão, incompatibilidade com novos sistemas operacionais e elevados custos de manutenção.

A modernização da infraestrutura de TI gerou valor público imediato ao eliminar gargalos de produtividade que impactavam a celeridade dos processos administrativos e técnicos do MPOR.

- **Eficiência Operacional:** A disponibilização de hardware robusto permitiu que as equipes técnicas (engenheiros, analistas e gestores)

executassem softwares complexos de modelagem e gestão sem interrupções, reduzindo o tempo de resposta às demandas da sociedade e do setor regulado.

- **Segurança da Informação:** A substituição do parque permitiu a atualização para sistemas operacionais modernos e seguros, garantindo a integridade dos dados sensíveis do Ministério e a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e as normas de segurança cibernética do Governo Federal.
- **Sustentabilidade e Economicidade:** A aquisição de equipamentos com maior eficiência energética e garantia estendida on-site (60 meses) reduziu as despesas operacionais com energia elétrica e manutenção corretiva, otimizando a alocação de recursos públicos a longo prazo.

2.3.1.10. Plano de Transformação Digital (PTD)

Em alinhamento com a Estratégia de Governo Digital (EGD) 2025-2027, a CGTI elaborou e publicou o Plano de Transformação Digital (PTD) do Ministério de Portos e Aeroportos para o ciclo 2025-2027. Este instrumento de planejamento estratégico foi desenhado para nortear a modernização dos serviços públicos e a otimização dos processos internos do órgão.

A construção do PTD fundamentou-se em cinco Objetivos Estratégicos (OE) essenciais para a evolução digital do Ministério:

- Oferta de serviços digitais intuitivos e integrados;
- Promoção da integração e interoperabilidade de dados;
- Implementação de privacidade e segurança da informação;
- Otimização das infraestruturas de tecnologia da informação;
- Fomento à cultura digital e à inovação.

A implementação do Plano de Transformação Digital gerou valor público ao estabelecer uma rota clara para a desburocratização e a eficiência administrativa no setor de portos e aeroportos.

- **Melhoria na Prestação de Serviços:** A priorização da digitalização de serviços portuários e aeroportuários, conforme previsto no plano de ação, reduz o tempo de atendimento e custos para o cidadão e para as empresas do setor,

eliminando a necessidade de deslocamentos e o uso de papel.

- **Transparência e Interoperabilidade:** Ao fomentar a integração de bases de dados entre o MPOR e outros órgãos federais, o plano amplia a capacidade do Estado de formular políticas públicas baseadas em evidências, além de aumentar a transparência ativa das informações setoriais.
- **Segurança e Confiança:** O fortalecimento da segurança da informação e a adequação à LGPD garantem a proteção dos dados sensíveis dos usuários, aumentando a confiança da sociedade nas plataformas digitais do Ministério.
- **Cultura de Inovação:** A capacitação dos servidores em novas tecnologias e segurança cibernética prepara a força de trabalho para lidar com os desafios da era digital, assegurando a continuidade e a qualidade dos serviços públicos.

2.3.1.11. Política de Segurança da Informação (POSIN)

Para fortalecer a governança corporativa e assegurar a proteção dos dados institucionais, a CGTI instituiu a Política de Segurança da Informação (POSIN) do Ministério de Portos e Aeroportos. Este instrumento normativo foi elaborado em estrita conformidade com o Decreto nº 12.572/2025 (Política Nacional de Segurança da Informação) e a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

A POSIN estabelece as diretrizes estratégicas para garantir os princípios básicos da segurança da informação: confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade dos dados e sistemas do Ministério. A política abrange todas as unidades organizacionais e é aplicável a servidores, empregados públicos, estagiários, consultores e prestadores de serviço que utilizam os ativos de informação do órgão.

A publicação e implementação da POSIN criou um ambiente digital confiável e resiliente, essencial para a operação dos setores críticos de portos e aeroportos.

- **Resiliência Institucional:** A formalização da gestão de riscos de segurança da informação permite a identificação proativa de ameaças e

a mitigação de vulnerabilidades, assegurando a continuidade dos serviços públicos mesmo diante de ameaças cibernéticas.

- **Proteção do Cidadão:** Ao alinhar os processos do Ministério à LGPD, a política garante o tratamento ético e seguro dos dados pessoais de cidadãos e usuários dos sistemas de transporte, fortalecendo a confiança da sociedade na administração pública.
- **Eficiência e Conformidade:** A definição clara de responsabilidades e deveres para todos os usuários elimina ambiguidades na gestão de ativos de TI, promovendo uma cultura de responsabilidade e prevenindo prejuízos financeiros ou operacionais decorrentes do uso indevido da informação.

2.3.1.12. Disponibilização de dados georreferenciados na Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE)

Em 2025, o Ministério de Portos e Aeroportos estruturou e disponibilizou dados georreferenciados na Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), consolidando um avanço relevante na gestão dos ativos informacionais e no fortalecimento do planejamento territorial do setor de transportes.

A organização de informações estratégicas — como as poligonais de portos e a localização de aeródromos — ampliou a transparência ativa, qualificou a base técnica para processos de regularização fundiária e favoreceu a integração com outras políticas públicas, especialmente nas dimensões ambiental e logística.

O catálogo pode ser acessado por meio do site oficial da INDE, <https://metadados.inde.gov.br/>, assegurando ampla disponibilidade das bases geoespaciais do Ministério.

A iniciativa promove a interoperabilidade e a padronização de metadados, reduz a duplicidade de custos em levantamentos geográficos e disponibiliza dados confiáveis para gestores, investidores e órgãos de controle. Como resultado, fortalece a governança informacional, apoia a tomada de decisão baseada em evidências e contribui para um desenvolvimento setorial mais sustentável e alinhado aos princípios de governo aberto.

3

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

3.1. Gestão de riscos e controles internos

A Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério de Portos e Aeroportos – AECI/MPOR exerce função estratégica no assessoramento ao Ministro nas matérias relacionadas ao controle interno, à gestão de riscos, à transparência e à integridade da gestão pública.

Compete à unidade orientar tecnicamente as secretarias e demais unidades do Ministério, bem como acompanhar o atendimento às recomendações e determinações expedidas pelos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e pelo Tribunal de Contas da União.

Nos termos do Decreto nº 11.529, de 2023, a AECI atua também como unidade setorial responsável pelo Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação – SITAL no âmbito do Ministério de Portos e Aeroportos, coordenando as ações relacionadas à promoção da integridade pública, à transparência e ao acesso à informação. Nesse contexto, cabe à unidade acompanhar a implementação de programas e ações voltados à integridade institucional, supervisionar a execução do serviço de acesso à informação e monitorar a atualização e a disponibilização de dados e infor-

mações públicas. Ainda no âmbito do fortalecimento da governança institucional e da conformidade normativa, foi formalizado, por meio da Portaria GM-MPOR nº 25, de 13 de janeiro de 2026, o procedimento institucional de comunicação de incidentes de segurança envolvendo dados pessoais à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e aos titulares dos dados afetados.

A medida visa assegurar a adequação do Ministério às obrigações estabelecidas na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), bem como às disposições constantes da Resolução CD/ANPD nº 15/2024 e da Resolução CD/ANPD nº 1/2021, que disciplinam os requisitos para comunicação de incidentes de segurança e adoção de medidas de governança em proteção de dados pessoais. A iniciativa também se alinha às recomendações constantes dos Acórdãos nº 889/2024-TCU – Plenário e nº 1372/2025-TCU – Plenário, que orientam os órgãos da Administração Pública Federal a instituírem controles formais e procedimentos padronizados para prevenção, tratamento e reporte de incidentes de segurança da informação.

3.1.1. Informações acerca de demandas de órgãos de controle atendidas no ano de 2025

• NÚMERO DE PROCESSOS POR ÓRGÃO DEMANDANTE:					
Assunto do Processo	TCU	CGU	MPF	Demais Mps	Órgãos Diversos
Fiscalização	15	n.a	0	0	0
Solicitações de Solução Consensual	2	n.a	n.a	n.a	n.a
Relatórios de Auditoria/Levantamento/Monitoramento de recomendações	1	28	n.a	n.a	n.a
Representação/Denúncia	7	0	10	1	1
Acompanhamento Diversos	17	n.a	n.a	n.a	0
Tomada de Contas Especial	5	n.a	n.a	n.a	n.a
Monitoramento de acórdãos	7	0	n.a	n.a	n.a
Procedimentos de desestatização	12	n.a	n.a	n.a	n.a

Prestação de contas anual	1	n.a	n.a	n.a	n.a
Diligências diversas	12	3	2	0	0
Requisição de Informações	n.a	2	1	0	n.a
Ação Judicial	n.a	n.a	0	0	0
Ações de Integridade e Transparência	n.a	4	n.a	n.a	0
Governança	n.a	n.a	n.a	n.a	10
Total	78	37	13	1	11

*n.a - Não se aplica

• NÚMERO DE RECOMENDAÇÕES MONITORADAS/RESPONDIDAS DA CGU:			
Unidade	Recomendações respondidas em 2025	Recomendações vencidas em 31/12/2025	Recomendações em monitoramento em 31/12/2025
CORREG/MPOR - Corregedoria do MPOR	0	1	1
SAC/MPOR - Secretaria Nacional de Aviação Civil	5	9	9
SE/MPOR - Secretaria-Executiva	0	4	6
SNP/MPOR - Secretaria Nacional de Portos	9	9	11
SNHN/MPOR - Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação	2	1	2
Total	16	24	28

*n.a - Não se aplica

3.2. Principais ações do plano de integridade



No exercício de 2025, a Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério de Portos e Aeroportos promoveu a instituição do Comitê de Integridade e Transparência do MPOR, formalizado por meio da Portaria MPOR nº 63, de 28 de janeiro de 2025.

A medida integrou o conjunto de ações voltadas ao fortalecimento da governança pública e da integridade institucional no âmbito do Ministério, com a finalidade de estruturar instância permanente de coordenação, monitoramento e aprimoramento das políticas de integridade, transparência e gestão de riscos.

O Comitê passou a atuar como instância estratégica de articulação entre as unidades administrativas do Ministério, contribuindo para:

- o aprimoramento das práticas institucionais de integridade e transparência;
- o fortalecimento dos mecanismos de controle interno e de prestação de contas;
- a disseminação de padrões éticos na gestão

- pública; e
- o fortalecimento da confiança da sociedade nas ações institucionais do MPOR.

A criação do colegiado representa importante instrumento de governança institucional, alinhado às diretrizes nacionais de integridade pública e de aprimoramento da gestão administrativa.

Em consonância com as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 9.203/2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal, bem como com os parâmetros estabelecidos pela Portaria Normativa CGU nº 234/2025, a Assessoria Especial de Controle Interno conduziu, ao longo do exercício de 2025, as tratativas institucionais necessárias à estruturação do Programa de Integridade do Ministério de Portos e Aeroportos.

Nesse contexto, foram desenvolvidas as atividades técnicas voltadas à elaboração do Plano de Integridade 2026–2027, denominado "Embarque na Integridade", instrumento que sistematiza as diretrizes, ações e mecanismos institucionais destinados à promoção da integridade no âmbito do Ministério.

O referido plano estabelece medidas voltadas à:

- prevenção de irregularidades administrativas;
- detecção e tratamento de fraudes e atos de corrupção;
- remediação de desvios de conduta;
- responsabilização administrativa em casos de infração.

Cumprir destacar que, em 2025, o Ministério firmou compromisso com a Controladoria-Geral da União (CGU) para a implementação de ações de integridade, as quais se encontram detalhadas no Plano de Integridade do MPOR, disponível em: <https://www.gov.br/portos-e-aeroportos/pt-br/assuntos/governanca-2/plano-de-integridade>.

A proposta elaborada no exercício de 2025 foi submetida às instâncias competentes e culminou, no início do exercício seguinte de 2026, na instituição formal do Programa de Integridade, por meio da Portaria GM-MPOR nº 3, de 20 de janeiro de 2026.

A implementação do programa representa avanço significativo na consolidação da governança insti-

tucional do MPOR, contribuindo para o fortalecimento da cultura organizacional baseada em ética, transparência, responsabilidade e respeito aos valores da administração pública. Destaca-se que a meta é atingir, até 2026, o nível de maturidade 2 no Modelo de Maturidade em Integridade Pública (MMIP), da Controladoria-Geral da União.

3.3. Atuação correcional

A organização administrativa interna da Corregedoria encontra-se normatizada por meio da Portaria SE/MPOR n. 241, de 10 de abril de 2025. A equipe atual é formada pela titular da Corregedoria e por 1 (um) servidor ocupante de cargo efetivo.

A instância máxima da Corregedoria do MPOR é Ministro de Estado de Portos e Aeroportos, o qual o Corregedor se vincula, observado o art. 6º da Portaria Normativa CGU nº 27/2022, que estabelece "A unidade setorial de correição deve estar preferencialmente vinculada à autoridade ou instância máxima do órgão ou entidade".

Após alinhamento institucional, as principais competências relacionadas às atividades correicionais foram delegadas ao Secretário Executivo desta Pasta por meio da Portaria n. 567, de 26 de novembro de 2024, posteriormente alterada pela Portaria n. 657, de 10 de novembro de 2025, em atendimento à solicitação feita pela Controladoria-Geral da União em reunião realizada em 5 de agosto de 2025.

A Corregedoria do Ministério de Portos e Aeroportos é composta por 3 (três) unidades setoriais, conforme previsto na Portaria SE/MPOR n. 241, de 10 de abril de 2025.

- Setor de Apoio da Administração Correcional (SEAP): dedica-se à identificação das causas dos problemas organizacionais e propõe iniciativas de melhoria dos processos informacionais.
- Setor de Admissibilidade Correcional (SEAD-COR): dedica-se à admissibilidade, à prevenção, inovação e inteligência correcional.
- Setor de Apuração Correcional (SEACOR): dedica-se à responsabilização de Agentes Públicos e de Responsabilização dos Agentes Privados.

- Ato Normativo da Corregedoria do MPOR

No curso de 2025, a Corregedoria promoveu a normatização da unidade e das atribuições a ela inerentes com o objetivo de dar maior transparência externa e organização interna:

- Portaria SE/MPOR nº 368, de 13 de junho de 2025 – Dispõe sobre a atividade correicional no âmbito da Corregedoria do Ministério de Portos e Aeroportos – MPOR
- Portaria SE/MPOR nº 241 de 10 de abril de 2025 – Organização Interna da Corregedoria
- Portaria SE/MPOR nº 225, de 07 de abril de 2025 – Controle Administrativo das atividades das Comissões de Sindicâncias e de Processos Administrativos Disciplinares
- Portaria CORREG/MPOR nº 28, de 15 de janeiro de 2026 5 – Dispõe sobre perícia, a assistência técnica da comissão e o incidente de sanidade mental, no âmbito das atividades das comissões de sindicâncias e de processos administrativos disciplinares instaurados ou acompanhados pela Corregedoria do MPOR.

Todos os normativos encontram-se disponibili-

zados em transparência ativa no site da Corregedoria do MPOR.

- Principais Atividades Realizadas em 2025 e Previstas Para 2026

Conforme Matriz de Acompanhamento de Processos da Corregedoria, dos 5 (cinco) Processos Administrativos em andamento (item 5 do Relatório de Gestão Correcional 2025, anterior), 3 (três) foram concluídos. Em 2025, não foi instaurado nenhum Processo Administrativo Disciplinar. Atualmente, permanecem em andamento apenas dois processos, sendo um reinstaurado por orientação jurídica e outro em fase de elaboração de relatório final pela comissão processante. As atividades previstas para 2026 concentram-se na continuidade da instrução e conclusão desses processos remanescentes.

As atividades vinculadas aos PADs, previstas para 2026, conforme Plano 1, informados na Tabela 1, são vinculados aos seguintes processos da Matriz de Acompanhamento: 50000.025891/2021-18 e 50000.032088/2021-30

TABELA 1 - PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINAR (PAD)

Entrega (1)	Meta (2)	Prazo	Demandante	Destinatário	Atividades Relacionadas	Equipes Envolvidas
Conclusão das apurações de PAD Instaurados há mais de 1 ano	100%	Um (1) ano contados da data de aprovação do plano de trabalho	CRG	Comissão Processante	Desenvolvimento integral das apurações e elaboração do relatório final	Comissão Processante
Conclusão das apurações de PAD instaurados há menos de um (1) ano	100%	Sessenta (60) dias contados da data de instauração do PAD	CRG	Comissão Processante	Desenvolvimento integral da investigação e elaboração da manifestação final	Comissão Processante

Fonte: Processo nº 50020.007985/2024-10

(1) Refere-se aos serviços relacionados ao plano de entrega da unidade instituidora.

(2) Informa a previsão quantitativa das entregas da unidade

SÍNTESE QUANTITATIVA DOS PRINCIPAIS PROCESSOS/2025	
RESUMO	2025
Processos de apurações de (PAD)	2
Processos de Júizos de Admissibilidade	1
Processos Administrativos Disciplinares/IPS	0
Processos de Responsabilização de Agentes Públicos e Privados (PAR)	0

- Administração Correicional

Os Processos vinculados às atividades da Administração Correicional, da Corregedoria do MPor, conforme Plano 1, e de acordo com a Matriz de

Acompanhamento, informados na Tabela 7, são atividades periódicas da corregedoria, objetivando a qualificação e capacitação dos seus servidores.

Tabela 7 – Atividades Administrativas Correicionais

ATIVIDADES DA UNIDADE EXECUTORA						
Entrega (1)	Meta (2)	Prazo	Demandante	Destinatário	Atividades Relacionadas	Equipes Envolvidas
Utilização e cadastramento integral do Sistema E-Pad CGU	100%	Atualização quinzenal	CRG	Presidente da Comissão	Manutenção do E-Pad sempre atualizado	Comissão Processante
Envio de Informação atualizada sobre andamento dos procedimentos apuratórios em andamento na CRG por meio do processo de apoio relacionado	100%	A cada 15 (quinze) dias	CRG	Presidente da Comissão	Elaboração de relatório parcial e disponibilização e processo de apoio relacionado	Comissão Processante
Realização de, no mínimo, duas capacitações anuais em temas afetos à CRG e ao MPOR	100%	A cada semestre	CRG	Servidores em exercício na CRG	Conclusão de capacitação e apresentação de certificado a ser inserido por meio de processo SEI	Servidores em exercício na CRG
Publicação de Normativo relacionado à estrutura e à organização dos trabalhos da CRG	100%	Um (1) ano	CRG	Servidor em exercício na CRG, a quem a demanda foi distribuída	Estudos, elaboração de minutas e publicação final da proposta acatada pela CRG	Servidores em exercício na CRG
Elaboração de Política de Enfrentamento ao Assédio, em conjunto com as demais unidades do MPOR	100%	Um (1) ano	CRG	Servidor em exercício na CRG, a quem a demanda foi distribuída	Participação de reuniões e de grupos discussão, com a elaboração de minutas submetidas à CRG	Servidores em exercício na CRG

Fonte: Processo nº 50020.007985/2024-10

(1) Refere-se aos serviços relacionados ao plano de entrega da unidade instituidora.

(2) Informa a previsão quantitativa das entregas da unidade

- Comunicação e Capacitação

Em 2025, a Corregedoria do MPOR registrou 13 participações em ações de capacitação, sendo 8 eventos institucionais (congressos, seminários e encontros) e 5 cursos realizados pelos servidores da unidade. Destacam-se 4 eventos na área de Direito Administrativo Sancionador, além de iniciativas voltadas à atividade correicional, investigação preliminar e prevenção de assédio e discriminação.

Como principal destaque, ressaltam-se 2 capacitações internacionais realizadas na Harvard Law

School, em maio de 2025, abordando negociação e liderança em contextos complexos. Essas ações evidenciam o investimento contínuo no aprimoramento técnico da equipe e o alinhamento com boas práticas nacionais e internacionais.

Em 2025, a Corregedoria implementou uma política de comunicação correicional interna periódica onde, uma vez por mês, é publicada e divulgada a todos os servidores/colaboradores do MPor, notícias sobre suas atribuições e resultados mais relevantes da unidade. Essa atividade conta com amplo apoio da Assessoria de Comunicação do Mpor.

4

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

4.1. Gestão contábil

Resumo da Situação Patrimonial

ATIVO	R\$ 62.075.713.923
Passivo	R\$ 3.268.242.272
(=) Patrimônio Líquido	R\$ 58.807.471.650

Os dados constantes das demonstrações contábeis, a seguir analisadas, são provenientes da consolidação das informações do Ministério de Portos e Aeroportos, incluídos seus respectivos fundos, sendo eles: Fundo da Marinha Mercante – FMM e Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC, referentes ao ano de 2025.

Conforme verificado no Balanço Patrimonial, os ativos representam o montante de R\$ 62.075.713.923 e compreendem os recursos financeiros e patrimoniais geridos pelo Órgão. Já o passivo é da ordem de R\$ 3.268.242.272 e significa as suas obrigações. O Patrimônio Líquido, obtido pela diferença entre o total do Ativo e do Passivo, é de R\$ 58.807.471.650 refletindo uma situação patrimonial positiva.

Dos ativos, o Imobilizado corresponde apenas a 3,37%, sendo composto pelos Bens Móveis e Imóveis.

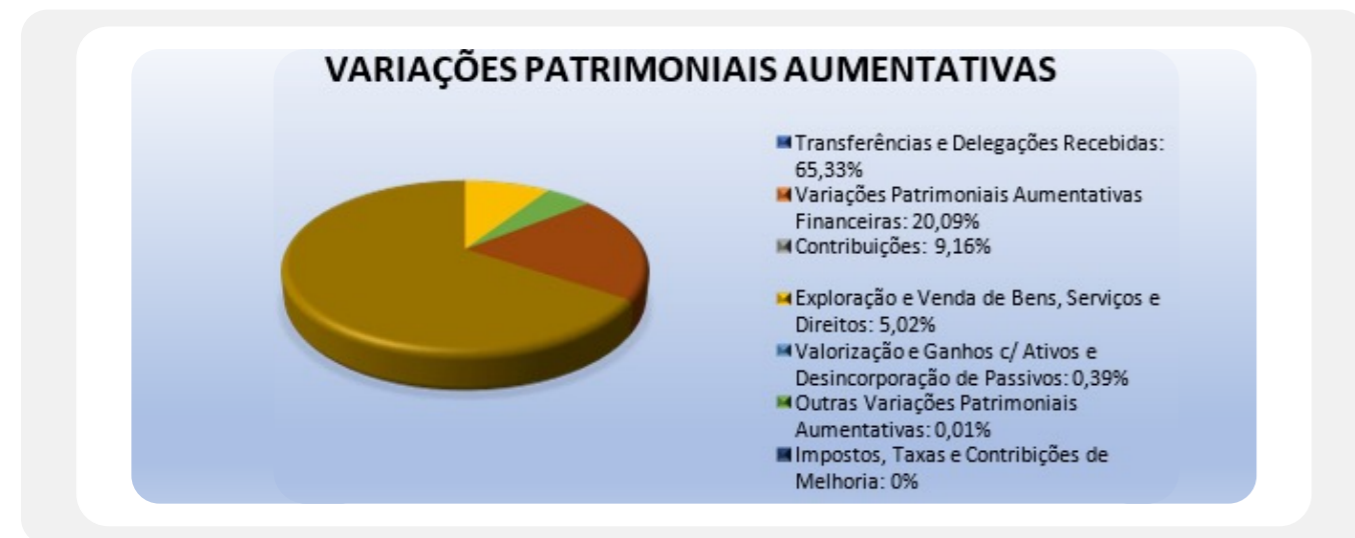
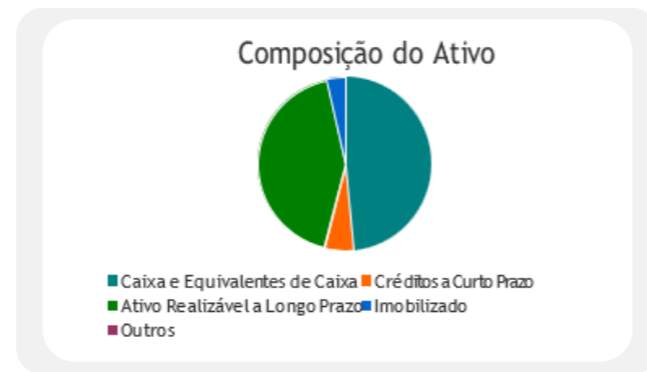
O Caixa e Equivalentes de Caixa representam 48,49% e correspondem a disponibilidades nos bancos, aplicações na Conta Única da União e aos recursos recebidos do Tesouro Nacional com autorização para saque.

O Ativo Realizável a Longo Prazo tem uma representatividade de 42,68%, sendo composto por empréstimos e financiamentos concedidos, e créditos e valores a receber no longo prazo. Outro título contábil é o de Créditos a Curto Prazo representando 5,47% do Ativo.

	VALOR (BILHÕES)	%
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 30.100.017.568	48,49%
Créditos a Curto Prazo	R\$ 3.393.445.100	5,47%
Ativo Realizável a Longo Prazo	R\$ 26.492.255.145	42,68%
Imobilizado	R\$ 2.089.996.108	3,37%
Outros	R\$	0%

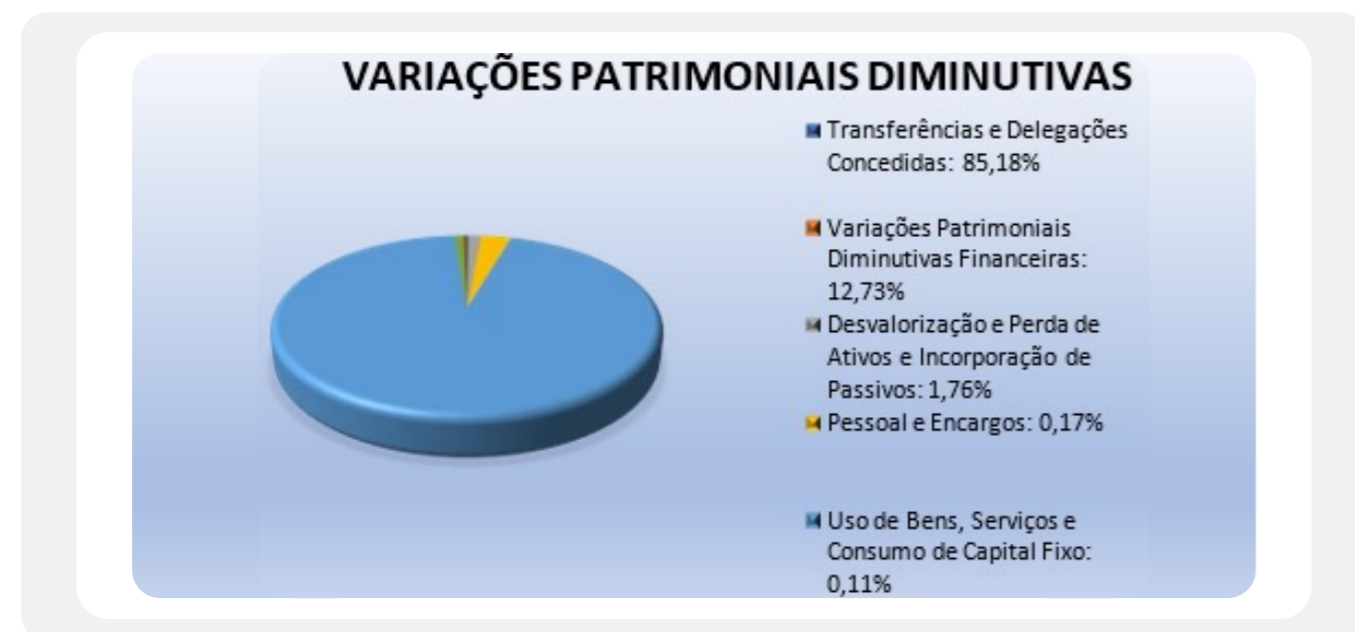
4.1.1. Demonstrações das Variações Patrimoniais – DVP

Na Análise das Demonstrações das Variações Patrimoniais DVP, as variações patrimoniais aumentativas alcançaram o montante de R\$ 36.381.376.375 Bilhões em 2025, sendo detalhado percentualmente conforme gráfico abaixo.



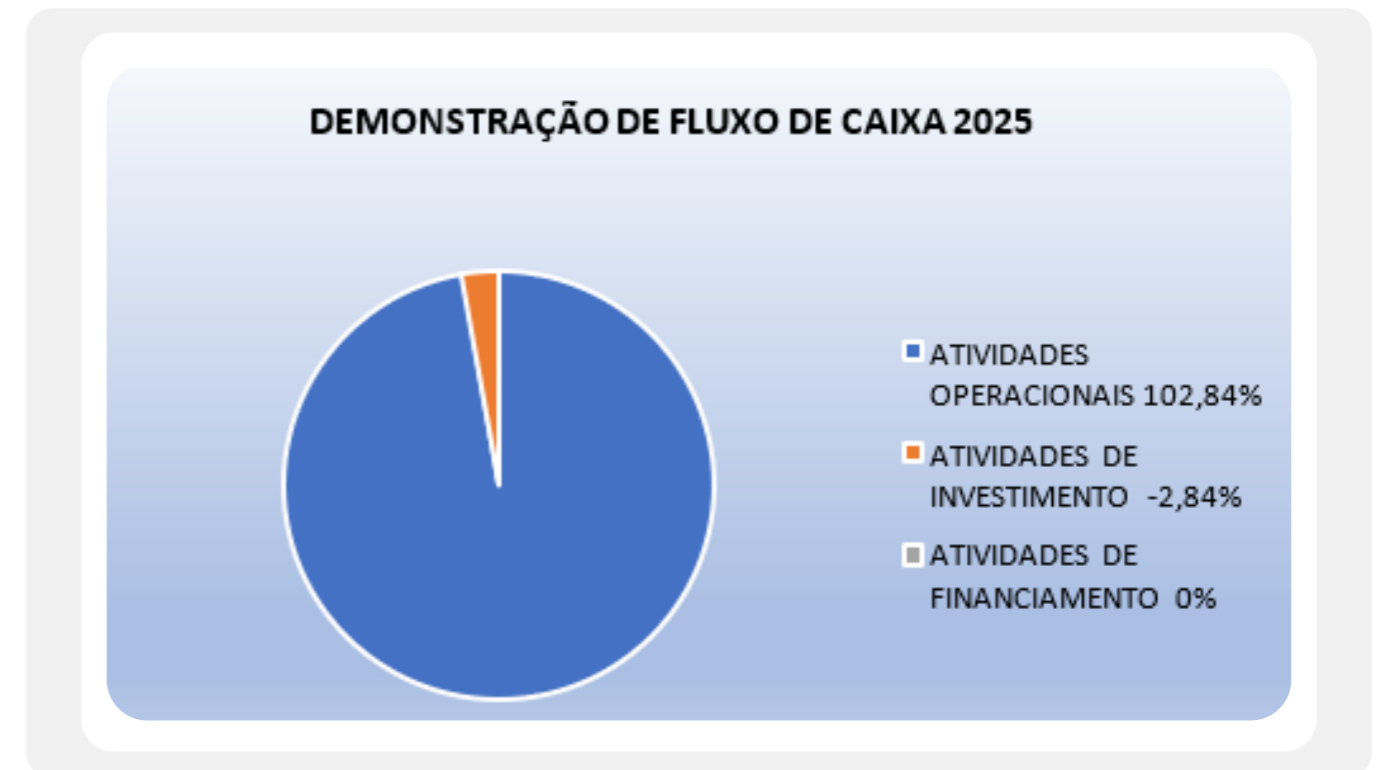
Por outro lado, as Variações patrimoniais diminutivas alcançaram o montante de R\$ 33.614.182.437 Bilhões em 2025, também detalhado conforme gráfico abaixo.

Ao confrontar as variações patrimoniais aumentativas com as variações patrimoniais diminutivas chega-se ao resultado patrimonial positivo de R\$ 2.767.193.938 bilhões.



4.1.2. Demonstrações de Fluxo de Caixa

A Demonstração de Fluxo de Caixa está distribuída conforme a seguir:



FLUXO DE CAIXA	2025
ATIVIDADES OPERACIONAIS	R\$ 3.145.822.881
INGRESSOS	R\$ 32.014.305.181
DESEMBOLSOS	R\$ 28.868.482.300
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	R\$ 86.819.233
INGRESSOS	R\$ 3.190.825.768
DESEMBOLSOS	R\$ 3.277.645.001
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	R\$ 0
RESULTADO DO FLUXO	R\$ 3.059.033.648

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxo: operacional, de investimento ou de financiamento.

A DFC identifica:

- a. As fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- b. Os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis;
- c. O saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

A informação do fluxo de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Tais informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

O Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais alcançou um montante líquido de R\$ 3.145.822.881, em 2025, enquanto o Fluxo de Caixa das Atividades de investimento foi da ordem de R\$ - 86.819.233, que somados formam um resultado positivo de R\$ 3.059.033.648.

4.1.3. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro é o instrumento onde se realiza a apuração do resultado financeiro do Órgão pelo confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício.

De acordo com o Manual de Contabilidade aplicada ao Setor público 9ª edição, tal Balanço explicita que, em geral, um resultado financeiro positivo é um indicador de equilíbrio financeiro.

O MPOR, no exercício de 2025, obteve um Resultado Financeiro negativo de - R\$ 4.581.626.269.

Resultado Financeiro	31/12/2025
a) Receitas Orçamentárias	R\$ 1.445.221.931
b) Despesa Orçamentárias	R\$ 7.629.101.085
Subtotal (a - b)	R\$ 6.183.879.147
c) Transferências Financeiras recebidas	R\$ 23.686.445.701
d) Transferências Financeiras concebidas	R\$ 28.469.438.003
Subtotal (c - d)	R\$ 4.782.992.303
e) Recebimentos Extraorçamentários	R\$ 6.641.536.967
f) Pagamentos Extraorçamentários	R\$ 256.291.787
Subtotal (e - f)	R\$ 6.385.245.180
Resultado Financeiro ((a-b) + (c-d) + (e-f))	R\$ 4.581.626.269

4.2. Principais fatos contábeis relativos à atuação e à situação financeira da UPC

Dentre os principais fatos contábeis, seguem os mais relevantes:

- No FMM - Fundo da Marinha Mercante, a conta de Bens Móveis está com saldo líquido negativo. Isso porque, para algumas contas, o valor da depreciação acumulada está maior que o valor registrado do ativo correspondente. À título de exemplo, a conta 123110201 - EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUNICACAO/TIC; em 31/12/2025, o saldo do ativo era de R\$ 403.190.82 A depreciação acumulada para esses bens, conforme saldo da conta 123810100 - DEPRECIACÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS, é de R\$ 362.873,03, O que foi necessário ajustes para rever os lançamentos de depreciação registrados nessas contas, assim como os valores transferidos para outras unidades, o que foi objeto de cobrança da setorial contábil.
- A conta contábil de enfoque foi a 12321.01.06 - Aeroportos/Estações/Aeródromos e a conta contábil 1.2.3.2.1.11.00 - Ativos de Concessão, visto que foi questionamento de Auditoria financeira do CGU- Controladoria Geral da União e recomendação do TCU - Tribunal de Contas da União, o qual gerou o processo 50020.005134/2023-51. A Setorial contábil do MPOR respondeu aos questionamentos feitos pela Secretaria Nacional de Aviação Civil - SNAC correlacionado ao Fundo Nacional de Aviação Civil -FNAC para os procedimentos de regularização dos saldos das contas conforme Nota Técnica N° 3/2024/DCONT- MPOR/COFCO-MPOR/CGGA-SE-MPOR/SE-MPOR e também foi feita uma Consulta à Secretaria do Tesouro Nacional - STN no sentido estabelecer a forma da contabilização correta e os procedimentos específicos para contabilização das concessões comuns de aeroportos e sobre o recolhimento de direitos a receber de receitas antecipadas decorrentes desse processo.
- A rubrica "Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos" que compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perda de ativo, teve uma redução

total em relação ao ano passado. Ocorre que houve uma mudança na contabilização das variações cambiais negativas, fazendo com que houvesse um crédito na conta 121110308 - FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS A REC - EXCETO FAT e um débito na conta 365110100 - DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS. Contudo, conforme Comunica STN 2023/1825714 (DOC SUPER 7053868), se a natureza dos lançamentos for de variação cambial, a conta a ser debitada é a 343510200 - VARIAÇÕES CAMBIAIS NEGATIVAS. A partir dessa mensagem, foram adotados os devidos procedimentos de regularização.

De acordo com a tabela "Composição Variações Patrimoniais Diminutivas", podemos perceber que as despesas relacionadas a "Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo" tiveram uma diminuição de 76,82%. Grande parte desses valores são relativos aos registros das comissões retidas pelo BNDES. Trata-se de contratos celebrados antes da publicação da Lei 10.893/2004. No ano de 2025, foram registrados R\$ 390.472 referentes a Restos a Pagar. Nessa rubrica também, consta o valor dos pagamentos relacionados às VPDs de Serviços Terceiros PJ, Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional, Serviços Administrativos, Serviços de Água, Esgoto, Energia Elétrica e Gás. Consta também o montante total depreciado tanto dos bens móveis quanto imóveis. Importante ressaltar que as retenções do BNDES diminuem a cada ano, pois os contratos enquadrados nessa disposição estão em fase final de amortização.

4.3. Normas legais e técnicas adotadas nas atividades orçamentárias, financeiras e contábeis da UPC

As informações constantes das demonstrações contábeis abrangem os dados da Administração Direta do Ministério de Portos e Aeroportos e do Fundo da Marinha Mercante - FMM e do Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC.

A conformidade contábil baseia-se nos procedimentos descritos no Manual SIAFI, nas macrofunções elaboradas pela Secretaria do Tesouro

Nacional – STN, nas Normas Brasileiras de Contabilidade Pública Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP, nas edições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e nas legislações pertinentes ao assunto, visando garantir a integridade, confiabilidade e veracidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, utilizado pelo Governo Federal para execução dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Utiliza-se, ainda, das seguintes ferramentas: Power BI, Tesouro Gerencial, planilhas de controles, elaboração de relatórios mensais, os quais são encaminhados às Unidades Gestoras discorrendo sobre restrições contábeis apontadas e lançamentos que necessitam ser analisados e, se for o caso, regularizados. Com o objetivo de disponibilizar a informação e garantir fidedignidade dos demonstrativos contábeis, o controle se faz por acompanhamento diário dos balanços e das informações constantes do SIAFI, solicitando ajustes via telefone, e-mail, comunica SIAFI e ofícios, quando necessários.

As principais normas legais utilizadas para o embasamento da análise das demonstrações con-

tábeis são a Lei 4.320/1964 e a LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei complementar nº 101/2000). Além dessas, existem regulamentos específicos emitidos por órgãos de controle e fiscalização, como a Controladoria-Geral da União - CGU e o Tribunal de Contas da União - TCU, que também são relevantes para a contabilidade pública.

Ademais, também é importante explicitar que as demonstrações contábeis no setor público e as notas explicativas melhoram a transparência e prestação de contas, a tomada de decisões, o controle interno e externo, a credibilidade e confiança na gestão dos recursos públicos.

No exercício de 2025 foram apontadas restrições contábeis, conforme evidenciado na tabela ao lado. Esses apontamentos são identificados, descritos os motivos e realizados acompanhamento nas unidades até a devida regularização.

Desta análise, identificou-se que o FMM possui o maior número de restrições contábeis relativas, principalmente, a falta de registro de depreciação e avaliação bens, e o FNAC com restrições relacionadas aos Convênios e TED - Termo de Execução descentralizada.

RESTRIÇÕES CONTÁBEIS ANUAIS		
Ministério de Portos e Aeroportos	Fundo da Marinha Mercante	Fundo Nacional de Aviação Civil
Falta de Registro de Conformidade de Gestão	Falta ou Atraso de Remessa do RMA/RMB	Falta de Registro de Conformidade de Gestão
Bens Não Localizados/Adiantamento TED Data Expirado	Falta Avaliação Bens Móveis/Intangíveis/Outros	Saldo Alongado TED a Comprovar
	Falta Registro Incompatível/Depreciação Ativo Imobilizado	Saldo Alongado Convênio a Comprovar /a Aprovar
	Saldo Alongado Indevido Contas Transitória Ativo Não Circulante	
	Falta de Conformidade de Registro de Gestão	

4.4. Informações dos contadores da UPC

O Contador responsável por cada unidade tem como atribuição principal certificar que as Demonstrações Contábeis geradas pelo SIAFI estão em consonância com o disposto nas legislações per-

tinentes ao assunto, aos procedimentos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e com as macrofunções elaboradas pela STN.

O Ministérios de Portos e Aeroportos e os Fundos a ele vinculados, dispõe de um contador para

cada Órgão, sendo ele responsável pelo registro da Conformidade Contábil no SIAFI, conforme abaixo. Este registro compete, exclusivamente, a um profissional em contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, que esteja em dia com as obrigações profissionais e devidamente credenciado no SIAFI para este fim.

O MPOR conta com uma Setorial Contábil de Órgão Superior atuando na orientação das demais unidades gestoras executoras, objetivando evitar distorções nas Demonstrações Contábeis, prevenir a ocorrência de inconsistências no SIAFI, bem como interligar suas unidades e a Coordenação de Contabilidade da STN. No ano de 2025, os responsáveis que atuaram pela Setorial Contábil Superior e unidades gestoras executoras foram:

FNAC - Fundo Nacional de Aviação Civil
Carlos Antônio A Cavalcanti – 04/10/2024
Priscila Pugliesi - 22/04/2025

FMM - Fundo da Marinha Mercante
Diego José da Silva Ramos - 01/01/2023

DCONT/MPOR – Setorial Contábil
Carlos Antônio A Cavalcanti – 04/10/2024
Priscila Pugliesi – 22/04/2025

4.5. Demonstrações contábeis e notas explicativas

Os Demonstrativos Contábeis e as Notas Explicativas do Exercício 2025 estão disponíveis por meio

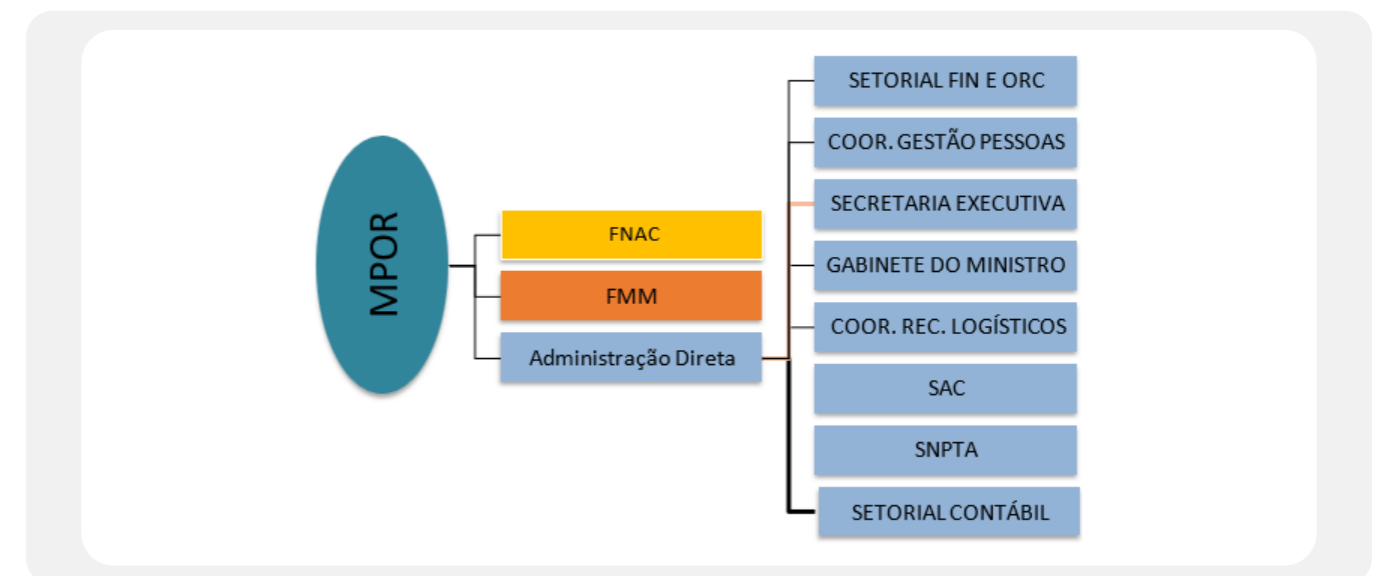
do link: [Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas – Portos e Aeroportos \(www.gov.br\)](http://www.gov.br).

As Demonstrações Contábeis são elaboradas em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, o Decreto-Lei nº 200/1967, o Decreto nº 93.872/1986, a Lei nº 10.180/2001, a Lei Complementar nº 101/2000, com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e com o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional.

As Demonstrações Contábeis seguem o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas de:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO); Balanço Financeiro (BF);
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

Os relatórios das Demonstrações Contábeis do MPOR foram elaborados a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeiras do Governo Federal (SIAFI), tendo como escopo os dados consolidados das contas contábeis das unidades gestoras executoras, que compõem sua Administração Direta e Fundos, integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).



5

UNIDADES VINCULADAS AO GABINETE DO MINISTRO

5.1. Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares

Balanco do Ano Legislativo de 2025

Proposições Legislativas (460 Monitoradas)

5.1.1. Matérias Prioritárias trabalhadas para rejeição/aprovação:

- Cabotagem aérea – PL 539/2024;
- Transporte de Cão Guia em Aeronaves – PL 10286/2018;
- Transporte Aéreo de Animais Domésticos – PL 4152/2024;
- Embarque armado em voos domésticos – PL 2688/2019;
- Despacho gratuito de bagagens – Vero 30, PL 2600/2023 e PDC 578/2016;
- Política Nacional de Proteção de Rios – PL 2842/2024;
- Comércio Exterior de Mercadorias – PL 4423/2024;
- Rios Navegáveis – Amazônia Legal – PL 4199/2024
- Boia – 3899/2024.

5.1.2. Matérias Sancionadas

A AESPAR participou de reuniões com a Casa Civil e Ministérios, visando à sanção de Proposições Legislativas aprovadas pelo Congresso Nacional.

- Política Nacional de Transição Energética - PL 327/2021;
- Transporte Aéreo de Animais Domésticos - PL 13/2020;
- Reforma Tributária - PLP 68/2024 e PLP 108/2024;
- Pacote Fiscal – PLP 210/2024;
- Rito das Emendas Parlamentares – PLP 175/2024;
- Fundos de Desenvolvimento e Investimentos no Nordeste – PL 4096/2024;

5.1.3. Requerimentos de Informação – RICs Apresentados 76 RICs:

- Respondidos oficialmente: 66

- Aguardando formalização pelo Congresso Nacional: 10
- Indicações - INCs
- Apresentadas 15 INCs ao MPOR:
- Respondidas: 9
- Aguardando conclusão: 6

5.1.4. PLNs Prioritários Aprovados (Créditos)

- PLN 8 – FNAC - Construção de um novo aeroporto na Serra Gaúcha;
- PLN 16 – CODERN -Substituição das Defensas do Porto Maceió/AL;
- PLN 18 – CDC- Reforço das dotações constantes da LOA vigente;
- PLN 20 – CODERN – Construção de Dolphins de Proteção dos Pilares da Ponte Newton Navarro sobre o Rio Potengi/RN – No município de Natal – RN;
- PLN 24 – CODERN – Balança rodoviária e substituição de móveis de escritório.

5.1.5. Caravanas

A equipe da AESPAR participou de três edições da Caravana Federativa. Entre as agendas, destaca-se a edição de Belo Horizonte, que contou com a participação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

5.1.6. Pleitos Federativos/Parlamentares

Recebidas 173 demandas encaminhadas por Prefeituras, Câmaras Municipais, Governos estaduais e parlamentares.

5.1.7. Informativos Parlamentares

Elaborados 42 Informativos e 42 Resultados Parlamentares, com o resumo das atividades semanais do Congresso Nacional.



5.1.8. Audiências Públicas

Realizadas 25 audiências públicas, no Congresso Nacional, com a participação das áreas técnicas do MPOR e da equipe AESPAR.

5.1.9. Cartilha Parlamentar

A Cartilha do MPOR é uma ferramenta de apresentação dos projetos prioritários do Ministério aos parlamentares e suas equipes, podendo ser acessada pelo link



5.1.10. Emendas ao Orçamento

O MPOR foi contemplado com emendas individuais, de comissão, de Bancadas Estaduais e de Relator, perfazendo um total de mais de R\$ 12.350.000,00 milhões.

5.2. Assessoria Especial de Comunicação Social - AESCOM

5.2.1. Gestão de Design e Atendimento à Imprensa

Ao longo do ano, foram realizadas ações contínuas nas frentes de Design de Informação, Comunicação Digital e Identidade e Criação, com crescimento progressivo da demanda e complexidade dos projetos. Total anual: 736 releases, 713 demandas de imprensa e 5 media trainings para 11 pessoas.

5.2.2. Atuação em Redes Sociais

A atuação digital do Ministério de Portos e Aeroportos em 2025 consolidou-se como instrumento estratégico de comunicação pública, transparência e aproximação com a sociedade.

As ações abrangeram campanhas institucionais, projetos audiovisuais, cobertura de agendas, inovação portuária e políticas de inclusão, com resultados expressivos de alcance e engajamento.

Principais Iniciativas

- Lançamento do videocast MPorCast.
- Websérie "MPor pelo Brasil".

MÉTRICAS DIGITAIS			
Plataforma	Seguidores	Crescimento	Foco
Instagram	118.454	+1.300	Campanhas e entregas
Linkedin	21.249	+2.000	Posicionamento técnico
Facebook	159.285	--	Alcance geral
X	55.403	--	Agenda e imprensa

5.3. Assessoria Especial de Assuntos Internacionais - AESINT

A atuação da AESINT junto ao Ministério de Portos e Aeroportos reforçou um compromisso institucional com os temas da pasta no âmbito internacional. Seguem abaixo as principais atividades desenvolvidas na AESINT/MPOR no âmbito do exercício 2025:

- **JANEIRO-MAIO** - Coordenação e organização do Grupo de Trabalho de Transportes do BRICS;
- **FEVEREIRO** - Assinatura do Memorando de Entendimento com a Association des Ville et Ports (AIVP);
- **FEVEREIRO** - Assinatura de Memorando de

Entendimento com o Ministério das Infraestruturas e Habitação de Portugal;

- **FEVEREIRO** - Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica com a ApexBrasil;
- **FEVEREIRO** - Assinatura de Memorando de Entendimento com o Ministério do Clima e Meio Ambiente da Noruega;
- **MARÇO** - Missão presidencial ao Japão e Vietnã, contando com assinatura do Memorando de Cooperação com o Ministério da Economia, Comércio e Indústria do Japão;
- **ABRIL** - Roadshow para Lisboa, Amsterdã e Copenhague, divulgação do Túnel Santos Guarujá;
- **MAIO** - Assinatura de Memorando de Entendimento com o Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU);
- **MAIO** - Missão presidencial à China, contando com assinatura de Memorando de Entendimento com a Civil Aviation Flight University of

- China;
- **MAIO-NOVEMBRO** - Participação e coordenação da participação do Ministério na COP30;
- **JUNHO** - Missão presidencial à França, contando com assinatura de Declaração de Intenções com o Ministério dos Transportes da França;
- **AGOSTO** - Assinatura de Memorando de Entendimento com a APEC Port Training;
- **AGOSTO** - Assinatura de Memorando de Entendimento com a Autoridade do Canal do Panamá;
- **SETEMBRO** - Missão ministerial à França em

- conjunto com a Brasil Export;
- **SETEMBRO-OUTUBRO** - Coordenação e organização da Comissão de Especialistas de Transportes Marítimos do MERCOSUL (CETM);
- **NOVEMBRO** - Missão ministerial aos Emirados Árabes Unidos, Dubai Airshow;

Audiências com diversas empresas e embaixadas para tratar de assuntos relacionados à atuação internacional do Ministério de Portos e Aeroportos. Seguem abaixo alguns exemplos de audiências, curtas e proveitosas, ocorridas no ano (2025) com as seguintes instituições:

Jan.	Embaixada do Irã	Jul.	Al Jaber Group; Embaixada da China; European Energy;
Fev.	AIVP; Embaixada da Ucrânia; CCCC e Concremat; Embaixada da Noruega;	Ago.	Philip Morris; Embaixada de Singapura; MSC Group;
Mar.	Embaixada dos Emirados Árabes Unidos; Embaixada da Irlanda; Embraer	Set.	CLIA; ICTSI Group; OMT;
Abr.	AIVP	Out.	Embaixada da Suíça; APEC; Ministério de Singapura; CA-FUC;
Mai.	Ministro da Nigéria; Embaixada do Paraguai;	Nov.	Ministério de Singapura; Euro-gate; Emirates Airlines;
Jun.	Embaixada da França; Embaixada do Peru; Embaixada da Eslováquia; Embaixada da Alemanha;	Dez.	AD Ports Group;

Reuniões com outros ministérios e órgãos do governo brasileiro para tratar de temas que relacionam os segmentos de portos, aeroportos, navegação aérea, navegação marítima e hidrovias à agenda internacional do governo brasileiro em esferas bilaterais e multilaterais (BRICS, COP30, CETM). Os principais interlocutores foram: Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ministério dos Transportes (MT), Ministério das Cidades (MCID), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

(MDIC), Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Esta Assessoria Especial de Assuntos Internacionais, em 2026, continuará empenhada em aprimorar suas práticas e promover um assessoramento internacional especializado, contribuindo para o alcance das metas institucionais e internacionais da pasta.

5.4. Assessoria de Participação Social e Diversidade – ASPAD

A atuação da ASPAD desenvolve-se de forma transversal em diversos eixos estratégicos, abrangendo conferências nacionais, participação em colegiados, conselhos e comissões, articulação no Fórum Interconselhos, diálogo com movimentos sociais e organizações da sociedade civil, promoção de políticas afirmativas e inserção em processos internacionais e multilaterais, com destaque para a COP30.

No exercício de 2025, destacam-se como principais ações e entregas a instituição do Comitê de Participação Social, Diversidade, Equidade, Acessibilidade e Inclusão "Maria Felipa" e a criação de um grupo de comitês de diversidade com mais de 20 instituições portuárias, fortalecendo a agenda de inclusão no setor. Também foram elaborados e entregues o Plano de Trabalho da unidade e o mapeamento de dimensionamento da força de trabalho, além da implementação de instrumentos de acompanhamento de demandas sociais e da atuação na fiscalização de contratos voltados à acessibilidade.

No campo da articulação interinstitucional, a ASPAD atuou em projetos estruturantes, como a proposta de acordo de cooperação para enfrentamento ao tráfico de pessoas, o Programa de Acolhimento ao Passageiro com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a participação em operações de recepção humanitária de brasileiros repatriados e em grupos de trabalho sobre direitos humanos e empresas.

Adicionalmente, a unidade fortaleceu parcerias com a sociedade civil, nos termos do marco regulatório vigente, promovendo instrumentos de cooperação voltados à sustentabilidade, à Agenda 2030, à formação profissional e à regulação dos setores portuário e aeroportuário. Houve ainda iniciativas de sustentabilidade e práticas ESG, ações de combate ao tráfico de pessoas e projetos voltados à inclusão e à proteção social, consolidando a atuação da ASPAD como eixo estratégico de promoção da participação social, diversidade e direitos humanos no âmbito do Ministério.

5.5. Ouvidoria

A Ouvidoria do Ministério de Portos e Aeroportos, em conformidade com o Decreto nº 11.354, de 1º de janeiro de 2023, alterado pelo Decreto nº 12.663, de 07 de Outubro de 2025, é órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado de Portos e Aeroportos. Na data de encerramento do período abrangido pelo presente relatório, a Ouvidoria contava com três servidores efetivos (Ouvidora, Chefe do serviço de Ouvidoria e uma Técnica em Secretariado), duas assistentes técnicas e uma secretária executiva.

Em abril de 2023, foi assumida pela Ouvidoria do MPOR a gestão da Plataforma Fala.BR, para tratamento das demandas de acesso à informação e das manifestações de ouvidoria destinadas ao Ministério de Portos e Aeroportos, as quais, até então, vinham sendo tratadas pela Ouvidoria do Ministério dos Transportes, em decorrência do desmembramento do extinto Ministério da Infraestrutura. Ao final de 2025, a Ouvidoria era composta por três servidoras, incluindo a Ouvidora, e três colaboradoras terceirizadas, as quais distribuíam-se em Gestão da Ouvidoria e Gestão do Serviço de Ouvidoria, responsável pelo gerenciamento da Plataforma Fala.BR, no tratamento das demandas de Ouvidoria e a de Acesso à Informação.

Manifestações de Ouvidoria

A Ouvidoria do MPOR atua como um canal de comunicação entre o cidadão e a Administração Pública, garantindo transparência, eficiência e qualidade nos serviços prestados. Seu objetivo principal é receber, analisar e encaminhar manifestações da sociedade, como solicitações, reclamações, denúncias, comunicações de irregularidades (comunicações), sugestões, elogios e pedidos de simplificação, o que proporciona ao órgão oportunidades de melhoria em seus serviços.

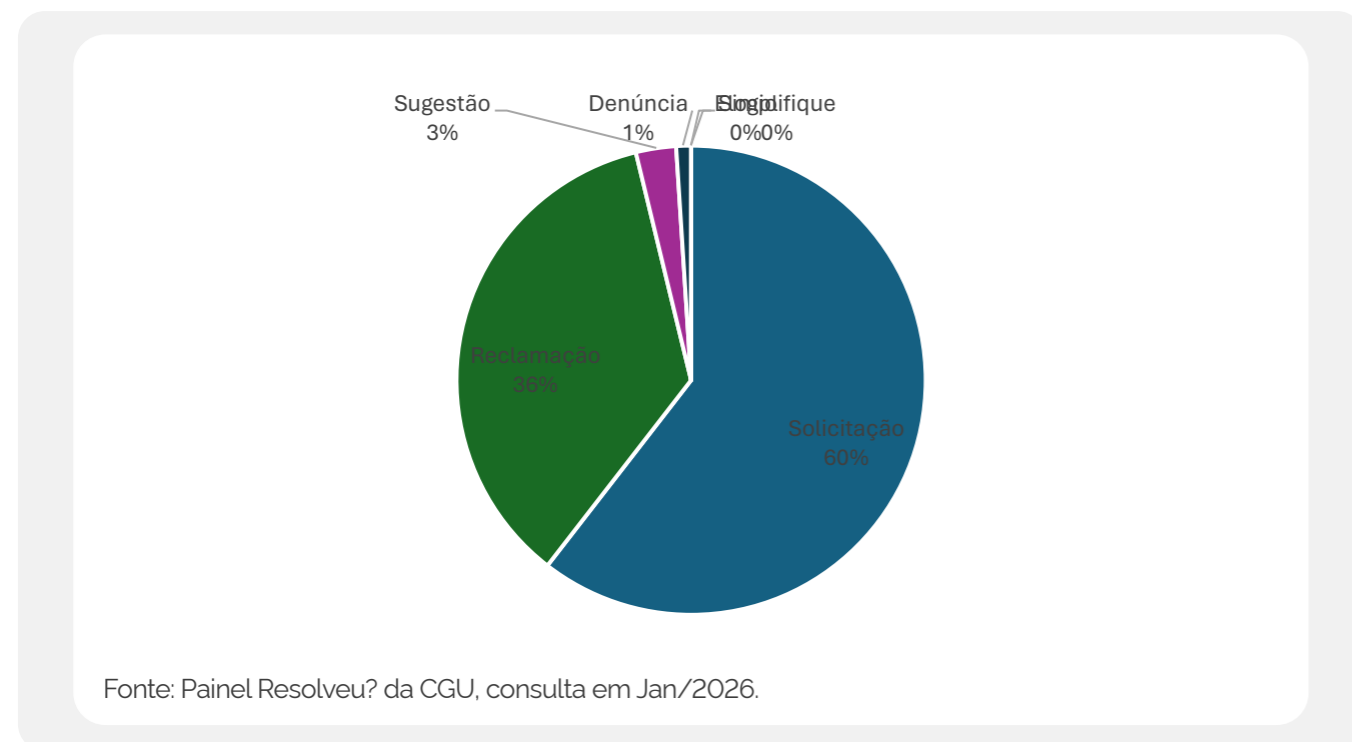
Todas as manifestações recebidas são tratadas pela Plataforma Fala.BR, atendendo a previsão da Portaria Normativa CGU nº 116, de 18 de março de 2024, mesmo que recebidas por outros meios de comunicação, como e-mail, carta e protocolo do MPOR.

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025, a Ouvidoria do Ministério de Portos e Aeroportos recebeu e deu encaminhamento a 1.323 manifestações, por meio do sistema FalaBr, classificadas como: comunicação, denúncia, elogio,

reclamação, solicitação e sugestão. A tabela e o gráfico a seguir mostram a porcentagem das manifestações recebidas separadas por tipo.

TIPO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM %
Solicitação	782	60,4
Reclamação	473	36,6
Sugestão	35	2,7
Denúncia	12	0,9
Elogio	0	0
Simplifique	0	0
Arquivadas	21	--
Total	1.323	100

Fonte: Painel Resolveu? da CGU, consulta em Jan/2026.



Fonte: Painel Resolveu? da CGU, consulta em Jan/2026.

A seguir, são apresentados os quantitativos de demandas, destacando as tratadas (respondidas e arquivadas) no âmbito do próprio MPor e as que

foram encaminhadas a outros órgãos ou entidades, em função da competência para a adoção de providências.



Fonte: Painel Resolveu? da CGU, consulta em Jan/2026.

Prazo Médio de Atendimento de Demandas

Durante o ano de 2025, o Ministério de Portos e Aeroportos teve o prazo médio de resposta de 19,7 dias. O prazo legal para responder à solicitação de informação é de 20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias; para responder às manifestações de ouvidoria, o prazo é de até 30 dias (prorrogável por mais 30 dias), conforme Art. 11, §1º, da Lei nº 13.460/2017. No Ministério de Portos e Aeroportos, todas as solicitações de informação e as manifestações recebidas foram respondidas dentro do prazo legal.

Os prazos legais são contados em dias corridos, entretanto a Plataforma Fala.BR calcula o prazo final para que o último dia do prazo seja sempre um dia útil, o que pode gerar uma extensão do prazo

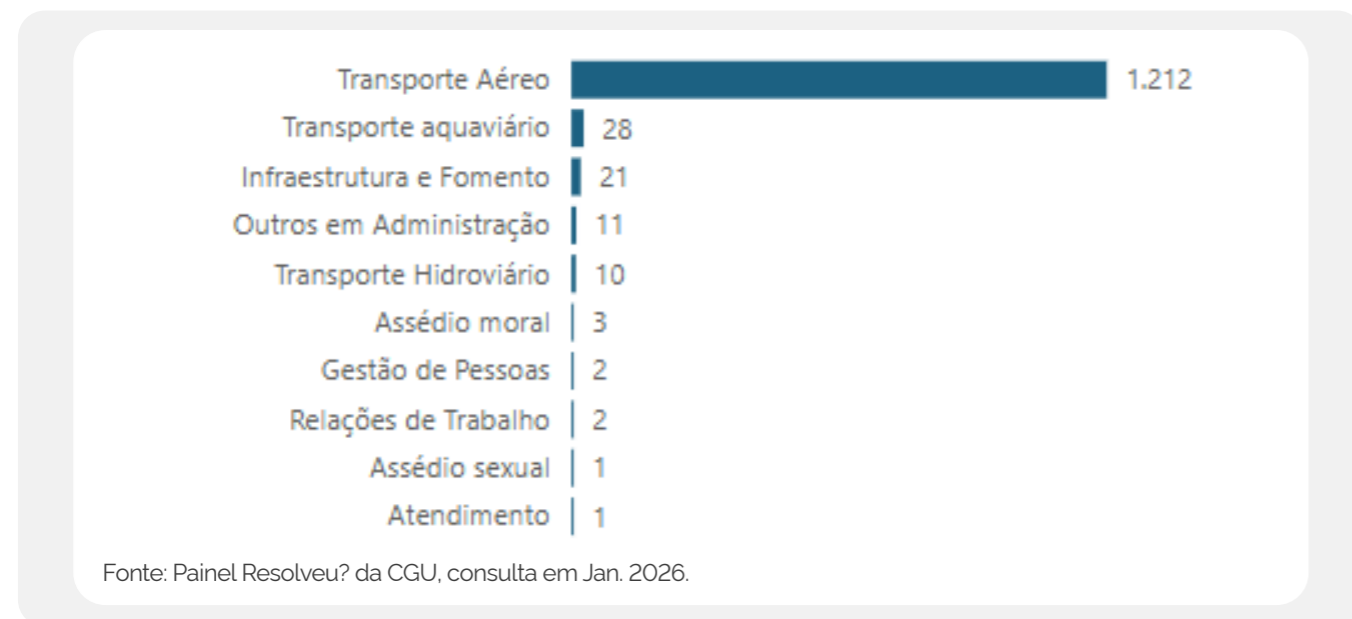
final de resposta.

Análise Gerencial Quanto aos Principais tipos e Motivos das manifestações

No Fala.BR, Assunto é a categoria geral da manifestação (como "Transporte Aéreo" ou "Transporte Aquaviário"), e Subassunto é uma classificação mais detalhada dentro desse Assunto, como "Serviços e sistemas", "Infraestrutura e fomento", "Transparência passiva" ou temas específicos como "Concessão de Portos", ajudando a direcionar e padronizar o tratamento das demandas dentro da plataforma Fala.BR, com o objetivo de obter dados mais precisos e agilizar o atendimento.

Os assuntos de maior incidência nas manifestações de Ouvidoria recebidas no MPor, em 2025, são:

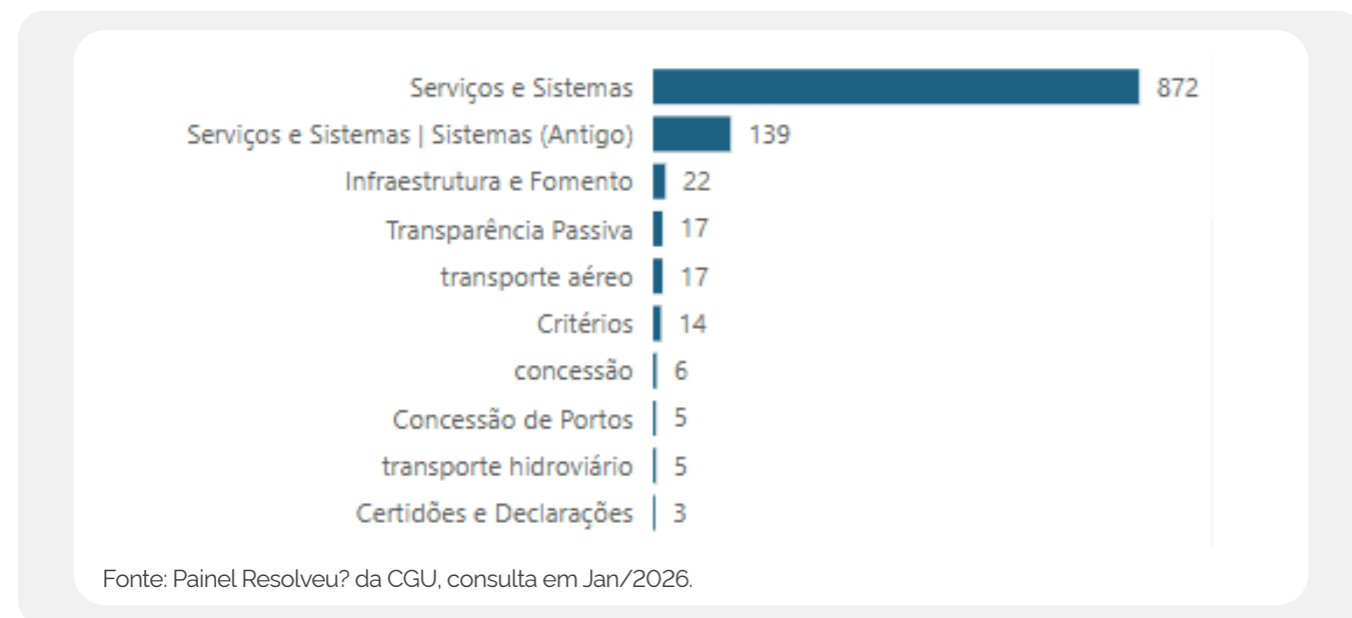
Assuntos mais demandados



Esclareça-se que os assuntos são classificados, inicialmente, pela natureza do modal (Transporte aéreo, Transporte hidroviário e Transporte Aquaviário), nos demais casos pela natureza do serviço,

que é definido pelo objeto da demanda, como, por exemplo, Infraestrutura e fomento, Outros em Administração e Gestão de Pessoas.

Subassuntos mais demandados



Verifica-se um volume significativo de demandas relacionadas ao Transporte aéreo/serviços e sistemas, sendo tais dados diretamente relacionados ao programa Voa Brasil. O Programa Voa Brasil foi

instituído pela Portaria MPor nº 339/2024, e é uma iniciativa do Governo Federal que tem como objetivo democratizar o acesso ao transporte aéreo no País.

Na sequência, observa-se a incidência de demandas relacionadas ao transporte aquaviário/hidroviário/infraestrutura e fomento e transparência passiva, o que indica elevado interesse da sociedade por informações associadas a esse setor, relacionadas ao desenvolvimento de políticas públicas pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), que de acordo com as ações de 2024 e 2025, estão focadas em três pilares: **integração, inovação e investimento**. As principais ações visam à modernização da infraestrutura, à expansão da aviação regional, à sustentabilidade e à atração de investimentos, através de leilões e contratos de arrendamento.

Neste contexto, e considerando o quantitativo de manifestações tratadas pelo MPor, identificamos que houve pontos e temas recorrentes abordados nas manifestações, que requerem a adoção de providências gerenciais ou estruturantes, relacionadas ao monitoramento do Transporte Aéreo, dada a sua alta representatividade nas manifestações, principalmente no que tange ao Programa Voa Brasil. Acompanhando a mesma relevância, observamos a necessidade de aprimorarmos a disponibilização de informações em transparência ativa relacionadas aos programas e aos projetos relacionados ao Transporte Aquaviário/Transporte Aéreo/ infraestrutura e fomento/concessão e arrendamentos.

Satisfação do Usuário – Pesquisa fala.br

A Plataforma Fala.BR, onde estão registradas as manifestações de ouvidoria recebidas pelo MPor, permite que o usuário preencha uma pesquisa de satisfação. Em 2025, a satisfação média do usuário foi de 44%, o que representa uma diminuição da satisfação em relação ao ano de 2024. Contudo, ao se analisar individualmente cada manifestação e cada resposta correspondente às demandas cujos usuários responderam à pesquisa de satisfação, verifica-se que todas versam sobre o programa Voa Brasil, em que pese o cidadão ter sido informado sobre as regras e condições do programa, prevalece a frustração do usuário frente a golpes aplicados em redes sociais, que cobravam taxas indevidas dos usuários, como condição para participação no programa.

Somado a isso, muitos cidadãos não fazem par-

te do público-alvo do Voa Brasil e enviam reclamações, solicitando ampliação do programa. Mesmo quando informados de que não podem ter acesso, de maneira rápida e completa, estes passam a avaliar o serviço como insatisfatório, pois avaliam o atendimento ao seu desejo de participar, e não o serviço da Ouvidoria em si.

O atendimento às manifestações é um serviço público prestado pelo Ministério de Portos e Aeroportos, e o monitoramento da satisfação do usuário quanto à prestação desse serviço visa à identificação de oportunidades de melhoria do processo de atendimento, bem como à verificação da necessidade de envio de esclarecimentos adicionais ou de aprimoramento da resposta ao cidadão, por meio da reabertura da manifestação e do envio de nova resposta. Assim, são avaliadas e revistas todas as manifestações dos usuários que responderam à pesquisa de satisfação. Nesse monitoramento, observou-se que somente em 40 (3,02%) dos 1.323 atendimentos realizados, o cidadão preencheu a pesquisa de satisfação disponível no Fala.BR.

Todas as 40 manifestações correspondentes foram avaliadas para se verificar se seria necessário e possível complementar a resposta ao cidadão e/ou tomar medidas que beneficiariam o usuário. Das manifestações avaliadas como "insatisfeito" e "muito insatisfeito", relacionadas ao programa Voa Brasil, foram reabertas e tramitadas à Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC) para ciência e providências no sentido de aprimorar o programa. Foram reabertas e tramitadas 9 manifestações; entretanto, em relação às demais demandas, não possível realizar uma nova análise, uma vez que, ainda que a avaliação do cidadão fosse de insatisfação, não haveria alteração a ser realizada no conteúdo da resposta fornecida pelo MPor, considerando que, em sua maioria, a insatisfação foi decorrente da impossibilidade de utilização do programa Voa Brasil (não tinham direito a participar do programa); ou foi decorrente de não receber ressarcimento pelo golpe sofrido, em que foi utilizado o nome do programa Voa Brasil para cobrança de taxas indevidas.

Transparência Ativa

Frente à necessidade de atualização da seção de Ouvidoria do site do Ministério de Portos e Aero-

portos, de forma a incluir todos os itens que compõem os requisitos de transparência elencados no art. 71 da Portaria Normativa CGU nº 116/2024, e com o auxílio da Assessoria Especial de Comunicação deste Ministério, o site foi atualizado e cumpre em forma e conteúdo às disposições da Portaria Normativa CGU nº 116, de 18 de março de 2024, conforme pode-se aferir por meio do [link: https://www.gov.br/portos-e-aeroportos/pt-br/ouvidoria](https://www.gov.br/portos-e-aeroportos/pt-br/ouvidoria)

Para atualizar as demais informações no site do Ministério de Portos e Aeroportos, garantindo a disponibilização de dados em Transparência Ativa, foram verificadas as pendências constantes do Sistema de Transparência Ativa (STA), no sistema FalaBr, que versavam sobre os seguintes temas: AUDITORIAS, SERVIDORES (ou EMPREGADOS PÚBLICOS), SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (SIC) e DADOS ABERTOS. Tais pendências foram sanadas, preenchidas no FalaBr e aguardam análise da secretaria Nacional de Acesso à Informação – SNAI, para validação e baixa.

Ciclo Avaliativo do Modelo de Maturidade em Ouvidoria Pública

A Ouvidoria do Mpor realizou seu autodiagnóstico de maturidade em todos os exercícios, conforme Modelo de Maturidade em Ouvidoria Pública da CGU, e adotou providências para atendimento das exigências do 2º Ciclo Avaliativo do SisOuv, instrumento elaborado para apoiar o processo de melhoria na gestão das unidades de ouvidoria do Sistema de Ouvidoria Pública do Poder Executivo Federal - SisOuv.

Neste processo, a Ouvidoria do Mpor anexou documentos no sistema próprio da CGU (e-cgu), demonstrando atender às exigências constantes do Modelo.

Carta de Serviços

A carta de serviços, conforme estabelecido pela Portaria Normativa CGU nº 116, de 18 de março de 2024, é um instrumento que formaliza e descreve de maneira clara e acessível os serviços prestados pelos órgãos e entidades públicas à sociedade. Considerando que o MPOR é parte do ColaboraGov, os serviços prestados por esta pasta encon-

tram-se listados na página do MGI, gestor do ColaboraGov.

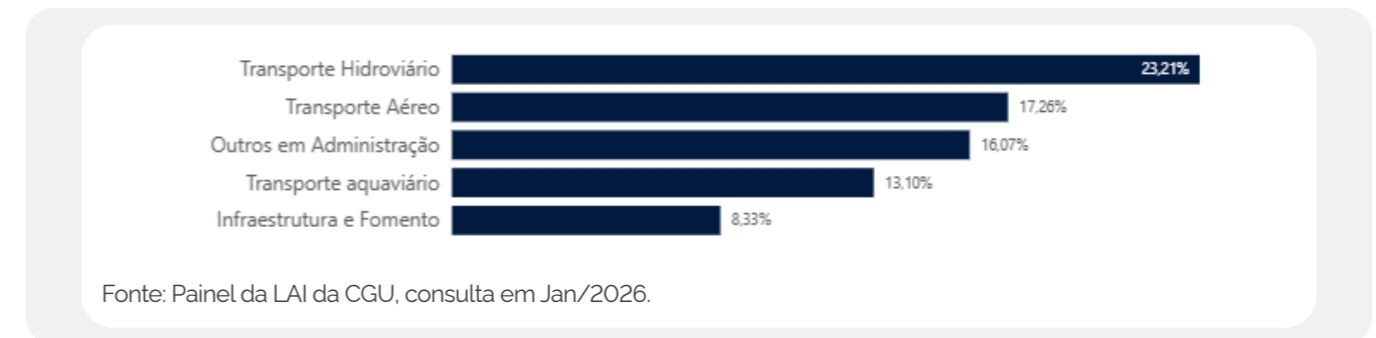
Pedidos de Acesso à Informação

Ao longo de 2025, o MPor recebeu 168 pedidos de informação, das quais apenas 13 (7,74%) receberam recursos. Todos os pedidos foram atendidos dentro do prazo legal (20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias), resultando em zero omissões de resposta. Desde o início das atividades da OUV/MPor, em abril de 2023, o Ministério respondeu todos os pedidos de informação dentro do prazo legal, sendo classificado como órgão que nunca teve omissões.

De acordo com as informações do Painel da LAI, ao longo de 2025, o tempo médio de resposta dos pedidos de informação foi de 22 dias, mantendo a média do ano de 2024 (22 dias), dentro do prazo de resposta estabelecido pela legislação (30 dias). Tal manutenção de média de prazo se dá ao fato de haver um protocolo de triagem, interlocução com as áreas técnicas responsáveis pela demanda, análise das informações técnicas disponibilizadas pelas áreas e elaboração da resposta ao usuário em conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI), procedimentos estes que demandam em média 20 dias.

Em relação aos pedidos de acesso à informação, observa-se maior concentração de pedidos relacionados ao Transporte Hidroviário (23,21%), o que indica elevado interesse da sociedade por informações associadas a esse setor. Em seguida, destaca-se o tema Transporte Aéreo (17,26%) e Outros em Administração (16,07%), que reúne demandas de natureza transversal e administrativa, refletindo a busca por informações institucionais e procedimentais. Outro assunto em destaque está relacionado a políticas públicas desenvolvidas pelo Mpor, que consiste em Infraestrutura e fomento (8,33%), refletindo demandas pontuais sobre políticas, projetos, controle e *compliance*.

Assuntos mais demandados



Respostas aos Pedidos de Acesso à Informação

Tipos de Resposta aos Pedidos

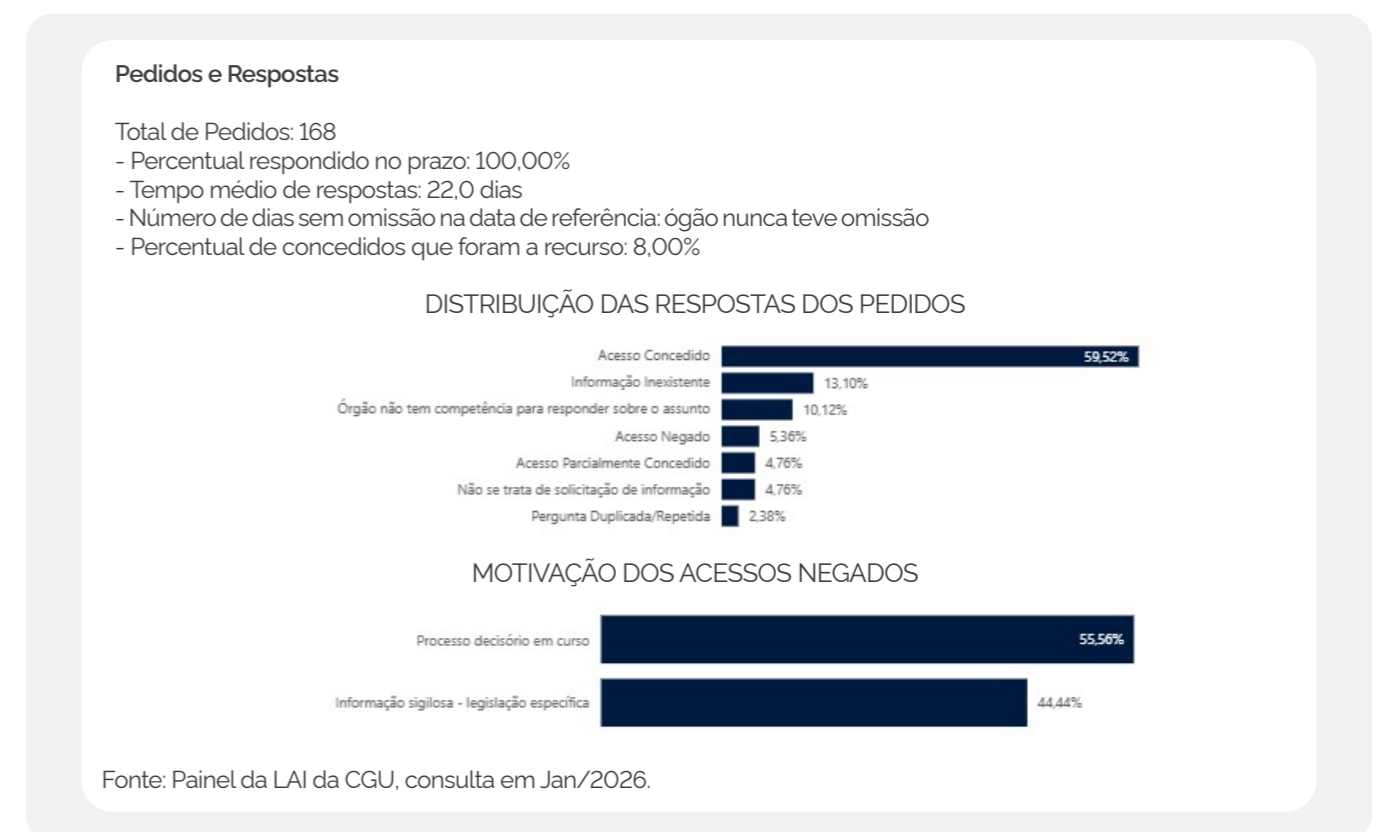
Do total de pedidos respondidos pelo MPor (168 pedidos), de acordo com as classificações disponíveis no Fala.BR, foi concedido acesso à informação para 59,52% das solicitações, foi concedido acesso parcial à informação para 4,76% das solicitações, ou seja, em 64,28% dos casos a informação foi disponibilizada ao cidadão integral ou parcialmente.

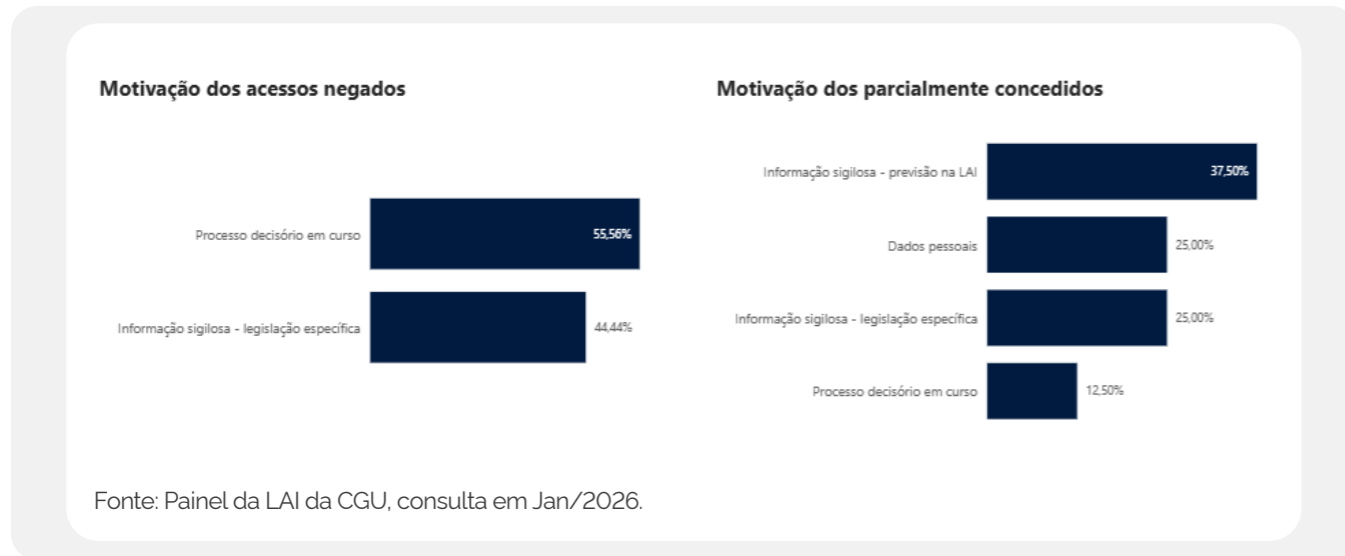
Se do total de demandas forem excluídas aquelas cujo atendimento era inviável (22 pedidos de in-

formação inexistente, 17 pedidos que não eram de competência do órgão responder sobre o assunto, 8 pedidos que não tratavam de solicitação de informação e 4 pedidos duplicados), perfazendo um total de 51 solicitações sem viabilidade de acesso, podemos concluir que o Ministério forneceu a informação (integral ou parcialmente) em 92,30% (108 pedidos) dos pedidos passíveis de resposta (117 pedidos).

Tipos de decisões das respostas aos pedidos

O gráfico a seguir mostra os tipos de resposta em relação aos pedidos de informação:





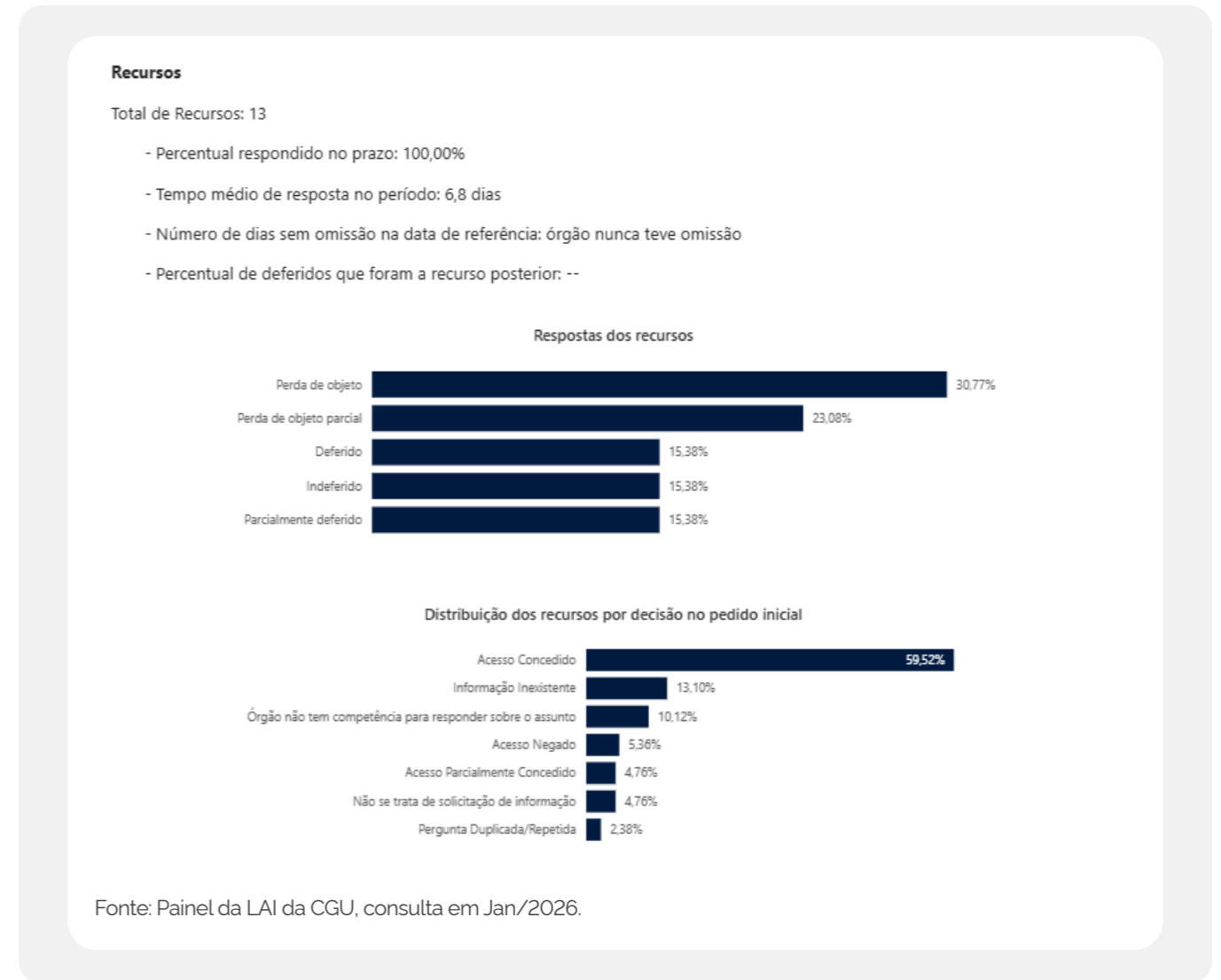
Em 5 das 9 demandas cujas informações não foram fornecidas (acesso negado), a informação solicitada integrava um processo decisório em curso. As outras 4 situações de acesso negado ocorreram em decorrência de solicitações de informações classificadas como sigilosas.

Portanto, quando uma informação é parcialmente concedida, isso significa que foi fornecida toda a informação disponível possível, nos termos da legislação vigente.

Recursos LAI

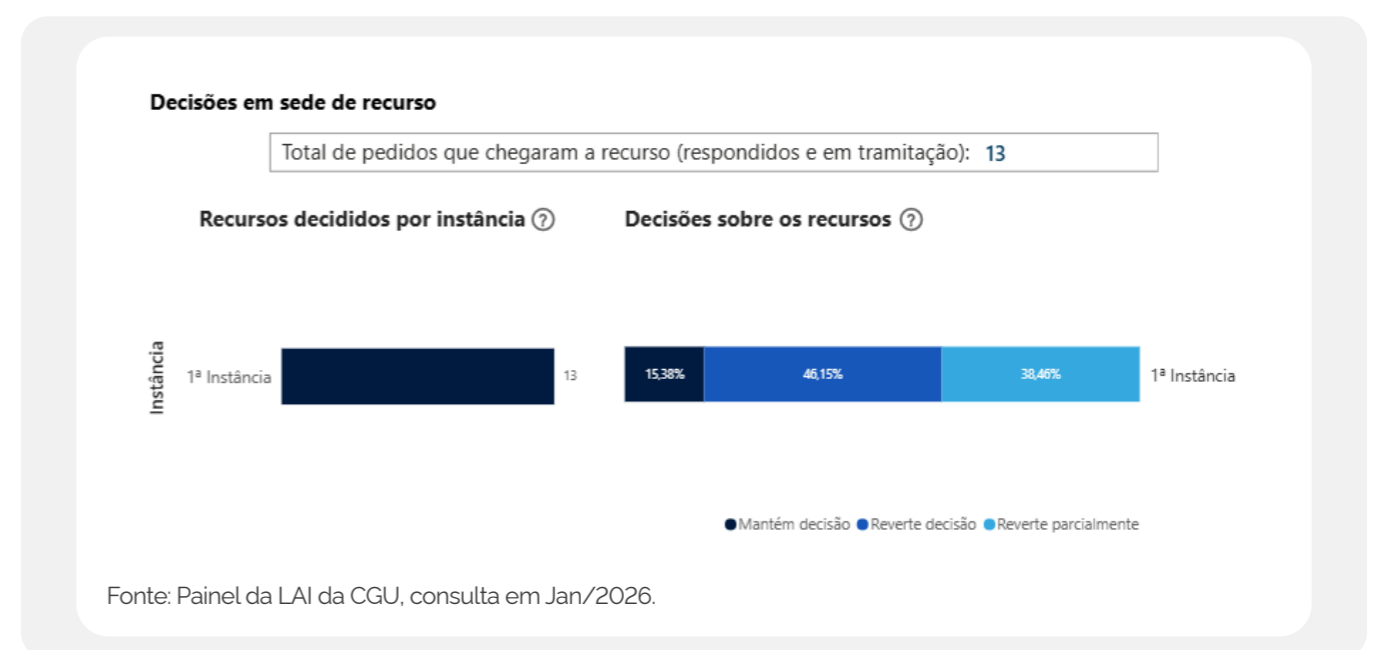
Os casos em que a concessão da informação foi parcial (8 pedidos) decorreram do fato de parte da informação conter dados pessoais (2 pedidos), parte da informação ser sigilosa (5 pedidos) ou de não poder ser fornecida por ainda haver processo decisório em curso (documento preparatório – 3 pe-

Em 2025, foram registrados 13 recursos em 1ª instância, relativos a pedidos de acesso à informação, o que corresponde a 7,74% do total de pedidos de informação recebidos, não havendo registros de recursos em 2ª instância, nem nas instâncias superiores (CGU e CMRI), conforme os dados apurados.



<p>1ª Instância ⓘ</p> <p>13 (7,74% dos pedidos) Recebidos</p> <p>13 (100,00%) Respondidos</p>	<p>2ª Instância ⓘ</p> <p>0 (0,00% dos pedidos) Recebidos</p> <p>0 (0,00%) Respondidos</p>
<p>3ª Instância (CGU) ⓘ</p> <p>0 (0,00% dos pedidos) Recebidos</p> <p>0 (0,00%) Respondidos</p>	<p>4ª Instância (CMRI) ⓘ</p> <p>0 (0,00% dos pedidos) Recebidos</p> <p>0 (0,00%) Respondidos</p>

Fonte: Painel da LAI da CGU, consulta em Jan/2026.



Satisfação do Usuário

A Plataforma Fala.BR disponibiliza uma pesquisa de satisfação a ser preenchida pelo cidadão ao final do atendimento. Em que pese somente 7 usuários terem preenchido essa pesquisa, verifica-se que a média de satisfação foi bastante elevada, pois a maioria deles ficou satisfeito ou muito satisfeito com o atendimento prestado em decorrência de o pedido ter sido atendido e ter sido de fácil compreensão.

Quantidade de avaliações: **7**
(4,17%)



A resposta fornecida atendeu plenamente ao seu pedido?



A resposta fornecida foi fácil de compreender?

Fonte: Painel da LAI da CGU, consulta em Jan/2026.

Participação Social – Consultas Públicas

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) utiliza ativamente consultas públicas tanto para a formulação de políticas e diretrizes quanto para a coordenação de sua execução. As contribuições são coletadas

via plataforma Participa + Brasil, permitindo que cidadãos e o setor privado colaborem diretamente na gestão da infraestrutura portuária e aeroviária. No período de 1º/01/2025 a 31/12/2025 foram publicadas 5 consultas públicas no Portal Participa + Brasil, que podem ser acessadas por meio do endereço: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/consultas-publicas>

GUIA Lilás da CGU – Ações de Enfrentamento ao Assédio

O Guia Lilás é um documento elaborado pela Controladoria-Geral da União – CGU e traz orientações para prevenção e tratamento ao assédio moral e sexual e à discriminação no Governo Federal, apresentando os conceitos de assédio e trazendo exemplos práticos de situações que podem caracterizar esse tipo de importunação.

Em harmonia com o Guia Lilás da CGU, a Ouvidoria do Ministério de Portos e Aeroportos desenvolveu, em conjunto com a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – CGGP, uma linha de atuação voltada à promoção de uma cultura de respeito, inclusão, prevenção e cidadania, por meio da elaboração e divulgação de guias com caráter educativo e preventivo. Esses documentos servem como orientações para gestores, servidores, colaboradores e para a sociedade em geral, alinhados aos princípios de inclusão, diversidade, equidade, respeito, igualdade e valorização do ser humano.

Guias Desenvolvidos pela Ouvidoria do MPOR:

1. Guia de Orientações à Prevenção e Tratamento do Etarismo (lançado em junho de 2025)

Com linguagem clara e acessível, o Guia aborda o preconceito etário e oferece diretrizes para prevenção e tratamento de condutas discriminatórias relacionadas à idade, estimulando práticas de empatia, respeito intergeracional e valorização da diversidade etária no ambiente de trabalho.

2. Compêndio “Setembro Amarelo” — Saúde Mental e Prevenção (lançado em setembro de 2025)

Elaborado em apoio às ações de conscientização sobre saúde mental e prevenção ao suicídio, o Compêndio reúne informações, reflexões e ori-

entações que incentivam o diálogo sobre o tema, contribuindo para a construção de ambientes de trabalho mais acolhedores e conscientes.

3. Guia de Comunicação Não Violenta e Inteligência Emocional (lançado em outubro de 2025)

Voltado para o fortalecimento de relações interpessoais saudáveis no ambiente institucional, o Guia de Comunicação Não Violenta e Inteligência Emocional oferece orientações práticas para melhorar a comunicação, resolver conflitos de forma construtiva e promover um clima organizacional mais colaborativo.

4. Guia de Orientações à Equidade Racial (lançado em novembro de 2025)

Elaborado com foco na promoção da equidade e no enfrentamento do racismo, o Guia apresenta conceitos, exemplos práticos e orientações educativas para conscientização e transformação de comportamentos, contribuindo para um ambiente de trabalho mais justo, inclusivo e respeitoso.

Além dos guias elencados acima, elaborados para o público interno do MPOR, em 2025 a Ouvidoria elaborou, em conjunto com a Secretaria Nacional de Aviação Civil – SAC e com a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, o Guia “Assédio Não Decola”, voltado para a prevenção de assédio e importunação sexual no âmbito da Aviação Civil. Seguindo a linha do “Guia de Enfrentamento ao Assédio no Setor Aquaviário”, lançado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ em 2024, com a colaboração do MPOR, a iniciativa “Assédio não Decola” visa à proteção de mulheres do setor da aviação civil.

Lançado em maio de 2025, o Guia contém orientações sobre prevenção ao assédio, formas de atuação diante de situações de risco e os canais adequados de denúncia e apoio, para passageiras e trabalhadoras de aeroportos e empresas aéreas. O material reforça o compromisso institucional do MPOR com a proteção e segurança de mulheres atuantes nas operações aeroportuárias; e tornou-se campanha nacional de combate ao assédio e à importunação sexual, sendo veiculada em todos os aeroportos do país.

Dando continuidade a essa temática, em dezem-

bro de 2025 o Ministério de Portos e Aeroportos elaborou uma segunda etapa do trabalho de proteção a mulheres, lançando a campanha “Assédio não Decola – Femicídio também não”, em razão das altas taxas de feminicídio e violência contra mulher no Brasil, e antecipando ações do Pacto Nacional Brasil contra o Femicídio, estabelecido pelo Ministério das Mulheres no início de 2026.

Todos os Guias elaborados pela Ouvidoria podem ser encontrados na página da Ouvidoria do MPOR: <https://www.gov.br/portos-e-aeroportos/pt-br/ouvidoria/guias>

5.6. Comissão de Ética CE/MPOR

A Comissão de Ética do Ministério de Portos e Aeroportos foi instituída em 2024 com a finalidade de promover, implantar e fortalecer a ética pública no âmbito institucional, orientar agentes públicos quanto à conduta ética e contribuir para a prevenção de desvios e conflitos de interesse.

Sua atuação fundamenta-se no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, no Código de Conduta da Alta Administração Federal e nas competências estabelecidas em normativos internos que disciplinam sua atuação.

No exercício analisado, a atuação da Comissão concentrou-se na organização institucional, na estruturação normativa e no atendimento de demandas consultivas e deliberativas, em consonância com o plano de trabalho estabelecido para o período.

Observa-se a continuidade do processo de consolidação institucional da função ética, com funcionamento regular da Comissão por meio da realização de reuniões ordinárias e extraordinárias, em formato híbrido.

A capacidade operacional mostrou-se compatível com o volume de demandas, embora se identifiquem oportunidades de evolução para níveis mais avançados de maturidade institucional.

Composição do Colegiado

A Comissão é composta por membros titulares e suplentes designados para mandatos não coincidentes, contando com apoio da secretaria executiva para execução das atividades administrativas e operacionais.

truturado com foco na dimensão de estruturação institucional no primeiro ano de funcionamento.

As ações previstas contemplaram iniciativas voltadas à consolidação normativa, à organização dos processos de trabalho, à integração ao Programa de Integridade.

Plano de Trabalho

O Plano de Trabalho constituiu instrumento central de planejamento das atividades da Comissão, es-

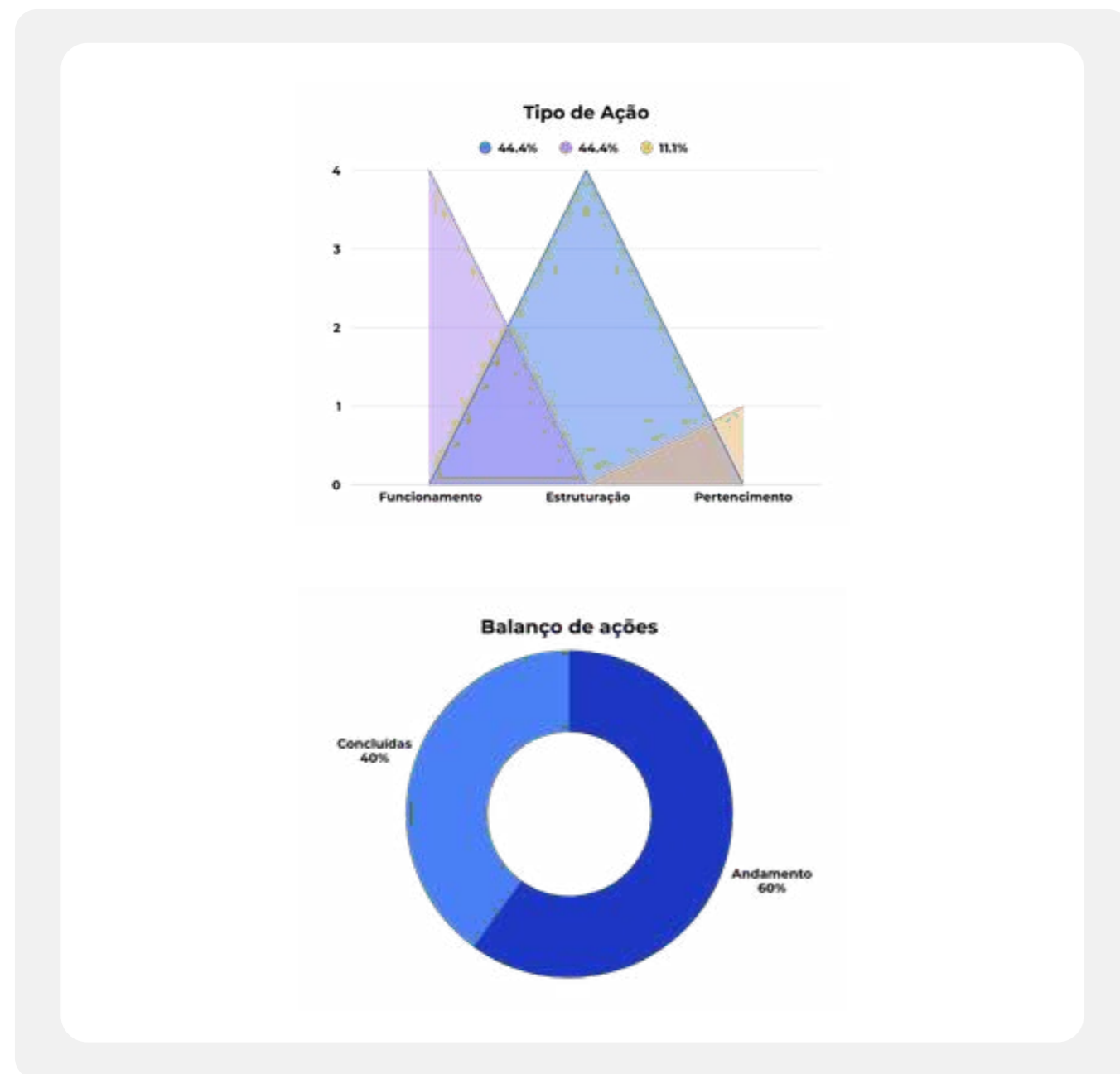
Observa-se que parte relevante das ações foi concluída, enquanto outras permanecem em desenvolvimento, refletindo processo gradual de institucionalização da gestão da ética.

Detalhamento das Ações

Plano de Trabalho 2025

Dimensão	Nº	Ações	Evidência	Status
Estruturação da Comissão de Ética	Ação 1	Aprovação do Regimento Interno da Comissão de Ética	Portaria MPOR nº 674, de 17 de novembro de 2025. SEI 9685364/50020.002412/2025-81.	concluída
	Ação 2	Regulamentação das normas de funcionamento e rito processual da Comissão de Ética	Minuta- Parecer 189/2025 / CONJUR-MPOR/CGU/AGU/CGAF/RBA (10623273). Processo: 50020.002073/2025-32.	em andamento
	Ação 3	Regulamentação da consulta sobre a existência de conflito de interesses e	Minuta - Processo: 50020.000959/2025-41.	em andamento
	Ação 4	Integração ao Programa de Integridade do MPOR	Metas compartilhadas previstas no Plano Embarque na Integridade 2025-2027. Ata de Reunião 10569097 Processo nº 50020.008120/2024-71	em andamento
Funcionamento	Ação 5	Criação do espaço no sítio eletrônico.	Clique aqui Link para a página	concluída
	Ação 6	Elaboração do plano de comunicação.	Minuta - Processo nº 50020.004126/2025-50	em andamento
	Ação 7	Conflito de interesses	2 decisões emitidas via Sistema de Conflito de interesse. Protocolo nº 00096.021632/2025-51/ Processo MPOR 50020.000975/2025-34, e Protocolo SECI nº 00096.023309/2025-12/ Processo MPOR nº 50020.004518/2025-19.	concluídas
	Ação 8	Pesquisa censitária sobre as comissões de ética 2025 e principais resultados de 2024.	Preenchimento do formulário, conforme orientação Ofício-Circular nº 1/2025/CGSIS/SECEP/SAJ/CC/PR (9654259). Processo MPOR nº 50020.002271/2025-04	concluída
Pertencimento	Ação 9	Projeto Ilusões de Ética.	30 agentes do quadro do MPOR respondentes ao Quizz	em andamento

Fonte: Painel Resolveu? da CGU, consulta em Jan/2026.



Análise dos Resultados e Geração de Valor Público

A análise da distribuição das atividades evidencia predominância de ações de natureza consultiva e estruturante, voltadas à interpretação de normas e à organização do funcionamento institucional.

As iniciativas de caráter preventivo e educativo foram realizadas de forma pontual, indicando oportunidade de ampliação da atuação orientativa e de fortalecimento destas dimensões das funções éticas nos próximos ciclos de gestão.

Esse perfil é compatível com estágio inicial de maturidade institucional, no qual a prioridade recai sobre a organização de fluxos, a formalização de procedimentos e o estabelecimento de bases normativas.

Embora a mensuração quantitativa de impactos ainda se encontre em estágio inicial, observa-se contribuição para a construção de ambiente organizacional orientado por padrões de integridade e para o fortalecimento da confiança institucional.

Avaliação do Estágio de Maturidade

A análise da atuação indica predominância do nível gerenciado no Modelo de Maturidade da Gestão da Ética - MMGE*, caracterizado pela institucionalização do planejamento e pela integração progressiva aos mecanismos de governança institucional.



Projeto "Ilusões de Ética", executado em 2025

Esse estágio reflete avanços na formalização de processos e na organização das atividades, ao mesmo tempo em que evidencia oportunidades de evolução relacionadas à mensuração sistemática de resultados e ao fortalecimento da atuação preventiva.



*Modelo de Maturidade da Gestão da Ética Pública (MMGE) foi criado com o objetivo de fortalecer as Comissões de Ética do Poder Executivo Federal (CE), que integram o Sistema de Gestão da Ética (SisÉtica). MMGE adota uma escala de cinco níveis progressivos, que representam estágios de desenvolvimento da gestão da ética. A evolução entre eles reflete o avanço na formalização, padronização, controle e otimização dos processos.

Riscos, Limitações e Desafios

Como principais limitações do período, destacam-se a inexistência de séries históricas consolidadas e a ausência de indicadores estruturados de desempenho e impacto, fatores que restringem análises comparativas e avaliação mais abrangente dos resultados. Observa-se também a necessidade de ampliação das ações educativas e de fortalecimento da dimensão preventiva da atuação ética.

Perspectivas de Aprimoramento

Para os próximos ciclos de gestão, destacam-se como oportunidades prioritárias a estruturação de indicadores de desempenho, o fortalecimento da integração com instâncias de governança e integridade e a ampliação da atuação orientativa e preventiva.

A consolidação dessas iniciativas permitirá evolução na capacidade de mensuração de resultados e no aprimoramento contínuo da atuação institucional.



6

SECRETARIAS FINALÍSTICAS

Secretaria Nacional de Portos

Visão geral organizacional e ambiente externo

Setor Portuário Nacional

São 18 portos delegados a Estados e Municípios.
São 15 portos organizados administrados por 6 empresas controladas pela União:

- Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ
- Companhia Docas do Estado da Bahia – CODEBA
- Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN
- Companhia Docas do Ceará – CDC
- Companhia Docas do Pará – CDP
- Santos Port Authority – SPA
- São 2 portos organizados concedidos e 1 empresa controlada por entes privados, desde Setembro/2022:
- Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA

Comércio Exterior

✓ ~98% do volume (t) e ~88% do montante das exportações e importações (Bi US\$) passam por portos marítimos (Siscomex Dezembro/2023)

Distribuição do PIB

✓ ~78% do PIB nacional nos Estados com acesso à costa e com portos marítimos (IBGE 2020)



Movimentação Total de Cargas

Todos os perfis de carga 2023

1.403,13

Milhões de Toneladas

6,10%

Aumento em relação ao ano anterior



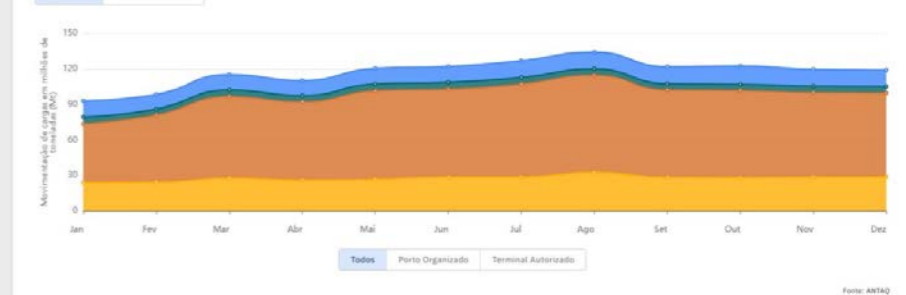
35,42% Porto Organizado

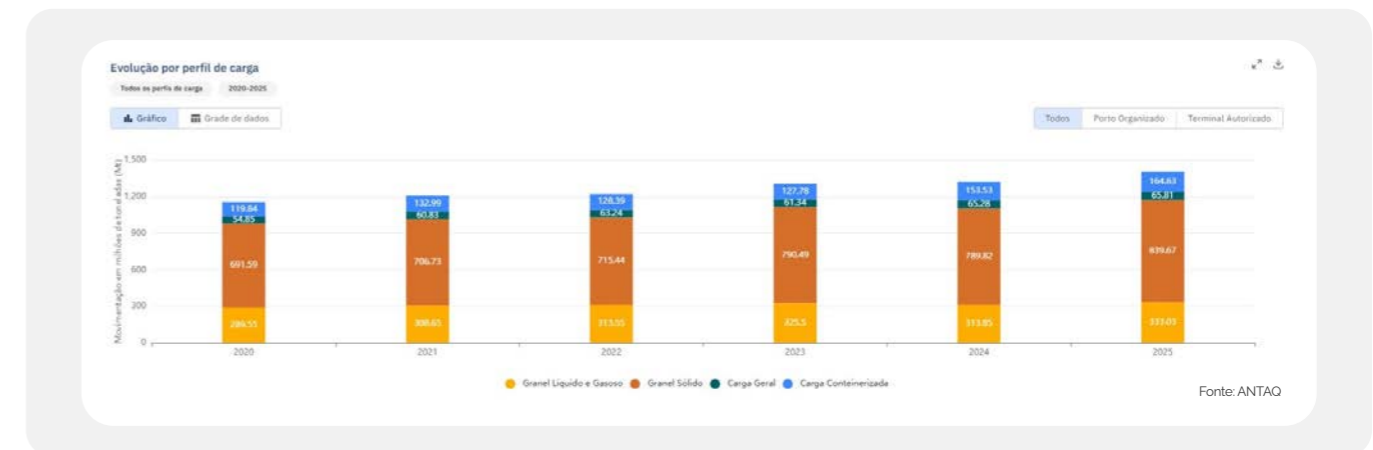
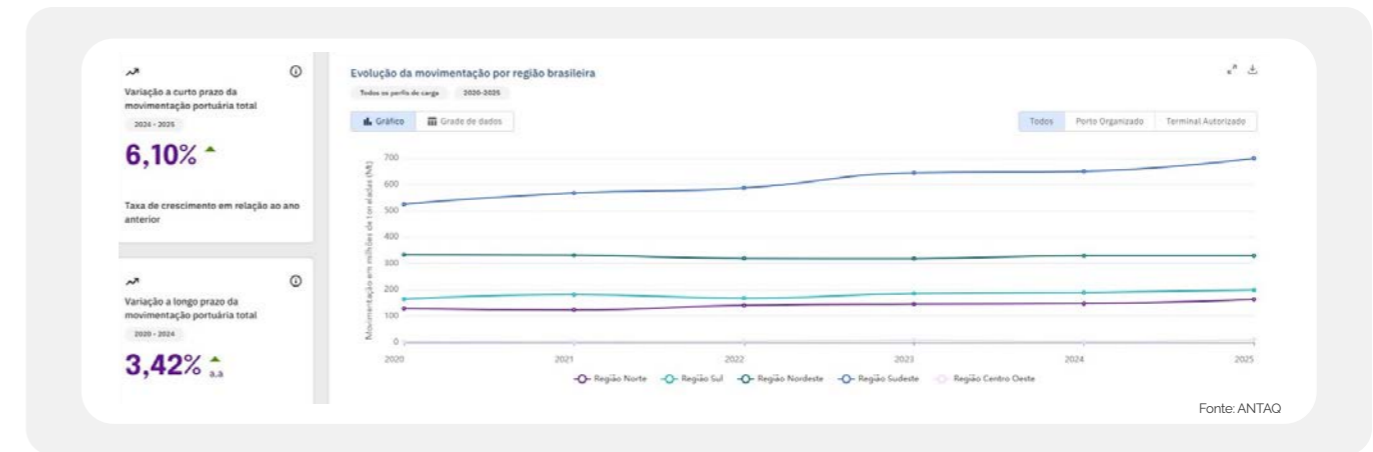
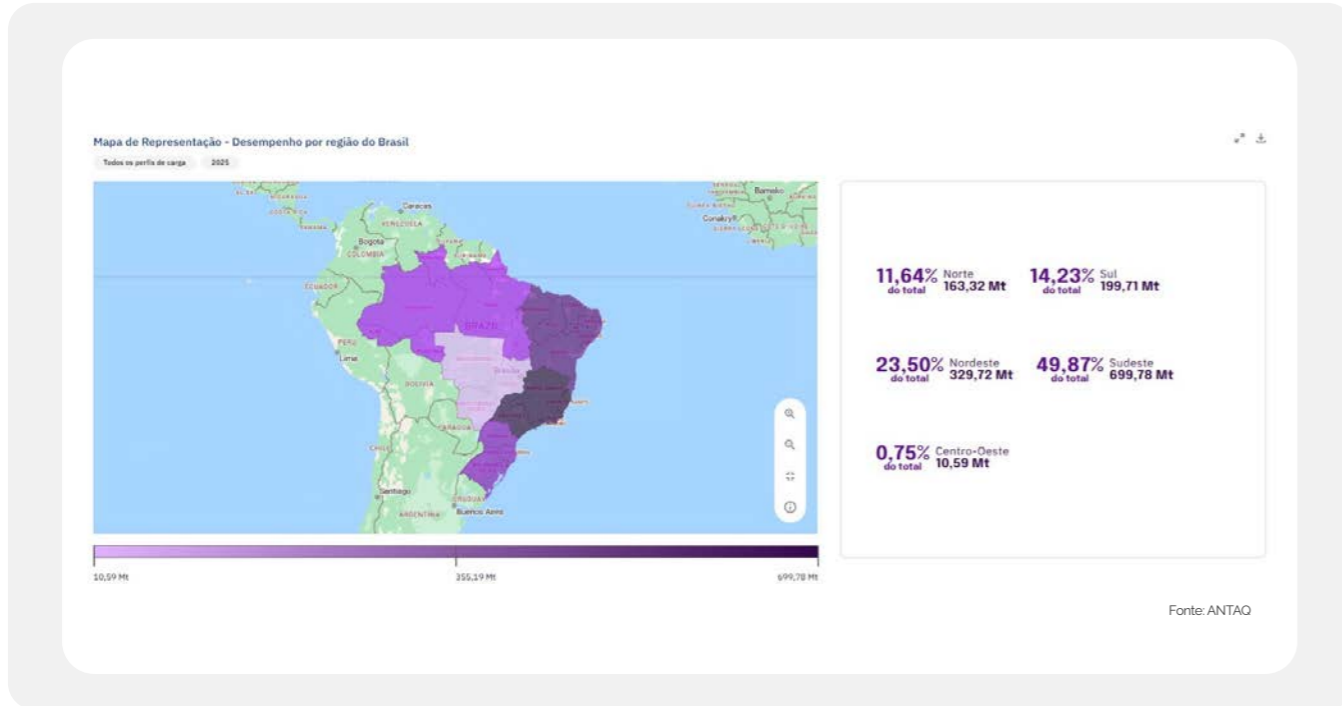
64,58% Terminal Autorizado

Movimentação portuária total de Janeiro a Dezembro

Todos os perfis de carga 2023

Gráfico Grade de dados





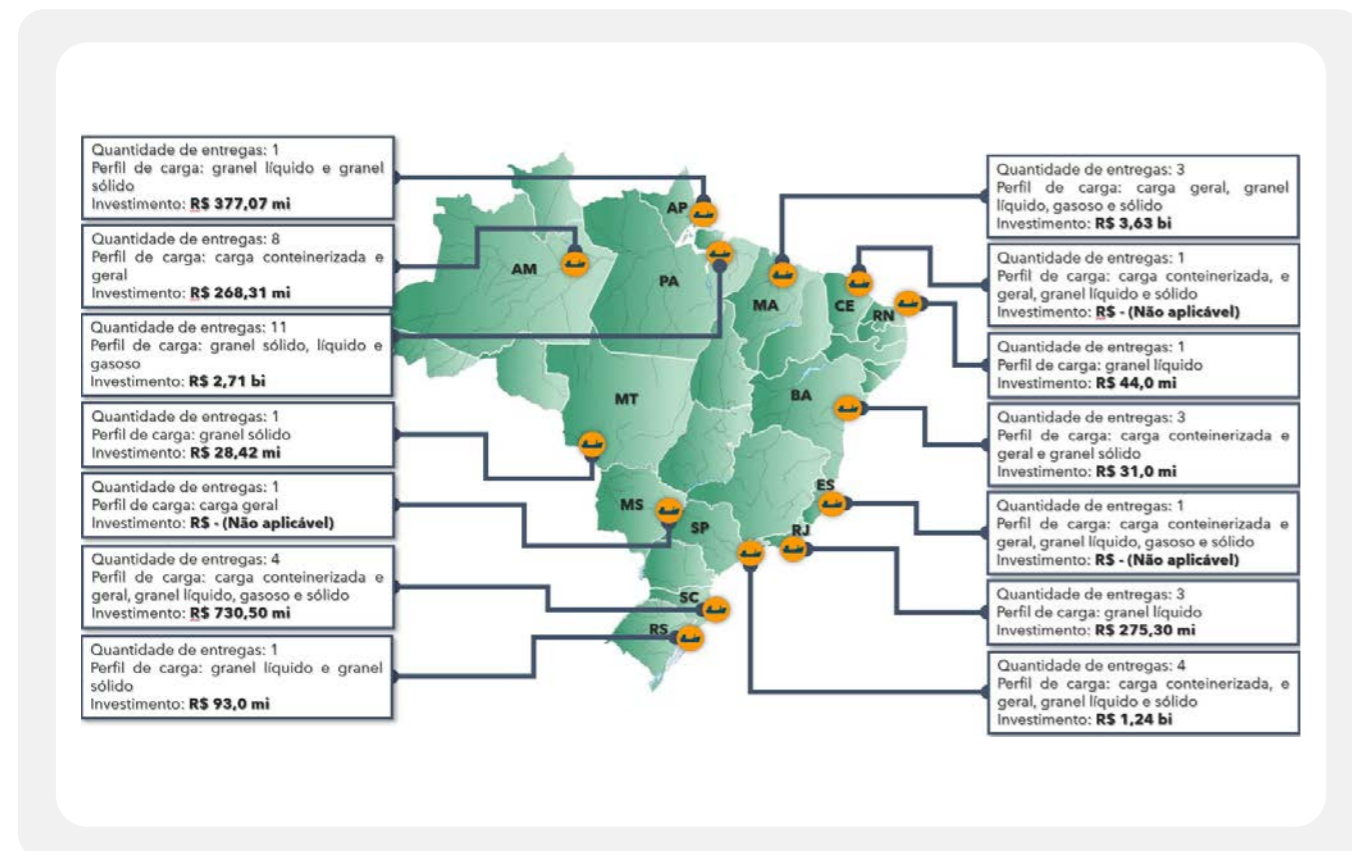
Governança, estratégia e desempenho

Entregas realizadas em 2025

Objeto	Quantidade	Previsão de Investimentos
Contratos de Adesão	9	R\$ 8,2 bi
Alterações contratuais	34	R\$ 1,2 bi
Total	43	R\$ 9,4 bi



Entregas realizadas em 2025



Leilões de área de arrendamento realizados em 2025

No exercício de 2025, foram conduzidos os seguintes procedimentos licitatórios, detalhados por área, com os respectivos investimentos e valores de outorga apresentados na tabela a seguir:

Área	Localização	Destinação	Investimento	Valor de Outorga	Vigência
RDJ11	Rio de Janeiro (RJ)	Carga Geral e Granel Sólido	R\$ 6.799.048,79	R\$ 2.100.000,00	10 anos
RDJ07	Rio de Janeiro (RJ)	Carga de Apoio Offshore	R\$ 99.403.000,00	R\$ 104.000.000,00	25 anos
TMP Maceió	Maceió (AL)	Passageiros	R\$ 1.978.000,00	R\$ 50.000,00	25 anos
PAR14	Paranaguá (PR)	Granel Sólido Vegetal	R\$ 1.006.180.000,00*	R\$ 225.000.000,00	35 anos
PAR15	Paranaguá (PR)	Granel Sólido Vegetal	R\$ 604.172.000,00*	R\$ 411.000.000,00	35 anos
PAR25	Paranaguá (PR)	Granel Sólido Vegetal	R\$ 565.091.000,00*	R\$ 219.000.000,00	35 anos
Total			R\$ 2.283.623.048,79	R\$ 961.150.000,00	

*Nos investimentos das áreas PAR14, PAR15 e PAR 25 estão incluídos valores referentes a aportes iniciais para a implantação da primeira etapa do Pier T do Porto de Paranaguá.

Em 2025, foram realizados leilões de arrendamentos portuários que resultaram em R\$ 961,15 milhões em valor de outorga, com investimentos estimados em aproximadamente R\$ 2,28 bilhões.

Além destes, destaca-se a realização do leilão para a concessão do acesso aquaviário ao Porto de Paranaguá — o primeiro desta modalidade no Brasil. A modelagem prevê investimentos de cerca de R\$ 1,2 bilhão, tendo a proposta vencedora apresentado outorga (bid) de R\$ 276 milhões.

Complementando os certames do período, foi realizado o leilão do Túnel Santos-Guarujá, com previsão de R\$ 6,8 bilhões em investimentos. A proposta vencedora ofereceu desconto de 0,5% sobre a contraprestação pública máxima anual (originalmente de R\$ 438 milhões/ano).

Em suma, no ano de 2025, foram leiloados empreendimentos que preveem mais de R\$ 10,3 bilhões em investimentos e somam mais de R\$ 1,23 bilhão em outorgas, fortalecendo o caixa das autoridades portuárias envolvidas.

Foram celebrados, até setembro de 2025, cinco

termos aditivos, três termos de risco de investimento e seis despachos decisórios que juntos possibilitarão a aplicação de recursos financeiros privados na infraestrutura portuária em torno de R\$ 1 bilhão.

Ademais foram realizadas mais 32 entregas, entre a elaboração de subsídios para a defesa da União em processos judiciais envolvendo contratos de arrendamento, respostas a órgãos de controle e emissão de declarações diversas.

Além dos investimentos acima, decorrente das instruções processuais iniciadas em 2025 e em fase final, estão previstas para conclusão ainda no primeiro semestre de 2026, no âmbito da gestão de contratos de arrendamentos, termos aditivos de contratos de arrendamento, TRIs e repactuações de contratos, com previsão de superar o patamar de R\$ 5 bilhões de investimentos, o que implicará na melhoria da segurança jurídica contratual para que os arrendatários possam realizar os investimentos necessários no desenvolvimento da infraestrutura portuária, além de continuidade e evolução de suas respectivas operações.

Transferências Obrigatórias – Termos de Compromisso (Novo PAC)

As transferências obrigatórias são operacionalizadas por meio de Termos de Compromisso, nos termos da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 32, de 4 de junho de 2024. Esses instrumentos viabilizam a execução descentralizada de ações do Novo PAC por estados, municípios, Distrito Federal e consórcios públicos, por meio da plataforma Transferegov.br.

Participação da União no Capital – PUC

A Participação da União no Capital consiste no aporte

Nº	Seção	Empreendimento	UF	Executor	Data Início	Data Conclusão	Situação	Fase	Execução Física (%)	Execução Financeira 2025 (R\$)	Observações
1	PUC	Melhoria Instalações Elétricas (Energia Solar) - Natal	RN	Cia Docas do RN	28/07/2025	28/07/2026	Em execução	Em andamento	20,93	4.267.392,08	Sustentabilidade ambiental
2	PUC	Recuperação Armazéns 1 e 2 - Natal	RN	Cia Docas do RN	28/07/2025	28/07/2026	Em execução	Em andamento	19,14	1.877.824,02	Eficiência porto-cidade
3	PUC	Recuperação Galpões 1 e 2 - Natal	RN	Cia Docas do RN	28/07/2025	28/07/2026	Em execução	Em andamento	20,86	1.382.416,43	Eficiência operacional
4	PUC	Dolphins Ponte Newton Navarro - Natal	RN	Cia Docas do RN	08/12/2025	A definir	Em licitação	Processo licitatório	0	10.000.000,00	Ampliação capacidade
5	PUC	Defensas Ponte Newton Navarro	RN	DNIT/CODERN	15/12/2025	15/04/2027	Prep. contratação	Projeto Executivo concluído	0	10.000.000,00	Transferido p/ CODERN
6	PUC	Projeto Executivo Acesso Ferroviário Ilha de Tatuoca - SUAPE	PE	SUAPE	01/08/2023	02/2024	Concluído	Projeto Executivo concluído	0	--	Projeto finalizado

1. Melhoria e Recuperação das instalações elétricas (Energia Solar) - Natal/RN

Objetivo: Promoção da sustentabilidade ambiental dos portos organizados. Estudos para alimentação elétrica nas embarcações utilizando energia renovável.

2. Recuperação estrutural dos Armazéns nº 1 e 2 - Natal/RN

Objetivo: Melhoria da eficiência operacional e logística do sistema portuário, considerando a relação porto-cidade.

3. Recuperação estrutural dos Galpões nº 1 e 2 - Natal/RN

de recursos da União no capital de empresas públicas federais não dependentes, nos termos da Portaria nº 118, de 14 de setembro de 2021. Essa modalidade tem por finalidade viabilizar investimentos estratégicos em infraestrutura, incluindo obras, estudos, projetos e melhorias operacionais.

No acompanhamento dos aportes de capital, a SNP presta apoio técnico à avaliação da aderência dos investimentos aos Planos Setoriais e aos Planos de Investimentos das empresas públicas, bem como ao monitoramento da execução física dos investimentos e à análise dos relatórios de fiscalização apresentados pelas beneficiárias.

Objetivo: Melhoria da eficiência operacional e logística do sistema portuário, considerando a relação porto-cidade.

Empreendimento paralisado: Não
Executor: Companhia Docas do Rio Grande do Norte

Objetivo: Melhoria da eficiência operacional e logística do sistema portuário, considerando a relação porto-cidade. Ampliar a capacidade de recebimento de navios maiores

4. Dolphins da Ponte Newton Navarro- Natal/RN

UF: RN
Meta: 100%
Executor: Companhia Docas do Rio Grande do Norte

Objetivo: Melhoria da eficiência operacional e logística do sistema portuário, considerando a relação porto-cidade. Ampliar a capacidade de recebimento de

navios maiores

5. Defensas da Ponte Newton Navarro

TRANSFERÊNCIAS DISCRICIONÁRIAS - TERMOS DE COMPROMISSO (NOVO PAC)									
Nº	Seção	Empreendimento	UF	Executor	Situação	Fase	Exec. Física (%)	Exec. Financeira (R\$)	Observações
1	NOVO PAC	Dragagem Canal Interno (-16,4m) - SUAPE	PE	SUAPE	Em execução	Em execução	70	70.000.000,00	Meta 3,8 milhões m³
2	NOVO PAC	Recuperação Molhe 4 - SUAPE	PE	SUAPE	Em execução	Obra em execução	61,75	38.500.000,00	Conclusão 2028
3	NOVO PAC	Molhe de Abrigo - Imbituba	SC	SCPar	Não iniciado	Não iniciado	0	-	RAP 23.969.478
4	NOVO PAC	Dragagem Porto do Recife	PE	Porto do Recife S.A.	Aguardando OS	Aguardando autorização	0	-	RAP 54.129.222
5	NOVO PAC	Recuperação Cais Flutuante - Porto Velho	RO	SOPH	Preparatória	Preparação TC	0	-	Reprogramação orçamentária
6	NOVO PAC	Revitalização Acesso Terrestre - Porto de Santana	AP	CDSA	Licitação	Obra em licitação	0	-	RAP 11.500.000

1. Execução da Dragagem do Canal Interno (-16,4m) - SUAPE/PE

Objetivo: Modernização - recuperação e ampliação da capacidade

2. Recuperação do Molhe 4 - SUAPE/PE

Meta: 1.780 m
Objetivo: Modernização - recuperação e ampliação da capacidade.

3. Molhe de abrigo do Porto de Imbituba/SC

Objetivo: Manutenção, recuperação e aumento da segurança da capacidade de proteção da bacia portuária.

4. Dragagem e Readequação da infraestrutura Aquaviária do Porto do Recife

Meta: 2.181.523 m3
Data de início: a definir

Data de conclusão: a definir

5. Porto Velho/RO - Recuperação do Cais Flutuante

Objetivo: Melhorar a infraestrutura portuária da

região, por meio da melhoria do transporte de passageiros e de cargas, visando benefícios para os usuários da hidrovia

Data de início: A definir

Data de conclusão: A definir

Obs.: A entrega da Recuperação do Cais Flutuante do Porto de Porto Velho/RO não foi executada no exercício em razão de reavaliações técnicas e administrativas que exigiram ajustes de escopo e cronograma, resultando na reprogramação orçamentária. A execução ficou condicionada à revisão dos estudos e à disponibilidade orçamentária em exercícios subsequentes.

6. Revitalização das Vias de Acesso Terrestre do Porto de Santana

Meta: 1,2 km
Objetivo: Investimentos em sistemas de acesso terrestre. Melhoria da eficiência operacional e logística do sistema portuário

Data de início: 01/04/2026

Data de conclusão: a definir

Situação: Não iniciado

Obs.: Resultados: Termo de Compromisso assinado em 14/11/2025

OUTROS TIPOS DE INVESTIMENTOS										
Nº	Seção	Empreendimento	UF	Executor	Data Início	Data Conclusão	Situação	Exc. Física (%)	Exc. Financeira (R\$)	Observações
1	Outros Investimentos	Dragagem Porto de Belém	PA	CDP	30/01/2025	07/10/2025	Alterado para Outeiro	0	-	-
2	Outros Investimentos	Readequação Cais de Outeiro	PA	CDP	17/04/2025	24/10/2025	Concluída	100	233.000.000,00	745 empregos gerados
3	Outros Investimentos	Cais Leste - Moegão Paranaguá	PR	Portos PR	01/02/2024	1º trim./2026	Em execução	95	413.000.000,00	-
4	Outros Investimentos	Av. Perimetral M. Direita - Santos	SP	APS	05/06/2025	05/12/2026	Em execução	5	-	Novo contrato R\$ 27,8 mi
5	Outros Investimentos	Av. Perimetral M. Esquerda - Guarujá	SP	APS	02/02/2026	01/02/2030	Preparatória	0	-	Início obra 2026
6	Outros Investimentos	Novo Terminal Vila do Conde	PA	CDP	01/08/2024	15/08/2025	Preparatória	0	-	Possível arrendamento
7	Outros Investimentos	Dragagem Aprof. -16m Porto Santos	SP	APS	16/08/2027	14/01/2028	Em licitação	0	-	Licitação de obras; Contratação integrada (projeto + ambiental + obra); Proposta CI em
8	Outros Investimentos	Dragagem Aprof. - Itaguaí/RJ	RJ	PortosRio	30/03/2026	30/03/2027	Em planejamento	0	-	Ações preparatórias; Obra não iniciada
9	Outros Investimentos	Reforma Cais Ilha de Barnabé - Santos	SP	APS	03/11/2025	30/01/2026	Em elab. estudo/proj.	0	-	Proj. básico concluído; MPOR informará status do projeto
10	Outros Investimentos	Dragagem Canal Cais da Gamboa - RJ	RJ	PortosRio	29/07/2025	31/03/2026	Em obras	0	-	Contrato R\$ 116.992.065; OS emitida; Licença resolvida
11	Outros Investimentos	Dragagem Term. Petroq. Miramar	PA	CDP	18/02/2026	18/08/2026	Em elab. estudo/proj.	0	-	Proj. Executivo em execução; Possível exclusão
12	Outros Investimentos	Dragagem Aprof. Porto de Ilhéus	BA	CODEBA	01/09/2026	02/03/2027	Em elab. estudo/proj.	0	-	Anteprojeto concluído; Investimento R\$ 105.907.539,00; Recursos próprios
13	Outros Investimentos	Reforma Retroárea Porto Salvador	BA	CODEBA	20/09/2023	30/11/2025	Em obras	90	14.331.527,64	4º termo aditivo; Execução 85,75%; Valor total R\$ 16.712.759,49
14	Outros Inv.	Proj. Exec. Acesso Ferr. SUAPE/PE	PE	SUAPE	01/08/2023	02/2024	Proj. Exec. concluído	0	-	Projeto Executivo concluído

1. Dragagem do Porto de Belém:

Meta: 4.500.000 m3

Objetivo: Investimentos em sistemas de atracção, dragagens e acessos terrestres. Incentivo aos investimentos privados. Melhoria da eficiência operacional e logística do sistema portuário.

2. Readequação do Cais de Outeiro

Meta: 716 metros de cais

Objetivo: Estudos e projetos incluindo o gerenciamento/supervisão da obra. Execução de dolphins interligados por pontes metálicas, para receber dois navios de 81 mil DWT e LOA superior a 300 m. Alargamento da ponte de acesso ao pier e adequações de instalações para o receptivo e das vias internas. Adequações das instalações de acostagem objetivando a operacionalidade de navios de cruzeiros de grande porte no Terminal de Outeiro,

possibilitando Belém de sediar o evento mundial COP 30 em 2025. Recuperação de prédios administrativos, criação de infraestrutura para receptivo de passageiros, recuperação de vias de acesso, de instalações de segurança, de instalações de água, esgoto, energia elétrica.

Empregos gerados: 745 (382 diretos, 169 indiretos, 194 terceiros).

3. Implantação de empreendimento Cais Leste - Moegão no Porto de Paranaguá

Meta: 100

Objetivo: Otimização da capacidade de recepção e distribuição de cargas no Porto de Paranaguá

4. Reforma da Avenida Perimetral da Margem Direita - Trecho Alemoa

Objetivo: Modernização - recuperação e ampliação da capacidade.

Execução física (%): Foram realizados 19% de execução da obra em contrato anterior. 5% do contrato atual.

Execução financeira 2025: R\$ 0,00

Resultados: O novo contrato firmado em 22/05/2025, por R\$ 27.846.257,13.

Prazo de execução: 18 meses, Emitida OS 05/06/2025.

5. Avenida Perimetral da Margem Esquerda (2º Fase) - Guarujá/SP

Objetivo: Modernização - recuperação e ampliação da capacidade.

Resultados: Contrato do projeto básico firmado em 25/09/2024, com 16 meses para execução a contar de 08/10/2024 (emissão da OS). contratação integrada. Início da Obra 02/02/2026

6. Novo Terminal de Múltiplo Uso (Fase 1) - Vila do Conde

Objetivo: Investimento em sistemas de atracção, dragagens e acessos terrestres. Incentivo aos investimentos privados. Melhoria da eficiência operacional e logística do sistema portuário.

Resultados: SNP oficiou CDP acerca da continuidade do projeto como obra pública. CDP ainda não deu resposta. Possibilidade de Arrendamento, como estão tratativas com ANATQ e PPI MPOR vê duas possibilidades, retirar da carteira ou fazer arrendamento.

OBs: MPOR vai mandar a definição sobre retirada ou alteração para Novo Arrendamento.

7. Dragagem de Aprofundamento do canal para -16m no Porto de Santos

Objetivo: Modernização - recuperação e ampliação da capacidade

Resultados: Contratada a derrocagem (integrada: projeto básico + projeto executivo + obra): está em elaboração do projeto básico; Validação jurídica da contratação integrada EIA/Rima e obra e, Dragagem: Contratação Integrada - Projeto, Ambiental e Obra. Obra não iniciada. Abertura de Proposta de CI da Dragagem em 26/09/2025.

8. Dragagem de aprofundamento - Itaguaí/RJ

Meta: 10.851.151 m3

Objetivo: Melhoria da eficiência operacional e logística do sistema portuário

9. Reforma do Cais da Ilha de Barnabé - Santos/SP

Objetivo: Modernização - recuperação e ampliação da capacidade

Obs.: - MPOR vai informar se o Projeto Executivo está pronto ou prestes a ficar pronto para garantir começo da obra em novembro/2025.

10. Dragagem do Canal de acesso ao Cais da Gamboa - Rio de Janeiro/RJ

Meta: 1100000 m3

Objetivo: Investimentos em dragagens. Melhoria da eficiência operacional e logística do sistema portuário

Resultados: Contrato valor: R\$116.992.065 Assinado: 10/09/2024, Emissão da OS em 29 de julho/2025 e, Volumetria da licença de instalação resolvida.

11. Dragagem do Terminal Petroquímico de Miramar

Meta: 545000 m3

Objetivo: Investimentos em sistemas de atracção, dragagens e acesso terrestre. Incentivo aos investimentos privados. Melhoria da eficiência operacional e logística do sistema portuário. Resultado: Possibilidade de ser excluído

12. Dragagem de Aprofundamento no Porto de Ilhéus

Meta: 2.867.090 m3

Objetivo: Redução ou solução dos impactos do assoreamento sobre a costa dessa região portuária. Garantia da segurança do tráfego das embarcações. Possibilitar a atracção de navio de maior porte.

13. Obra de reforma da pavimentação da retroárea do Porto de Salvador/BA

Objetivo: Modernização - recuperação e ampliação da capacidade

Execução financeira 2025: R\$ 14.331.527,64

Resultados: Foi assinado o 4º termo aditivo, com prorrogação do prazo de execução para dia 30/11/2025.

Valor do reajuste, estimado para o ano de 2025: R\$161.276,23.

Valor total do contrato: 16.712.759,49

Valor da execução financeira até 31/07/25 (Medição 17): 14.331.527,64

14. Projetos executivos do acesso ferroviário face leste da Ilha de Tatuoca (Transnordestina) - SUAPE/PE

Objetivo: Modernização - recuperação e ampliação da capacidade.

Riscos, oportunidades e perspectivas

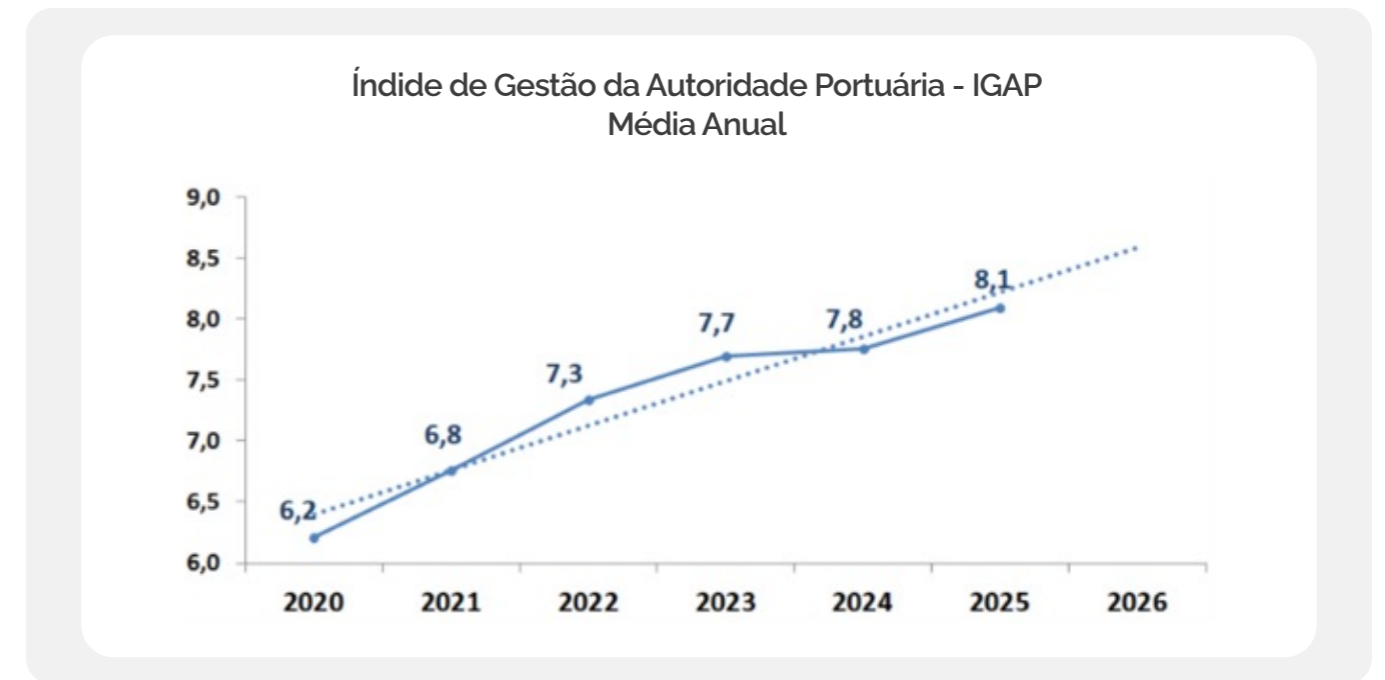
Premiação Portos + Brasil 2025 - 6ª Edição

Em 20/08/2025 foi realizado o evento Prêmio Portos +Brasil 2025 - 6ª Edição, instrumento de política pública de melhoria da gestão por meio de estabelecimento de metas, no qual se destacaram os resultados dos portos organizados, terminais arrendados e TUPs, nas categorias relacionadas a seguir:

6ª PRÊMIO PORTOS + BRASIL			
Categoria	Ordem	Classificação	Vencedor
Ranking IGAP	1	1º	Portos do Paraná
Ranking IGAP	2	2º	Suape
Ranking IGAP	3	3º	SCPar PSFS
Avanço IGAP	4	1º	CDC
Avanço IGAP	5	2º	Docas/PB
Avanço IGAP	6	3º	EMAP
Categoria Igualdade de Gênero	7	1º TUP	TUP - Terminal de Praia Mole (TPM) - Vale AS
Categoria Igualdade de Gênero	8	1º Porto Organizado	Porto Organizado - Companhia Docas do Pará
Categoria Igualdade de Gênero	9	1º Arrendamento	Arrendamento - Companhia Portuária Baía de Sepetiba (CPBS)
Crescimento Movimentação Total - Variação Absoluta	10	1º TUP	Terminal Marítimo Ponta da Madeira
Crescimento Movimentação Total - Variação Absoluta	11	1º Porto Organizado	Porto de Itaguaí/PortosRio
Crescimento Movimentação Total - Variação Absoluta	12	1º Arrendamento	Santos Brasil/Porto de Santos
Crescimento Movimentação Total - Variação Percentual	13	1º TUP	Terminal Portuário Novo Remanso
Crescimento Movimentação Total - Variação Percentual	14	1º Porto Organizado	Porto de São Sebastião
Crescimento Movimentação Total - Variação Percentual	15	1º Arrendamento	Tecon/SUAPE

Nesse cenário, a política pública de ranqueamento do Índice de Gestão da Autoridade Portuária (IGAP) - indicador criado pela Portaria nº 574 - de 2018 das autoridades portuárias dos portos organizados, aliado à realização anual do Prêmio Portos + Brasil, têm impulsionado avanços relevantes nas administrações portuárias.

Os resultados alcançados podem ser observados, tanto nas avaliações ex -post da política pública, quanto demonstrados pelo crescimento da média do índice de desempenho das gestões das autoridades portuárias, conforme demonstrado no gráfico a seguir:



Índice de gestão das autoridades portuárias - IGAP

Em 2025, em função da necessidade de ajustes nos indicadores que compõem o IGAP, foi iniciada a revisão da Portaria nº 574, de 2018, que delega às autoridades portuárias, mediante cumprimento de requisitos de gestão e desempenho satisfatórios no IGAP, a competência para licitar, contratar e fiscalizar arrendamentos de áreas e instalações nos portos organizados.

O referido índice passa por revisão, no âmbito do Termo de Execução Descentralizada firmado com a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, com vistas a ampliar seu escopo, incorporando indicadores de desenvolvimento, gestão, desempenho econômico-financeiro, inovação e ESG.

Esses parâmetros, alinhados às práticas, a exemplo da a série de relatórios Port Performance Indicators publicada pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), permitirão o benchmarking entre os portos públicos brasileiros e seus congêneres internacionais.

Em 2025 foram concluídas várias etapas para a revisão do IGAP, incluindo:

- Recebimento de contribuições no Prêmio Por-

tos + Brasil 2025;

- Revisão da literatura técnica (benchmarking nacional e internacional);
- Realização de workshop com as autoridades portuárias; e
- Escolha preliminar da cesta de indicadores.

A combinação do IGAP com as premiações do Prêmio Portos +Brasil consolidou um ciclo virtuoso de metas, resultados e reconhecimento, impulsionando continuamente a excelência administrativa das nossas autoridades portuárias.

Os resultados falam por si:

- A média nacional do IGAP evoluiu de 6,6 em 2021 para 8,1 em 2025, representando um crescimento de 22,7%.
- Entre as Companhias Docas, o IGAP aumentou de 6,8 para 7,4, retratando uma evolução de 8,8%.
- Nos portos delegados a Estados e Municípios, o salto foi mais expressivo que nas estatais federais: de 7,3 para 8,4, significando um avanço de 15,1%.

Em termos regionais, o desempenho do IGAP, entre 2020 e 2025, foi o seguinte:

- Região Sul: crescimento de 21,3%;
- Região Sudeste: aumento de 15,3%;

- Região Nordeste: expressivo incremento de 36,7%;
- Região Norte: crescimento notável de 50,7%, demonstrando o grande potencial de desenvolvimento dos portos da região.

- 14,5% de crescimento nos Contêineres. Entre 2023 e 2024, o avanço continuou, com um aumento de 3,7% no IGAP das autoridades portuárias;
- 2,8% na Região Sul;
- 1,3% no Sudeste;
- 5,0% no Nordeste; e
- 6,3% na Região Norte.

O impacto dessas políticas públicas também se refletiu diretamente nas movimentações portuárias:

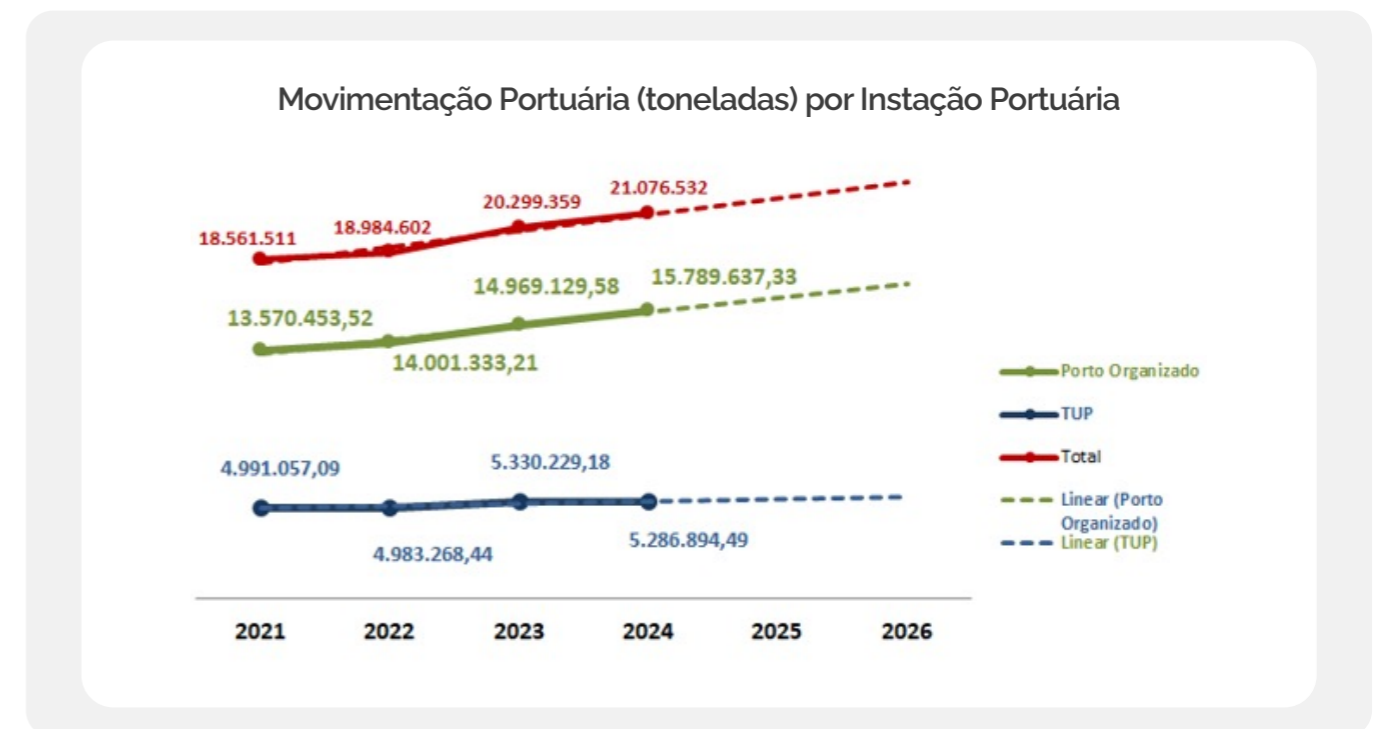
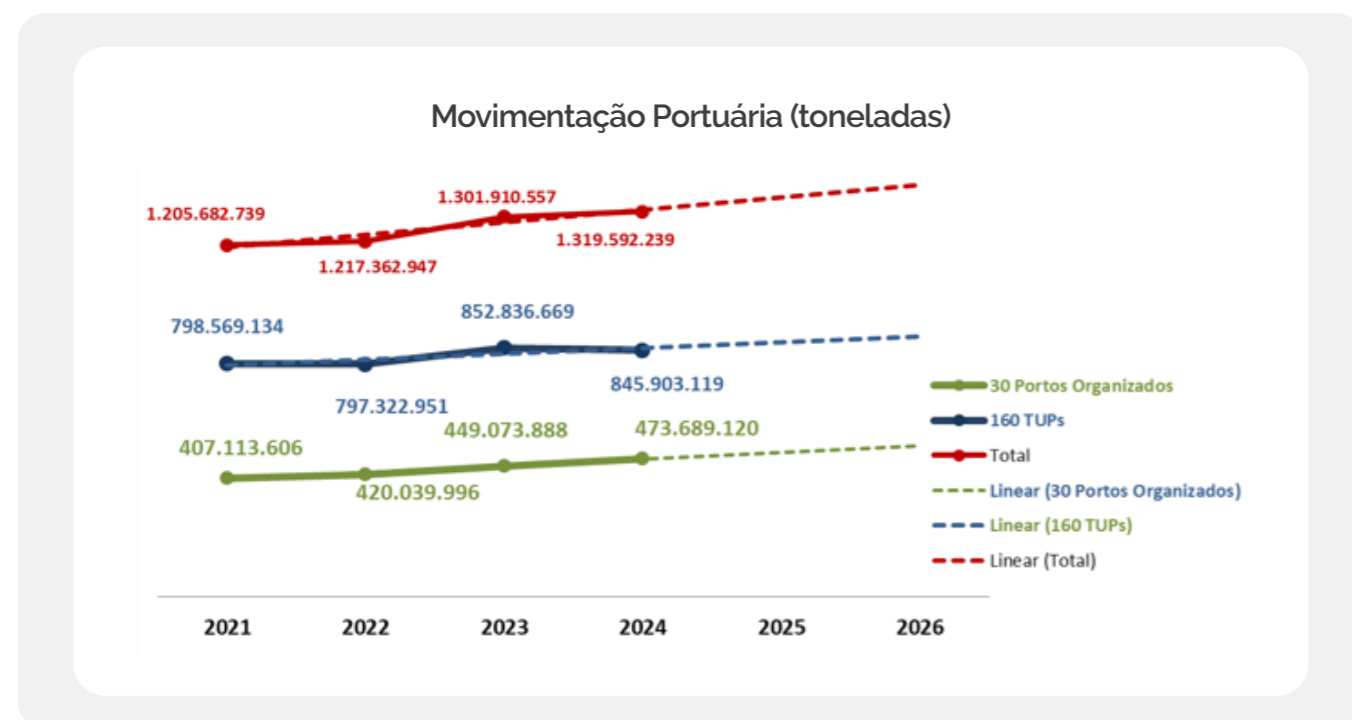
- Entre 2021 e 2024, o Brasil registrou um aumento de 16,1% na Movimentação Total dos portos públicos.
- 18,4% de crescimento na Carga Geral;
- 20,5% de crescimento no Granel Sólido;

Crescimento da Movimentação Portuária:

A movimentação portuária dos portos públicos cresceu 5,5% entre 2023 e 2024, conforme demonstrado nas tabelas e gráficos a seguir:

INSTALAÇÃO PORTUÁRIA	MOVIMENTAÇÃO TOTAL (t)					
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
30 Portos Organizados	407.113.606	420.039.996	449.073.888	473.689.120	--	--
160 TUPs	798.569.134	797.322.951	852.836.669	845.903.119	--	--
Total	1.205.682.739	1.217.362.947	1.301.910.557	1.319.592.239	--	--
Crescimento Anual		11.680.208	84.547.610	17.681.682	--	--
Média de Crescimento Anual	37.969.833					

INSTALAÇÃO PORTUÁRIA	MOVIMENTAÇÃO TOTAL (t) POR INSTALAÇÃO PORTUÁRIA					
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Porto Organizado	13.570.453,52	14.001.333,21	14.969.129,58	15.789.637,33	--	--
TUP	4.991.057,09	4.983.268,44	5.330.229,18	5.286.894,49	--	--
Total	18.561.511	18.984.602	20.299.359	21.076.532	--	--
Acréscimo Anual	--	423.091	1.314.757	777.173	--	--
Média de Crescimento Anual por Instalação	838.340					



Convênios de Descentralização, Delegação de Exploração e Delegação de Competências 2025

Em 05/12/2025, foi celebrado o Convênio de Descentralização nº 01/2025, para a administração e exploração do Porto Organizado de Itajaí à Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA, com vigência a partir de 03/01/2026, data do encerramento da vigência do Convênio de Descentralização nº 01/2024 (descentralização para a Autoridade Portuária de Santos - APS), enquanto realizadas as ações voltadas à criação de empresa estatal federal destinada a administração e exploração do porto catarinense.

Adicionalmente, foram firmados ou encontram-se em andamento os processos de renovação de convênios, para os seguintes portos e autoridades portuárias:

Convênios de Delegação de Exploração

- Porto de São Francisco do Sul (SCPar Porto de São Francisco do Sul);
- Porto de São Sebastião (Companhia Docas de São Sebastião - CDSS);
- Portos de Imbituba e Laguna (SCPar Porto de Imbituba);
- Porto de Itaqui (Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP);

- Porto de Recife (Porto do Recife S.A.), em tratativas;
- Porto de Santana (Companhia Docas de Santana - CDSA), em tratativas;
- Portos de Paranaguá e Antonina (Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA), em tratativas.

Convênios de Descentralização de Exploração

- Porto de Maceió (Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN);
- Porto de Itajaí (Autoridade Portuária de Santos - APS - encerrado em 02/01/2026);
- Porto de Itajaí (Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA).

Convênios de Delegação de Competências

- Porto de Suape (Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros – SUAPE);
- Portos de Paranaguá e Antonina (Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA);
- Porto de São Francisco do Sul (SCPar Porto de São Francisco do Sul), em tratativas.

Ainda em 2025, a pedido das autoridades portuárias dos portos de São Francisco do Sul e de Imbituba, foi autorizada a utilização de recursos provenientes da distribuição de dividendos ao Estado de Santa Catarina para investimentos em ações de melhorias do acesso terrestres. Tais intervenções visam solucionar gargalos logísticos de interesse do porto, aumentar a segurança do tráfego de caminhões em articulação com a circulação de veículos urbanos, e, consequentemente, contribuir para a produtividade, a redução do chamado “custo-Brasil” e o fortalecimento da relação porto-cidade.

Autorizações para utilização de dividendos

SCPar Porto de Imbituba S.A. – Posto Avançado da Marinha do Brasil:

A Autoridade Portuária solicitou e obteve autorização do Poder Concedente para utilizar recursos provenientes da distribuição de dividendos na demolição de imóvel existente e construção de nova edificação para o Posto Avançado da

Marinha do Brasil em Imbituba/SC. A obra, considerada a alternativa mais vantajosa sob o princípio da economicidade, visa ampliar a segurança e a eficiência das operações portuárias e marítimas, com nova estrutura de aproximadamente 400 m².

SCPar Porto de São Francisco do Sul – Acesso terrestre:

Foi autorizada a utilização de dividendos para melhorias na infraestrutura viária de acesso ao Porto de São Francisco do Sul, abrangendo trecho da BR-280 e a Avenida Engenheiro Leite Ribeiro. As intervenções buscam melhorar a fluidez do tráfego portuário e urbano, diante da limitação da pista simples e do elevado nível de congestionamento identificado. O projeto, alinhado ao PDZ e ao Plano de Negócios do porto, contou com anuência do DNIT para uso da faixa de domínio, tendo sido autorizado o uso dos dividendos para execução das melhorias.

SCPar Porto de Imbituba S.A. – Acesso Norte:

A Autoridade Portuária obteve autorização para aplicação de dividendos em ações de melhoria da infraestrutura viária do Acesso Norte à cidade e ao Porto de Imbituba. As intervenções visam mitigar gargalos logísticos identificados no Plano Mestre do porto, melhorar a mobilidade urbana e apoiar a expansão das operações portuárias. As ações incluem substituição de lombadas por fiscalização eletrônica e requalificação viária com pavimento rígido em acessos estratégicos. O uso dos dividendos foi autorizado mediante Despacho Decisório.

Transferência da gestão do Porto de Itajaí para a APS (Convênio de Descentralização nº 01/2024, encerrado em 02/01/2026)

A transferência da gestão do Porto Organizado de Itajaí para uma Autoridade Portuária federal fundamentou-se na iminência do encerramento do Convênio de Delegação nº 08/1997, em 1º de janeiro de 2025, e na constatação de limitações estruturais, financeiras e de governança da Superintendência do Porto de Itajaí (SPI) para assegurar a adequada prestação do serviço público portuário. A expressiva redução das receitas operacionais, decorrente da descontinuidade das operações do terminal de contêineres, comprometeu a capacidade da auto-

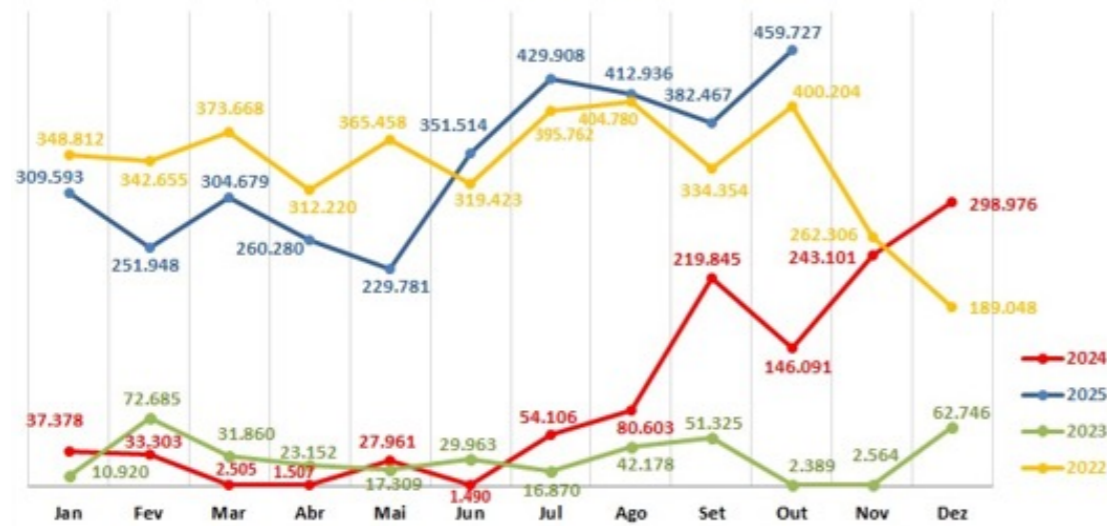
ridade portuária local de cumprir obrigações contratuais e operacionais essenciais, com destaque para a dragagem de manutenção do canal de acesso, indispensável à segurança da navegação e à regularidade das operações. Nesse contexto, a descentralização da gestão para uma empresa pública federal apresentou-se como alternativa

tecnicamente mais adequada para garantir a continuidade e a eficiência da administração portuária, fortalecer a governança institucional, assegurar maior estabilidade econômico-financeira e alinhar a gestão do porto às diretrizes da política portuária federal.

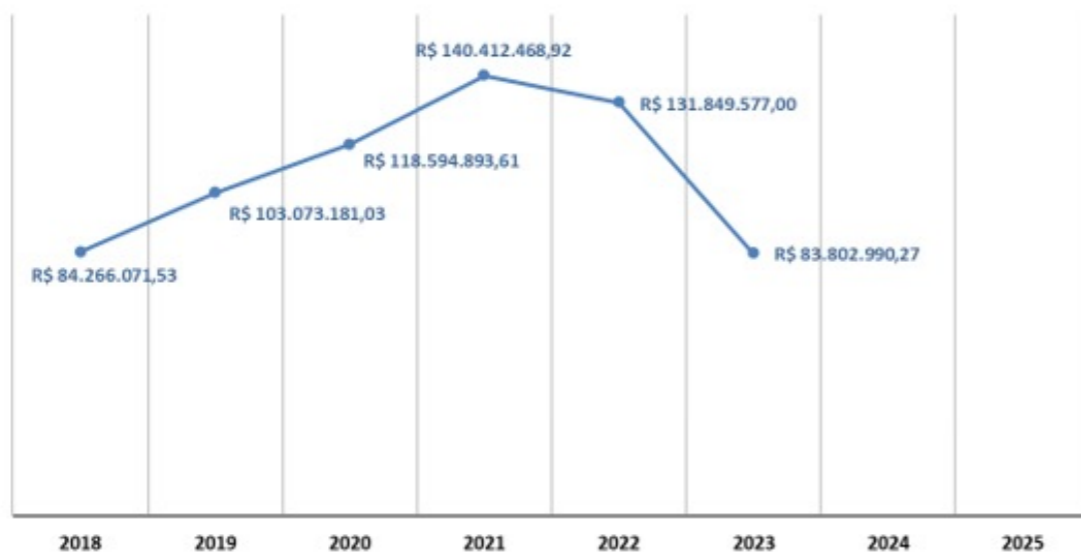
PORTO DE ITAJAÍ				
Movimentação (toneladas)				
Mês	2022	2023	2024	2025
Jan	348.812	10.920	37.378	309.593
Fev	342.655	72.685	33.303	251.948
Mar	373.668	31.860	2.505	304.679
Abr	312.220	23.152	1.507	260.280
Mai	365.458	17.309	27.961	229.781
Jun	319.423	29.963	1.490	351.514
Jul	395.762	16.870	54.106	429.908
Ago	404.780	42.178	80.603	412.936
Set	334.354	51.325	219.845	382.467
Out	400.204	2.389	146.091	459.727
Nov	262.306	2.564	243.101	Não Disponível
Dez	189.048	62.746	298.976	Não Disponível
Total	4.048.690	363.961	1.146.866	3.392.833
Até Out	3.597.336	298.651	604.789	3.392.833



Porto de Itajaí
Movimentação (toneladas)



Porto de Itajaí
Receita Bruta (R\$)



Transferência da gestão do Porto de Itajaí para a CODEBA

A escolha da Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA) para assumir, de forma transitória, a gestão do Porto Organizado de Itajaí fundamentou-se na necessidade de assegurar a continuidade, a estabilidade institucional e a segurança jurídica das operações portuárias durante o período de transição até a criação da Companhia Docas de Santa Catarina (CDSC). Embora o Convênio de Descentralização nº 002/2024, firmado com a Autoridade Portuária de Santos (APS), tenha cumprido sua finalidade inicial, foram identificados desalinhamentos institucionais e repercussões negativas na governança local.

Nesse contexto, a CODEBA destacou-se por seu histórico de boa governança, solidez financeira e experiência comprovada na gestão de portos de médio porte, perfil considerado compatível com o modelo proposto para a futura autoridade portuária de Santa Catarina. A substituição não implica descontinuidade operacional, preserva o corpo técnico local e contribui para a pacificação institucional, reforçando o interesse público e a eficiência da administração portuária.

Estudos para a criação da Companhia Docas de Santa Catarina

Foi Instituído Grupo Técnico de Trabalho destinado a discutir os aspectos técnicos para criação de empresa pública federal para exercer as funções de Autoridade Portuária do Porto Organizado de Itajaí/SC, por meio da Portaria nº 375, de 17 de junho de 2025.

A criação da Companhia Docas de Santa Catarina insere-se no contexto de reestruturação institucional e de busca por maior estabilidade na gestão do Porto Organizado de Itajaí. Após décadas de alternância entre modelos de administração — incluindo gestão federal direta, delegação ao Município de Itajaí e, mais recentemente, descentralização transitória à Autoridade Portuária de Santos — verificaram-se limitações estruturais, financeiras e operacionais, especialmente quanto à sustentabilidade econômica da autoridade portuária, à execução contínua da dragagem de manutenção e à mitigação de riscos decorrentes de influências político-administrativas locais.

Diante da proximidade do término do convênio de delegação municipal, da necessidade de assegurar a continuidade dos serviços portuários e da inexistência de uma companhia docas federal atuante na Região Sul, o Governo Federal instituiu Grupo Técnico de Trabalho para avaliar alternativas de gestão, culminando na proposição de criação de uma empresa pública federal específica. A futura Companhia Docas de Santa Catarina tem como objetivo estabelecer um modelo definitivo de governança portuária, com maior capacidade técnica, financeira e institucional, alinhado às diretrizes da política portuária nacional, garantindo segurança jurídica, eficiência administrativa e suporte ao desenvolvimento logístico e econômico regional.

O processo de criação da empresa pública atualmente se encontra em análise no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, que é o órgão responsável pela análise quanto a criação de empresa estatal ou assunção, pela União ou por empresa estatal, devendo seguir, posteriormente a esta etapa, para a avaliação do Poder Legislativo.

Fórum dos Trabalhadores Portuários

Durante o ano de 2025, os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Fórum Permanente para discussão de Políticas Públicas para os Trabalhadores Portuários, apoiou o Projeto de Lei nº 79/2020, que incorporou o atendimento dos trabalhadores portuários por meio do SEST SENAT (Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte), onde a Federação Nacional das Operações Portuárias - FENOP representa o setor.

Além disso, também foi elaborado o Memorando de Entendimentos sobre textos alternativos em relação ao trabalho portuários e temas correlatos, que entre si firmam FENCCOVIB, FNE, FNP e FENOP, com a finalidade de estabelecer as premissas comuns acordadas no processo de negociação e construção conjunta de sugestões de emendas ao Projeto de Lei nº 733/2025.

A proposta permitirá a estruturação do sistema de capacitação portuária.

Orçamento de Investimento – Execução Orçamentária

O Ministério de Portos e Aeroportos tem incentiva-

do cada vez mais a profissionalização e o aumento da eficiência das companhias docas federais, ressaltando a adoção de medidas de supervisão ministerial voltadas à melhoria da execução dos investimentos; a priorização de projetos estratégicos; a cultura da gestão por resultado, com a adoção de remuneração variável por metas institucionais; assim como inserido a cultura de inovação e da sustentabilidade nos negócios e outras medidas voltadas aos aspectos da promoção da autonomia das empresas e da descentralização administrativa. Nesse sentido, em 2025, foram implementadas medidas para a promoção da eficiência de execução orçamentária, utilizando os instrumentos

institucionais de Participação nos Lucros ou Resultados - PLR, Remuneração Variável Anual - RVA e Honorário Variável Mensal - HVM, vinculando metas institucionais aos programas das companhias docas e permitindo o acompanhamento institucional de projetos estratégicos e a longo prazo. Com fundamento na análise da média histórica dos últimos três anos, aliada à avaliação do desempenho recente, esta Pasta definiu, no âmbito do RVA e do PLR, metas diferenciadas de incremento da execução orçamentária para o ciclo de 2025, com vistas ao aprimoramento da eficiência na aplicação dos recursos públicos e ao fortalecimento da gestão orçamentária.

Campanhas Docas	Meta de Aumento na Execução Orçamentária	Justificativa
CDP, CDC, Codern e APS (Santos)	25%	Média superior ao desempenho dos últimos 3 anos.
Porto Rio (CDRJ)	45%	Média histórica superior ao último exercício.
Codeba	55%	Média histórica superior ao último exercício.

No que tange ao HVM, em 2025, esta Pasta priorizou o Orçamento de Investimento - OI. Foram estabelecidas metas trimestrais específicas para que as Companhias Docas apresentem projetos prioritários, detalhamento orçamentário e estimativas de execução fidedignas.

O cronograma de metas de gestão para o HVM em 2025 foi estruturado da seguinte forma:

- 2º Trimestre/2025: Apresentação de cronograma detalhado e plano de ação para otimização da execução orçamentária, com

identificação de gargalos procedimentais e propostas de melhoria de eficiência;

- 3º Trimestre/2025: Demonstração de resultados práticos e incremento nos percentuais de execução do OI;
- 4º Trimestre/2025: Consolidação dos avanços e manutenção do ritmo de execução orçamentária; e
- 1º Trimestre/2026: (Fechamento do Ciclo 2025): Elaboração de Relatório de Desempenho Orçamentário 2025, confrontando o planejado versus o realizado, com análise crítica sobre os desafios enfrentados e as entregas

efetivadas por projeto até 31 de dezembro de 2025.

Acordo Portus

O Ministério de Portos e Aeroportos, respeitando a autonomia jurídica de seus entes, mediou um acordo coletivo entre as patrocinadoras e o Instituto Portus.

Em 25 de fevereiro de 2025, foi assinado o acordo no valor de R\$ 2,149 bilhões para sanar o déficit financeiro do fundo de pensão. Isso encerrou uma intervenção de 14 anos da Previc.

As patrocinadoras se comprometeram a aportar o montante R\$ 1,15 bilhão em TCDs (Termo de Composição e Ajuste de Dívida) e R\$ 1 bilhão em TCFs (Termo de Compromisso Financeiro). Por sua vez, os participantes aprovaram o fim do congelamento de benefícios e a retomada de pagamentos, como o abono anual.

O Acordo resgatou a dignidade e os direitos de quase 8 mil participantes, aposentados e pensionistas, assegurou transparência, autonomia e sustentabilidade para o fundo de pensão e promoveu estabilidade financeira, jurídica e institucional ao Portus.

Normativo

Em 2025, foi publicada a Portaria nº 584, de 13 de outubro de 2025, que regulamenta as atividades de segurança e vigilância nos portos organizados, bem como a organização da guarda portuária.

A nova Portaria representa uma reestruturação das atividades de segurança portuária e da organização da Guarda Portuária, em relação à Portaria nº 84/2021, estabelecendo a Guarda Portuária como responsável pela promoção das medidas de segurança e proteção nos portos organizados, profissionalizando sua gestão e reconhecendo o seu papel operacional.

Planejamento Portuário

Regularização Fundiária Do Porto De Rio Grande

Em 2023, foi celebrado o Termo de Execução De-

scentralizada nº 01/2023, entre a Secretaria Nacional de Portos e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), estabelecendo um conjunto de ações de apoio técnico por meio do Laboratório de Transportes e Logística - Labtrans. Dentro desse conjunto, ficou pactuado que parte das entregas se relacionaria ao tema da regularização fundiária, especificamente por meio da caracterização patrimonial de áreas de portos organizados, com o objetivo de levantar, organizar e analisar informações dominiais essenciais para subsidiar processos futuros de regularização. Essa caracterização, conforme o Plano de Trabalho, incluía levantamentos georreferenciados, análise de interferências e consolidação documental, sem abarcar a formulação da metodologia de regularização fundiária propriamente dita.

No âmbito da execução do TED, foi definido que a Ação 6 seria integralmente desenvolvida no Porto Organizado de Rio Grande/RS. Com isso, o trabalho assumiu como finalidade caracterizar tecnicamente a área patrimonial desse porto, identificando seus limites reais, sobreposições, interferências e inconformidades em relação à poligonal vigente e áreas adjacentes.

A fase de análises documentais envolveu levantamento minucioso de matrículas imobiliárias, registros administrativos, legislações estaduais, dados socioambientais, faixas de domínio ferroviário e rodoviário, unidades de conservação e demais elementos capazes de influenciar a conformação da poligonal patrimonial. Nesse processo, foram especializadas todas as interferências identificadas, permitindo avaliar com precisão discrepâncias entre a área patrimonial formal e a ocupação efetiva do território. Essa etapa resultou em um diagnóstico abrangente que fundamentou as atividades de campo e a posterior elaboração dos materiais cartográficos e descritivos.

Como resultado, em 21 de julho de 2025, foram disponibilizados, os Produtos 6.1 e 6.2, à Secretaria Nacional de Portos (SNP), sendo o Relatório de Caracterização Patrimonial do Porto Organizado de Rio Grande/RS e os dados cartográficos e bases georreferenciadas. Esses produtos atenderam plenamente aos objetivos do Departamento, pois estavam presentes a materialidade, clareza, conectividade da informação e foco no valor público — e

constituem insumo técnico essencial para apoiar futuras ações de regularização fundiária, mitigação de conflitos dominiais e aprimoramento da governança patrimonial do porto.

Revisão Da Poligonal Do Porto De Rio Grande

A Porto RS identificou necessidades operacionais que demandavam ajustes pontuais na poligonal do Porto Organizado de Rio Grande, sobretudo na região do Estaleiro Rio Grande e em áreas adjacentes onde havia sobreposições entre imóveis públicos e privados, afetando o planejamento e a segurança jurídica das operações portuárias.

A partir do encaminhamento formal realizado pela Portos RS, a Coordenação-Geral deste Departamento analisou tecnicamente a proposta, avaliando registros dominiais, impactos operacionais e aderência à legislação portuária.

Para garantir transparência ao processo, foi realizada consulta pública por 30 dias, aberta em 10 de março de 2025, permitindo que cidadãos, empresas e demais interessados apresentassem contribuições por meio da plataforma Participa + Brasil. Ao fim do período, foram recebidas 23 contribuições, integralmente analisadas e respondidas por esta setorial.

Concluídas as análises e consolidadas as alterações, a nova poligonal do Porto de Rio Grande foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 06 de outubro de 2025, e disponibilizada no site do Ministério de Portos e Aeroportos, juntamente com a planta e portaria de aprovação.

A revisão da poligonal do Porto do Rio Grande tende a gerar efeitos positivos para o porto ao ajustar os limites jurisdicionais para refletir com maior precisão a realidade operacional — especialmente na área do Estaleiro Rio Grande e em zonas com sobreposições fundiárias — a nova configuração fortalece a segurança jurídica e amplia a previsibilidade para investimentos. Isso contribui diretamente para o pleno funcionamento de um dos mais importantes portos graneleiros do país, essencial à exportação de soja, milho e arroz, além de reforçar o papel do porto como polo logístico estratégico para o Sul do Brasil.

Atualização e Alteração de PDZS

O Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) constitui o principal instrumento de planejamento da Autoridade Portuária para orientar o uso, a ocupação e a expansão das áreas do porto organizado, estabelecendo diretrizes para o desenvolvimento integrado, ordenado e sustentável das instalações portuárias. Conforme a Portaria Mlnfra nº 61, de 10 de junho de 2020, o PDZ deve refletir, obrigatoriamente, as projeções de demanda, a capacidade, o plano de ações e os investimentos definidos no respectivo Plano Mestre (PM), instrumento de planejamento de Estado que orienta a estratégia de médio e longo prazo para cada complexo portuário.

Atualização

Nos termos do artigo 12 da Portaria nº 61/2020, a publicação de um novo Plano Mestre impõe à Autoridade Portuária a necessidade de atualizar o PDZ, no prazo máximo de um ano, garantindo alinhamento entre os dois instrumentos e coerência entre diretrizes estratégicas e zoneamento operacional do porto.

Nesse contexto, em 2025 foram concluídas e aprovadas as atualizações dos PDZs dos portos de Itaguaí, Porto Alegre e Pelotas, elaborados pelas respectivas Autoridades Portuárias e analisados tecnicamente pela Secretaria Nacional de Portos (SNP). Cada processo demandou avaliação detalhada das diretrizes e premissas estabelecidas nos Planos Mestres mais recentes desses portos, envolvendo o ordenamento espacial, acessos e as particularidades de cada porto.

Os três PDZs aprovados foram disponibilizados ao público no site do Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), em conformidade com as normas de transparência e publicidade aplicáveis ao planejamento portuário.

Alterações

Além das atualizações decorrentes de novos Planos Mestres, a Portaria nº 61, de 10 de junho de 2020, também prevê a possibilidade de alterações pontuais dos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ), quando necessárias ao adequado funcionamento dos portos organizados. De acordo com o artigo 15, tais alterações podem ser solicitadas pela Autoridade Portuária sempre que houver justificativa técnica, sem que isso configure atualização integral do PDZ. Já o artigo 16 esta-

belece que o pedido deve ser acompanhado de manifestação técnica detalhada, com a indicação precisa das páginas, itens e trechos a serem modificados, bem como a reprodução integral do PDZ com as alterações incorporadas.

Esse mecanismo é fundamental para permitir que os portos respondam com agilidade às suas necessidades operacionais e estratégicas, sobretudo nos casos que envolvem:

- novos investimentos portuários;
- expansão ou readequação de áreas operacionais;
- ajustes de zoneamento para acomodação de novos perfis de carga;
- adequações decorrentes de oportunidades de arrendamento ou reordenamento espacial;
- demandas de infraestrutura logística ligadas a acessos, segurança e eficiência.

Como essas alterações podem ter impactos diretos na ordenação dos usos das áreas, na interação porto cidade e na estrutura de acessos terrestres e aquaviários, a Portaria estabelece um rito próprio, com análise técnica da Secretaria Nacional de Portos (SNP), que pode solicitar, se necessário, informações complementares e solicitar ajustes na proposta antes da sua aprovação.

Nesse contexto, em 2025 foram aprovadas as alterações pontuais dos PDZs dos portos de Vitória, Niterói e Itaqui, todas instruídas com as justificativas técnicas das respectivas Autoridades Portuárias e analisadas pela equipe técnica da SNP. Cada alteração atendeu a necessidades específicas de reorganização de áreas, atendimento a novos projetos, readequações de zoneamento ou ajustes para viabilizar investimentos e melhorias operacionais. Após a conclusão das análises e aprovação pelo Ministério, as versões consolidadas dos PDZs alterados foram disponibilizadas no site do Ministério de Portos e Aeroportos, assegurando plena transparência dos documentos.

Inovação Portuária e Transformação Digital

Porto sem Papel – PSP

Em 2025, foi formalizado o **Acordo de Cooperação Técnica nº 161/2024**, celebrado entre o

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, por intermédio de sua Secretaria-Executiva, e o Ministério de Portos e Aeroportos, também por meio de sua Secretaria-Executiva, com o objetivo de viabilizar a execução do Projeto de Transformação Digital "Porto Sem Papel 3.0", conforme previsto no Plano de Trabalho para inserção no projeto Startups.Gov.

Em março, foi realizado o **3º Seminário Porto Sem Papel**, com o tema: Interoperabilidade, Economia e IA. Na ocasião, apresentou-se a primeira integração do PSP com sistemas de gestão portuária, passando a receber os dados diretamente dessas plataformas. A iniciativa teve início no Porto de Suape, em parceria com o C.E.S.A.R, e foi posteriormente implementada junto à PortosRio, ampliando a precisão das informações relativas ao momento de atracação das embarcações.

Harmonização de Cadastros:

Também em março, foi concluída a harmonização de cadastro de portos e terminais entre PSP, ANTAQ e MERCANTE.

Soluções Tecnológicas implementadas

Destacam-se as seguintes entregas:

- Módulo Financeiro:** no qual foi possível apurar o volume de valores gerados no recolhimento das taxas dos Anuentes: Marinha do Brasil, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e Polícia Federal por meio do PSP;
 - API de Integração** do PSP com sistemas de gestão portuária;
 - Atualização Tecnológica** do módulo Concentrador e Gerencial, evoluindo a tecnologia para soluções mais modernas e eficientes aumentando o grau de interações e segurança do módulo;
 - Solução de IA** no PSP - leitura do CSE (Certificado Sanitário de Embarcação) e melhoria do mecanismo de processamento na Leitura do DMS (declaração marítima de saúde) e do CSE;
 - Relatório de Histórico de Análise da IA** - DMS e CSE;
 - Análise de Risco de Embarcações**, voltada à ANVISA;
- Novos Acordos de Cooperação Técnica:**
Foram celebrados ACTs com:
- a) Ministério Público do Trabalho; e
 - b) Polícia Federal.

Implantação do PSP em Terminais de Uso Privado:

O PSP foi implantado nos seguintes empreendimentos:

- a) Terminal Indústria Imetame - ES;
- b) TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá - PR;
- c) Terminal Amazon Aço Indústria e Comércio Ltda - RN;
- d) Trocadero Portos e Logística.

Sustentabilidade:

Em setembro, foi realizado levantamento sobre a economia de papel proporcionada pelo PSP ao longo dos anos, bem como sobre a consequente redução na emissão de CO². Os resultados foram divulgados no site do Ministério de Portos e Aeroportos e repercutidos em veículos especializados.

- a) MPOR
- b) Tecnologia.com.br
- c) INFRA
- d) Mastersul

Webinar PSP + ANVISA

Em setembro, foi promovido webinar junto as agências de navegação, com fim de receber as percepções dos usuários em relação as melhorias dos processos da ANVISA que foram digitalizadas e trazidos para dentro do PSP.

Produtos PSP/SERPRO

Teve início o desenvolvimento de soluções voltadas à ampliação da integração entre os sistemas dos usuários e o PSP:

- a) **INTEGRAPSP** - Conjunto de APIs que geram redução do trabalho no preenchimento de dados e geração de relatórios estatísticos;
- b) **SUPRINAV** - Plataforma Integrada ao PSP voltada as operações de abastecimento de suprimentos e serviços diversos aos navios;
- c) **PLATAFORMACRUZEIRISTA** - Plataforma voltada à integração dos sistemas das agências de Cruzeiros e o PSP;

Painéis

Foram desenvolvidos dois novos painéis:

- a) **Painel Infraestrutura Portuária** – reúne dados

sobre a infraestrutura de portos públicos e terminais privados do país; e

- b) **Painel de Chegadas/Saídas** – permite acompanhamento das embarcações em operação no Brasil, podendo identificar porto de origem, escalas e etapas da operação.

Perspectivas para 2026

Para o ano de 2026, estão previstas:

- ampliação do uso de Inteligência Artificial na análise de processos do PSP, incluindo aqueles vinculados à Marinha do Brasil;
- novas integrações com sistemas de gestão portuária;
- continuidade do projeto-piloto do SUPRINAV junto à Portos RS.

Com essas iniciativas, o PSP consolida-se como plataforma estratégica de transformação digital do setor portuário brasileiro, promovendo eficiência, integração institucional e sustentabilidade.

Criação da Coordenação-Geral de Inovação Portuária e Transformação Digital

No segundo semestre de 2025, com a publicação do Decreto 12.663, de 2025, foi instituída a Coordenação-Geral de Inovação Portuária e Transformação Digital, consolidando a responsabilidade da Secretaria Nacional de Portos (SNP) nos temas relacionados à Transformação Digital, à Transição Energética e à Inovação Portuária.

InovaPortos

Em junho de 2025, foi realizada, no Porto do Itaquí, a 6ª edição do INOVAPORTOS, evento voltado à discussão das tendências globais de inovação no setor portuário. Ao término do encontro, anunciou-se que a PortosRio sediará a 7ª edição do evento, prevista para 2026.

Programa InovaPortos

Foram iniciados estudos para a criação do Programa InovaPortos, a partir da nova estrutura organizacional do DGMP, que passou a contar com uma Coordenação Geral de Inovação Portuária e Transformação Digital. O programa tem por objetivo articular, fomentar e implementar ações de in-

ovação e transformação digital no setor portuário, em alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional do Ministério de Portos e Aeroportos e com a Estratégia Federal de Governo Digital, nos termos do Decreto nº 12.198, de 24 de setembro de 2024.

Caravana da Inovação

Houve participação ativa no Programa Caravanas da Inovação, iniciativa itinerante organizada pelo MPOR em parceria com ANTAQ e associações do setor, com o objetivo de desenvolver, difundir e promover a cultura de inovação no setor portuário. As edições ocorreram nos seguintes portos:

- Porto de Suape;
- Porto de Fortaleza;
- Porto do Rio de Janeiro;
- Porto do Itaquí;
- Porto de Salvador-Aratu;
- Porto de Santos.

IGAP

Foram iniciados estudos para a criação de um indicador de inovação portuária a ser acrescido ao IGAP 2026, com o objetivo de identificação do atual estágio de desenvolvimento do tema Inovação Portuária nas Autoridades Portuárias.

Eólica Offshore

Foi designado representante da Coordenação-Geral de Inovação e Transformação Digital, do Departamento de Gestão e Modernização Portuária, para

compor Grupo de Trabalho de Eólica Offshore (GT-Eólica Offshore), coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), considerando que o tema Transição Energética está contemplado nas atribuições do DGMP.

VTMIS

O Vessel Traffic Management Information System (VTMIS) integra a agenda de Transformação Digital e constitui outro eixo de atuação do DGMP, responsável pelo acompanhamento da execução desses projetos nos seguintes portos:

- Porto de Santos;
- Porto do Rio Grande;
- Porto do Rio de Janeiro;
- Porto de Itaguai;
- Porto de Paranaguá.

Portal de Informações Portuárias

Foi iniciada ação voltada ao desenvolvimento de um Portal de Informações Portuárias, com o objetivo de disponibilizar dados e informações do setor em formato ágil, interativo e acessível à sociedade.

A iniciativa está sendo conduzida em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina.

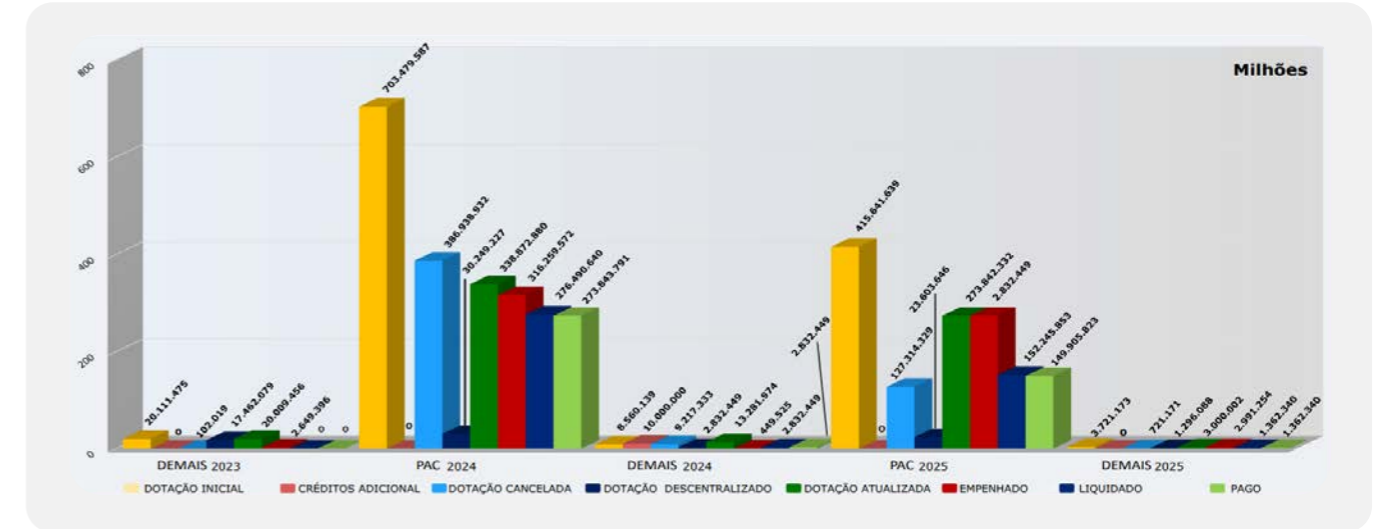
Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

Execução Orçamentária e Financeira 2023-2025

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA LOA - SNP 2025										
AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL LOA	CONTIG/ BLOQUEADO	CANCELADO	SUPLEMENTADO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESCENTRAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	CRÉDITO DISPONÍVEL
20UC - ESTUDOS, PROJETOS E PLANEJAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - NACIONAL	-	-	-	11.000.000	11.000.000	-	11.000.000	-	-	-
161Y - Manutenção e Reforço do Molhe de Abrigo do Porto de Imbituba/SC	34.038.120	4.078.843	10.902.447	4.912.648	23.969.478	-	23.969.478	-	-	-
161Z - Dragagem e Readequação da Infraestrutura Aquaviária do Porto do Recife/PE	6.016.770	-	1.300.000	49.412.452	54.129.222	-	54.129.222	-	-	-
162A - Adequação e Ampliação da Capacidade do Porto de Santana/AP	957.321	-	-	10.542.679	11.500.000	-	11.500.000	-	-	-
165T - Recuperação do Cais Flutuante do Porto de Porto Velho/RO	97.669	-	18.012.648	17914.979	-	-	-	-	-	-

166U - Dragagem de Manutenção do Canal de Acesso Aquaviário ao Porto de Itajaí/SC	9.767	-	9.767	-	-	-	-	-	-	-
162B - Modernização, Recuperação e Ampliação da Capacidade do Porto de Suape/PE - No Município de Ipojuca - PE	37.658.578	-	38.903.813	69.385.221	68.139.986	-	68.139.986	56.639.986	56.639.986	-
00V4 - Participação da União no Capital da Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN	5.000.000	-	7.700.000	84.200.000	81.500.000	-	81.500.000	80.727.633	80.727.633	-
00V6 - Participação da União no Capital da Portos Rio - CDRJ	160.392.888	-	160.392.888	-	-	-	-	-	-	-
00V7 - Participação da União no Capital da Companhia Docas do Pará - CDP	51.880.000	-	51.880.000	-	-	-	-	-	-	-
00WJ - Participação da União no Capital da Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA	81.194.995	10.406.135	70.788.770	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL PAC	377.246.018	14.484.978	359.890.333	247.367.979	250.238.686	-	250.238.686	137.367.619	137.367.619	-
20UC - Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes - Nacional	1820.528	-	291.614	-	1528.914	-	1528.914	-	-	-
218T - Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	129.557	-	129.557	-	-	-	-	-	-	-
15CX - Dragagem de Aprofundamento no Porto de Fortaleza (CE)	100.000	-	100.000	-	-	-	-	-	-	-
162J - Remoção e desengancho de embarcações em vias navegáveis e em canais de navegação portuários - Nacional	100.000	-	100.000	-	-	-	-	-	-	-
2111 - Manutenção e Operação da Infraestrutura Aquaviária Estratégica em Canais de Acesso aos Portos e Hidrovias Nacionais	100.000	-	100.000	-	-	-	-	-	-	-
00QP - Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Dissolução/Liquidação da Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR	100.000	-	-	-	100.000	-	100.000	-	-	-
00UU - Contrib. Regulares a Organismos Intem. de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica - Exterior	75.000	-	-	-	75.000	-	66.252	66.252	66.252	8.748
TOTAL DEMAIS	2.425.085	-	721.171	-	1.703.914	-	1.695.166	66.252	66.252	8.748
218T - Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	14.860.449	-	2.390.676	2.000.000	14.469.773	14.469.773	14.469.773	5.744.361	4.562.371	-
20UC - ESTUDOS, PROJETOS E PLANEJAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - NACIONAL	23.535.172	-	17.331.749	2.930.450	9.133.873	9.133.873	9.133.873	9.133.873	7.975.633	-
20UC - Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes - Nacional	432.376	-	-	-	432.376	432.376	432.376	432.376	432.376	-
218T - Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	863.712	-	-	-	863.712	863.712	863.712	863.712	863.712	-
TOTAL DESCENTRALIZADO	39.691.709	-	19.722.425	4.930.450	24.899.734	24.899.734	24.899.734	16.174.322	13.834.292	-
TOTAL GERAL	419.362.812	14.484.978	380.333.929	252.298.429	276.842.334	24.899.734	276.833.586	153.608.193	151.268.163	8.748

ANO	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAL	DOTAÇÃO CANCELADA	DOTAÇÃO DESCENTRALIZADO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2023	DEMAIS	20.111.475	-	102.019	17.462.079	20.009.456	2.649.396	-	-
2024	PAC	703.479.587	-	386.938.932	30.249.227	338.872.880	316.259.572	276.490.640	273.843.791
	DEMAIS	8.560.139	10.000.000	9.217.333	2.832.449	13.281.974	449.525	2.832.449	2.832.449
2025	PAC	415.641.639	-	127.314.329	23.603.646	273.842.332	273.842.332	152.245.853	149.905.823
	DEMAIS	3.721.173	721.171	1.296.088	3.000.002	2.991.254	1.362.340	1.362.340	1.362.340



O gráfico demonstra a evolução da execução orçamentária entre 2023 e 2025, com maior volume e nível de execução nos projetos do PAC, eviden-

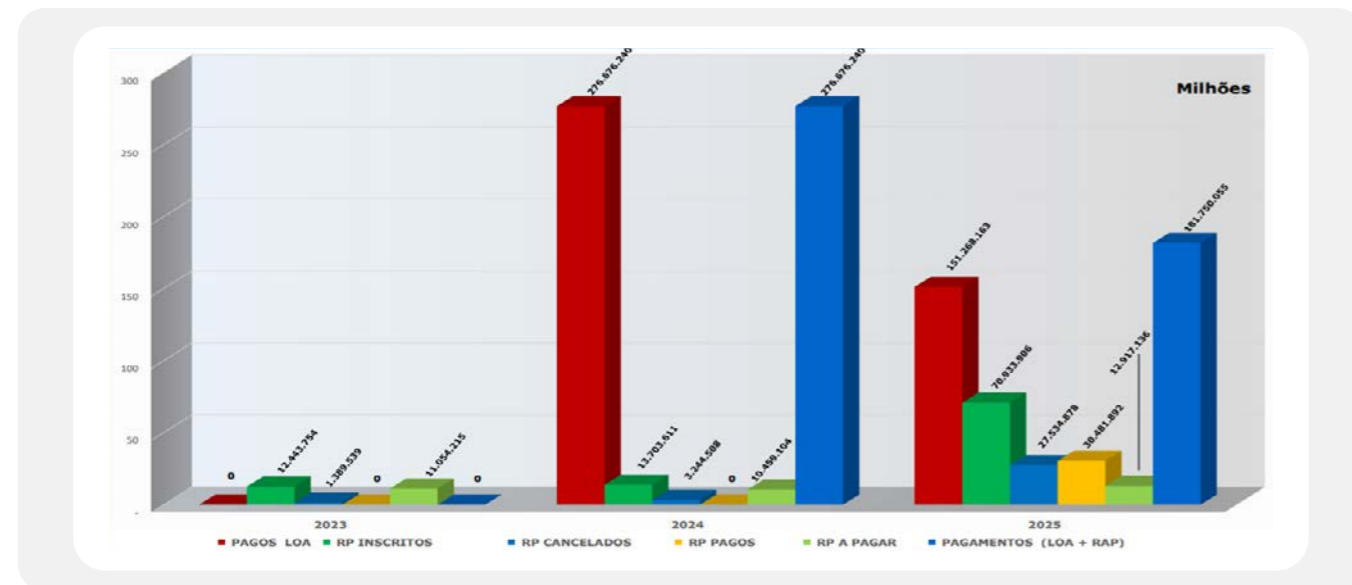
ciando a aplicação dos recursos e sua contribuição para a continuidade e o fortalecimento das ações institucionais.

Execução Financeira (RAP'S)

EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR - SNP					
Restos a Pagar	Ano	RP Inscritos	RP Cancelados	RP Pagos	RP a Pagar
09JD - Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	2011	291.882	-	-	291.882
2000 - Administração da Unidade	2014	10.873	-	-	10.873
20UC - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	2020	5.352.489	-	-	5.352.489
20UC - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	2021	617.540	-	-	617.540
20UC - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	2021	1.370.968	-	-	1.370.968
20UC - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	2022	2.154.463	-	-	2.154.463
20UC - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	2023	2.549.396	-	-	2.549.396
000Q - Comissão Interamericana de Portos - CIP	2023	40.000	6.874	33.126	-
000Q - America Association of Portthorities - AAPA	2023	60.000	60.000	-	-
00V7 - Participação da União no Capital da Companhia Docas do Pará - CDP	2024	120.000	-	-	120.000
21GV - Estudos, Projetos, Planejamento e Gestão de Infraestrutura de Transportes Aquaviários - nacional - BNDES	2024	449.525	-	-	449.525
162B - Modernização - Recuperação e Ampliação da Capacidade e Porto de Suape/PE - Dragagem do Canal Interno	2024	30.448.766	-	30.448.766	-
161Z - Dragagem e Readequação da Infraestrutura Aquaviária Do Porto De Recife/PE	2024	27.468.004	27.468.004	-	-
TOTAL		70.933.906	27.534.878	30.481.892	12.917.136

Execução Financeira (LOA +RAP'S) – 2023-2025

Ano	Pagos LOA	RP Inscritos	RP Cancelados	RP Pagos	RP a Pagar	Pagamentos (LOA + RAP)
2022	72.194	17.596.894	7.621.488	942.115	9.033.291	1.014.309
2023	-	12.443.754	1.389.539	-	11.054.215	-
2024	276.676.240	13.703.611	3.244.508	-	10.459.104	276.676.240
2025	151.268.163	70.933.906	27.534.878	30.481.892	12.917.136	181.750.055



Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação



Ainda em 2024, o Ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, anunciou a criação da Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação (SNHN), com o objetivo de ampliar a infraestrutura e promover o desenvolvimento da logística aquaviária no país. Trata-se da primeira iniciativa no Brasil de uma Secretaria dedicada exclusivamente à formulação e à implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento das hidrovias. Criada em abril de 2024, por meio do Decreto nº 11.979, a SNHN representa um marco relevante na gestão do transporte aquaviário nacional.

Compete à Secretaria propor, implementar, monitorar e avaliar a política nacional de transportes nos segmentos de hidrovias, instalações portuárias públicas de pequeno porte (IP4), eclusas, bem como da navegação marítima e interior.

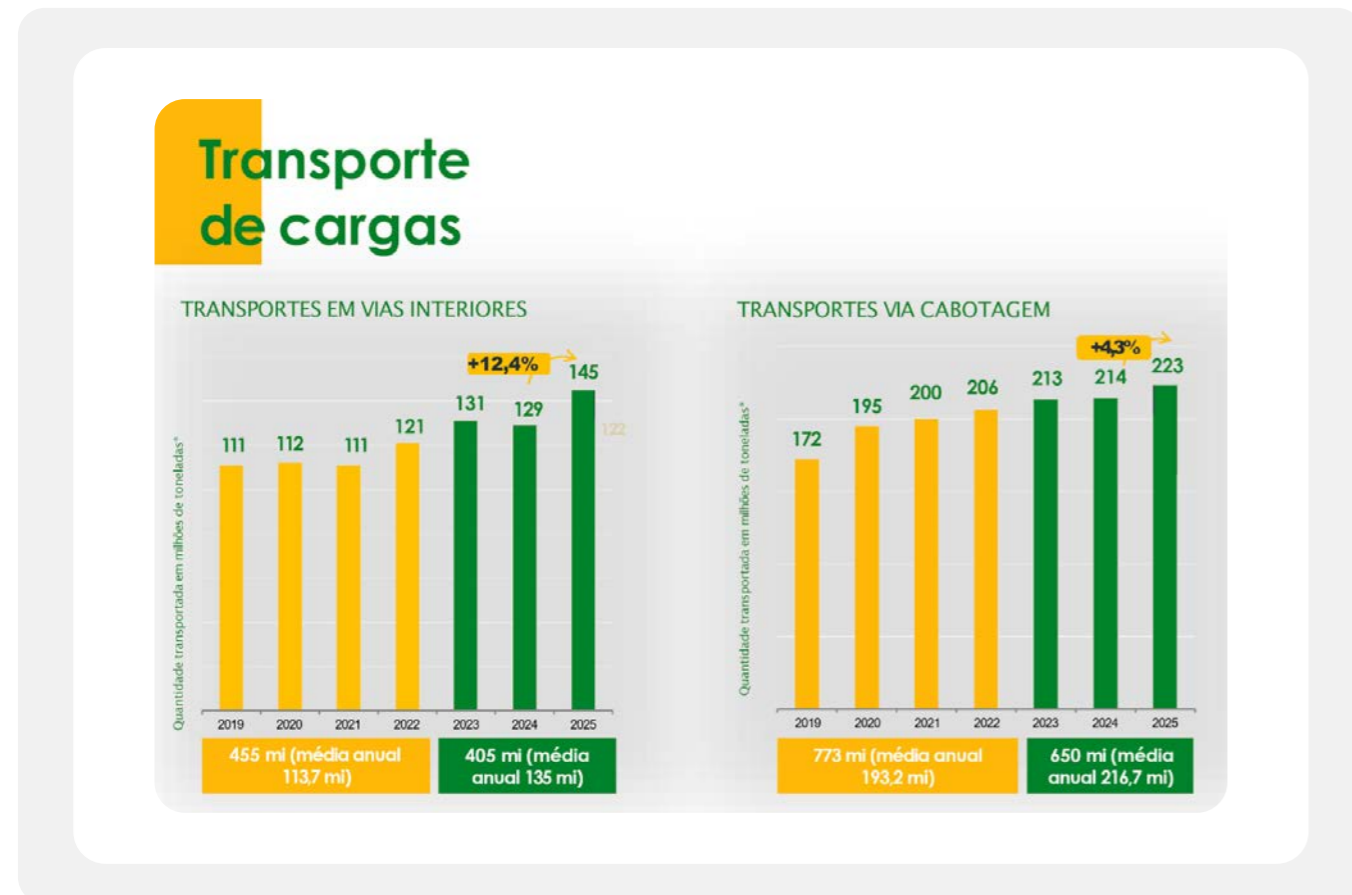
A SNHN, em parceria com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), é responsável pela operação e manutenção de 80 instalações de IP4, pela coordenação do Plano Anual de Dragagem de Manutenção Aquaviária (PADMA) e pelo Plano de Sinalização Náutica nos rios Paraguai, São Francisco, Madeira e Tapajós. Em conjunto com a Agência Nacional de Trans-

portes Aquaviários (ANTAQ), estrutura a carteira de concessões hidroviárias.

A Secretaria também atua na formulação e na implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da navegação marítima nacional e regional, no âmbito do Mercosul e da América Latina; na regulamentação da Lei nº 14.301/2022 (BR do Mar); no apoio à formulação de políticas relacionadas à navegação e às usinas eólicas off-shore; e nas ações destinadas à descarbonização do setor de navegação marítima, entre outros temas correlatos à navegação marítima nacional e internacional.

A SNHN é composta por dois departamentos:

- Departamento de Gestão Hidroviária (DGH): encarregado da proposição orçamentária e do plano plurianual de investimentos para programas de hidrovias e instalações portuárias públicas de pequeno porte (IP4); e,
- Departamento de Navegação e Fomento (DNAF): responsável pelas outorgas hidroviárias, políticas de navegação marítima e interior, além de ações relacionadas aos instrumentos de fomento, como concessões e o Fundo da Marinha Mercante (FMM).



Cabotagem

BR do Mar

Lei publicada em janeiro de 2022 e REGULAMENTADA EM 2025 - já apresentando impactos positivos e crescimento no setor
Portaria de Cláusulas Essenciais para CONTRATOS DE LONGO PRAZO

- Mais segurança jurídica e estabilidade contratual
- Assinada e publicada na COP30 - novembro/25
- Portaria de EMBARCAÇÃO SUSTENTÁVEL: Sustentabilidade na cabotagem
- Menos emissão de GEE e melhores condições para o trabalhador marítimo
- Consulta pública - abertura na COP 30 – publicação em fevereiro 2026



Programas Governamentais e Orçamento Público

O Programa 3105 - Portos e Transporte Aquaviário foi estruturado no PPA 2024-2027 para promover o desenvolvimento, a eficiência, a qualidade, a competitividade e a segurança dos portos e transporte aquaviário, priorizando iniciativas que tenham foco no serviço adequado e que sejam inovadoras e baseadas na sustentabilidade socioambiental. Para o modo hidroviário, foram definidos três objetivos principais:

1. Aumentar a disponibilidade de instalações portuárias (IP4) nos municípios localizados às margens dos rios navegáveis – busca garantir operações seguras e confiáveis para transporte de passageiros e insumos em municípios que dependem das hidrovias. Atualmente, há 80 IP4 disponíveis, sendo 22 no Nordeste e 58 na região Norte.

2. Garantir a segurança e eficiência no embarque e desembarque de cargas e passageiros, mantendo a operacionalidade das IP4 – visa aumentar a eficiência e segurança no embarque e desembarque de cargas e passageiros, garantindo qualidade na prestação do serviço e preservação ambiental. O DNIT fiscaliza e acompanha essas in-

stalações para garantir maior disponibilidade operacional, que, em 30 de junho de 2025, era de 90%.

3. Ofertar vias em condições adequadas para a navegação, com segurança e previsibilidade – segundo a ANTAQ, há 20.404 km de hidrovias economicamente navegadas. Para garantir e aumentar essa oferta, estão sendo realizados monitoramento hidroviário, sinalização e dragagem, além da modernização de eclusas.

Em 2025, foram realizados serviços de sinalização e dragagem em diversos rios, incluindo Paraguai, Paraná, Taquari, Parnaíba, Madeira e Solimões. Além disso, foi acompanhada a execução dos Planos de Monitoramento Hidroviário para melhorar a gestão e segurança da navegação.

Nos últimos três anos, o Governo Federal, por meio do Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), consolidou um ciclo de retomada e expansão dos investimentos em infraestrutura aquaviária, após um período de baixo desempenho orçamentário. A ampliação dos investimentos demonstra o compromisso do MPOR com a valorização do transporte aquaviário como vetor de desenvolvimento sustentável, redução de custos logísticos e integração regional.



Investimentos

INFRAESTRUTURA HIDROVIÁRIA

DRAGAGEM	OPERAÇÃO DE ECLUSAS	DERROCAMENTO
<p>RIO AMAZONASAM: Manaus- Itacoatiara</p> <p>RIO MADEIRARO: Porto Velho</p> <p>RIO SOLIMÕESAM: Coari- Codajás</p> <p>Benjamin Constant São Paulo de Olivença</p>	<p>OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE 8 ECLUSAS: Bahia, Pará, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Rio Grande do Sul.</p> <p>Obras para modernização da eclusa de Amarópolis(RS): A primeira a ser totalmente modernizada na história do Brasil</p>	<p>RIO TOCANTINHO/PA: Pedra do Lourenço Prazo de execução: 3 anos</p> <p>RIO TIETÉSP: Nova Avanhandava Prazo de execução: junho/26.</p>

Fundo da Marinha Mercante - FMM

O Fundo da Marinha Mercante (FMM) é um fundo de natureza contábil destinado a prover recursos para o desenvolvimento da Marinha Mercante e da indústria brasileira de construção e reparação naval. O Fundo é administrado pelo Ministério de Portos e Aeroportos, por intermédio do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM). O financiamento com recursos do FMM tem como objetivo apoiar a construção, a manutenção e a modernização de embarcações, estaleiros e infraestruturas portuárias. A política busca expandir e modernizar a frota mercante, a indústria naval e a infraestrutura aquaviária, contribuindo para o aumento da competitividade e da sustentabilidade do setor. As principais entregas contemplam:

- (i) Embarcações – construção, manutenção, reparo e modernização;
- (ii) Estaleiros – construção, expansão e modernização; e
- (iii) Infraestruturas portuárias – obras portuárias e aquaviárias.

No site do MPor estão disponíveis informações sobre os projetos apoiados com recursos do FMM em cada exercício, bem como os valores dos investimentos anuais. Também é possível consultar indicadores da política no contexto nacional ou por unidade federativa, como o valor das prioridades aprovadas pelo CDFMM.

(<https://www.gov.br/portos-e-aeroportos/pt-br/assuntos/incentivos/fmm-fundo-da-marinha-mercante>)

Investimentos

INFRAESTRUTURA HIDROVIÁRIA

Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte (IP4)

Foram entregues diversas IP4, entre elas Barcelos/AM, Envira/AM, Itacoatiara/AM, Parintins/AM, Juruti/PA e Oriximiná/PA. Outras tiveram obras aceleradas, como em Santana/AP, Canutama/AM ou estão em processo de contratação, com Montantes/AM, Fonte Boa/AM e Cai N'Água/RO.



R\$ 292,8 milhões

Em investimentos

Fundo da Marinha Mercante- FMM

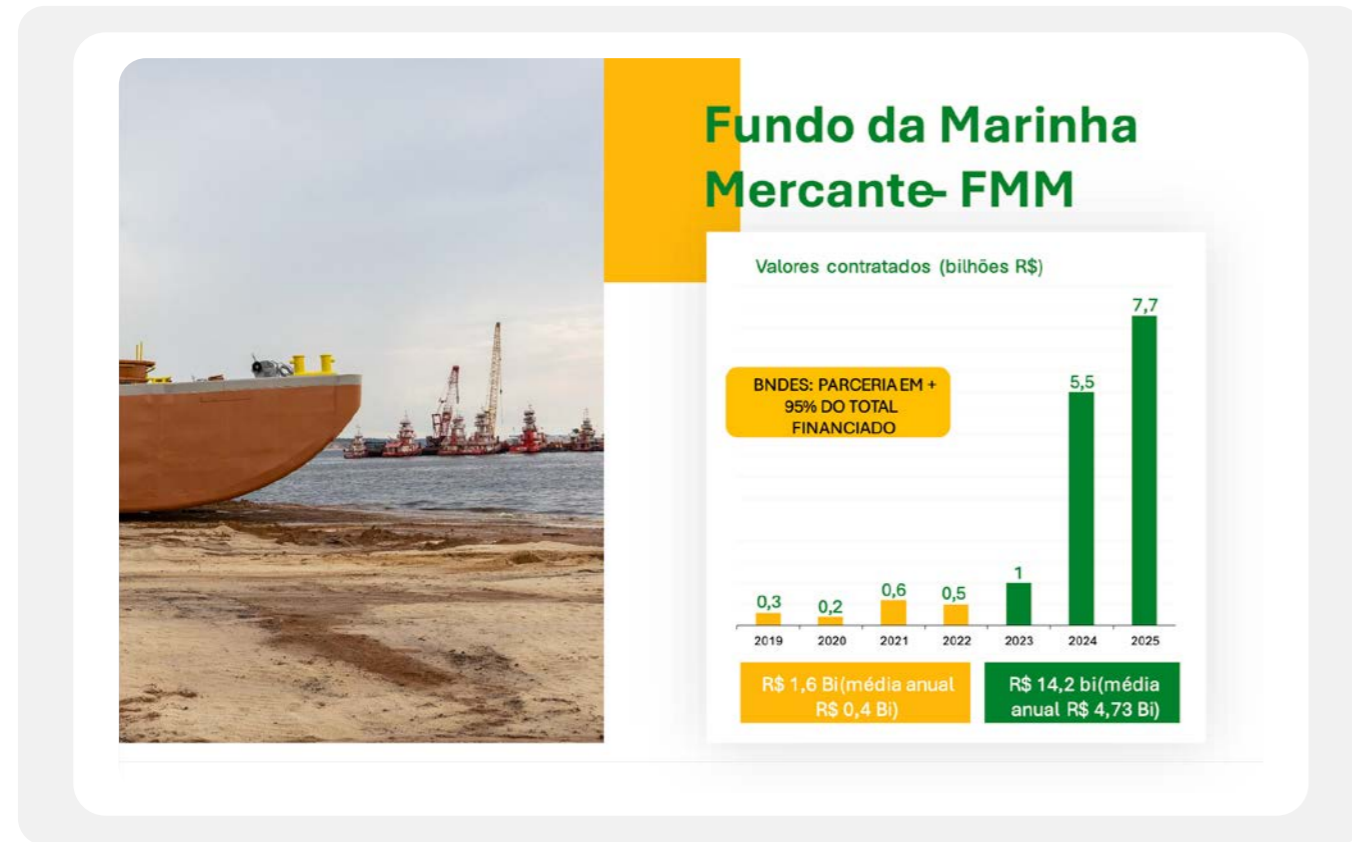
Valores aprovados (bilhões R\$)



Ano	Valor (bilhões R\$)
2019	5,2
2020	8,5
2021	3,4
2022	5,7
2023	13,8
2024	30,9
2025	31,8

Resumo: R\$ 22,8 Bi (média anual R\$ 5,7 Bi) para 2019-2022; R\$ 76,5 Bi (média anual R\$ 25,5 Bi) para 2023-2025.





Navegação Marítima

O período também foi marcado pela criação do Fórum Permanente de Políticas para Trabalhadores Aquaviários, espaço de diálogo entre governo, setor produtivo e entidades representativas, voltado à capacitação, à valorização do trabalho digno e à modernização das relações laborais. A iniciativa reafirma o compromisso do MPOR com a inclusão social, a geração de empregos e a qualificação da mão de obra da marinha mercante.

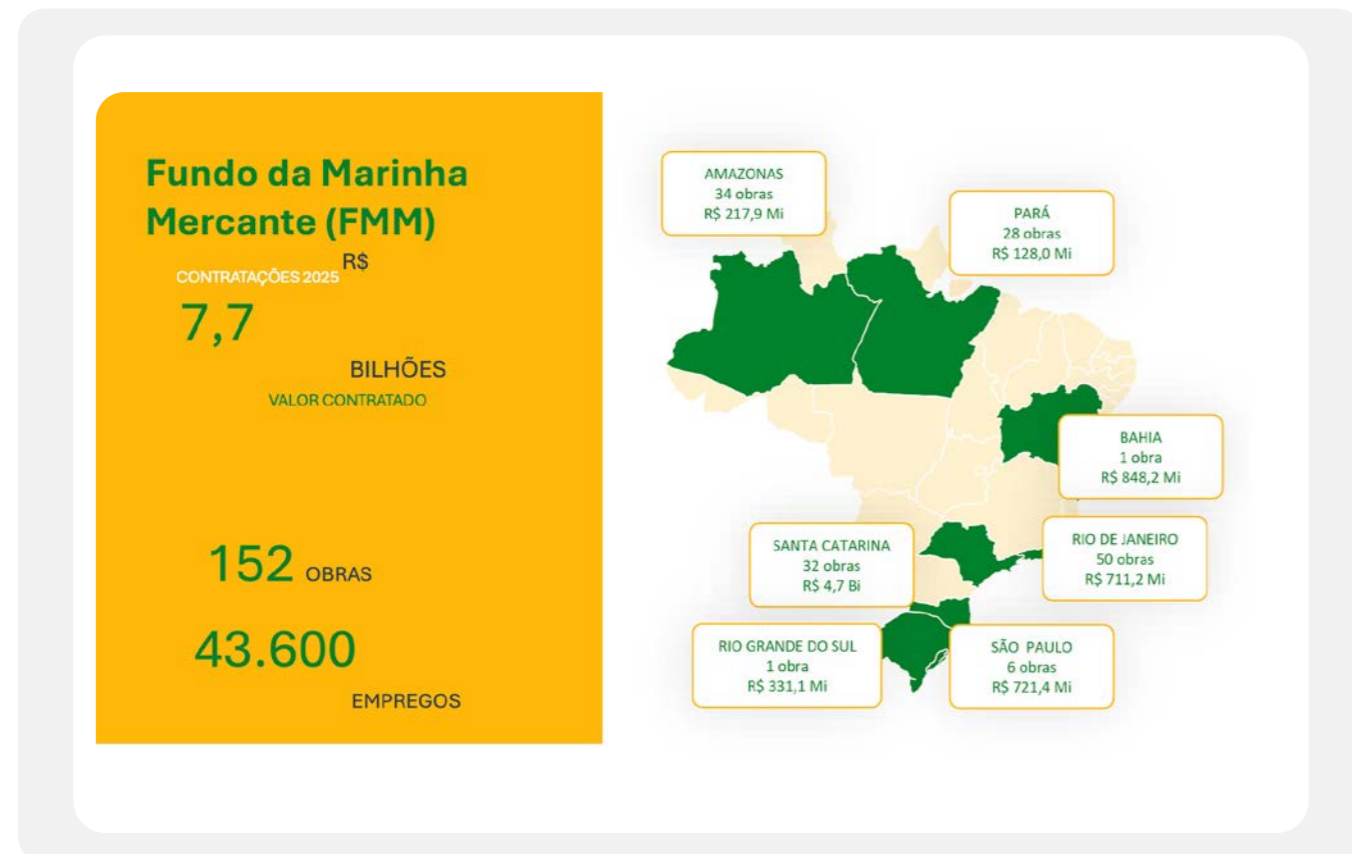
No plano internacional, o Brasil assumiu protagonismo nos fóruns multilaterais de transporte marítimo sustentável. Sob coordenação do MPOR, liderou a elaboração do Guia de Boas Práticas para a Descarbonização do Transporte Marítimo no âmbito do BRICS, reforçando a construção de corredores logísticos sustentáveis e políticas globais de descarbonização. Durante a presidência brasileira do BRICS em 2025, a SNHN participou do Grupo de Trabalho de Transportes sobre descarbonização de portos e do transporte marítimo. As propostas foram consolidadas no documento BRICS Reporting on the Decarbonization of Port and Maritime Transport e resultaram na assinatura da Declaração Ministerial dos BRICS, fortalecendo a agenda ambiental.

A inclusão do modo aquaviário na Taxonomia Sus-

tentável Brasileira e sua integração ao Plano Clima ampliaram o acesso a financiamentos verdes e incentivaram investimentos na descarbonização da frota por meio do Fundo da Marinha Mercante (FMM). A SNHN também coordenou, em parceria com a Marinha do Brasil, a Rede Brasil do Pacto Global da ONU e o BNDES, o painel do MPOR no G20 Social sobre descarbonização do transporte marítimo e da navegação interior no Brasil.

O Brasil firmou Memorandos de Entendimento com parceiros estratégicos, como Noruega e França, voltados à estruturação de corredores verdes, além de Declaração de Intenções com a International Transport Workers' Federation (ITF) sobre boas práticas trabalhistas e de segurança. As ações ampliaram a cooperação internacional, o intercâmbio tecnológico e o alinhamento às melhores práticas de governança marítima.

Em outubro de 2025, o Brasil apresentou ao BRICS um compêndio das principais ações do setor aquaviário, com destaque para a atuação na IMO, os trabalhos do Conselho Nacional de Política Energética, os instrumentos de cooperação em sustentabilidade e o Inventário de Emissões. No mesmo mês, realizou-se a reunião da Comissão de Especialistas em Transporte Marítimo do Mercosul (CETM), organizada pelo MPOR, com debates sobre desafios estratégicos da navegação.



Concessão de hidrovias

Os avanços técnicos e regulatórios obtidos em 2025 permitem ao Governo Federal projetar, para 2026, os primeiros leilões de concessão da navegação interior brasileira — um marco histórico que consolida diretrizes de sustentabilidade, governança e eficiência logística. Assim, as hidrovias nacionais se afirmam como corredores estratégicos de transporte e vetores de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

O planejamento logístico manteve-se orientado pelo Plano Integrado de Transportes (PIT) e pelo Plano Setorial Hidroviário (PSH), garantindo coerência entre investimentos públicos e privados, eficiência, sustentabilidade e segurança da navegação.

O MPOR também intensificou o diálogo com estados e operadores regionais, delegando a gestão da

Hidrovia do Parnaíba ao Estado do Piauí e avançando nos estudos para retomada da navegação no Rio São Francisco, ampliando o impacto social e econômico das vias navegáveis.

Em 2026, o foco será a execução dos primeiros leilões das hidrovias, assegurando navegabilidade permanente, manutenção dos canais e recuperação de portos regionais. Também estão previstas novas etapas de estudos para as hidrovias Tocantins, Tapajós e Lagoa Mirim, fortalecendo o portfólio de projetos estruturantes.

O ano de 2026 marcará ainda a implementação das diretrizes do BR dos Rios, consolidando uma política nacional para o desenvolvimento da navegação interior, articulada ao PIT e ao Plano Nacional de Logística (PNL 2050), reforçando o papel estratégico do transporte aquaviário na matriz logística, com ganhos ambientais, redução de custos e maior competitividade para o país.

Secretaria Nacional de Aviação Civil

O exercício de 2025 foi marcado pela consolidação de uma agenda estruturante para a aviação civil brasileira, com resultados concretos tanto na dimensão de políticas públicas de função regulatória quanto naquelas voltadas para a expansão da infraestrutura aeroportuária, bem como o próprio fortalecimento institucional.

Avançou-se, de forma significativa, na maturidade das diretrizes relacionadas às concessões aeroportuárias, com destaque para a implementação da etapa inicial do Programa AmpliAR e para a estruturação de soluções consensuais para contratos estratégicos, essa em parceria com a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e o Tribunal de Contas da União, buscando a modernização dos instrumentos, a segurança jurídica, a melhoria na prestação dos serviços e o fortalecimento do ambiente de investimentos.

Na vertente de investimentos públicos, a Secretaria Nacional de Aviação Civil mobilizou R\$ 507 milhões em 2025, contemplando obras concluídas, emissão de ordens de serviço, autorizações de licitação e descentralizações para modernização de auxílios à navegação aérea. A carteira pactuada no âmbito do FNAC e do Novo PAC atingiu R\$ 1,1 bilhão, com destaque para a ampliação e modernização de aeroportos regionais e para o apoio técnico a entes subnacionais.

Destacam-se, ainda, o monitoramento sistemático da qualidade dos serviços aeroportuários, com elevação do nível global de satisfação dos passagei-

ros, os avanços na agenda de sustentabilidade, com medidas voltadas à implementação do combustível sustentável de aviação (SAF) e a promoção de iniciativas de valorização da diversidade para o atendimento dos diferentes públicos de passageiros.

Os resultados alcançados em 2025 evidenciam uma atuação integrada no âmbito das políticas públicas sob competência da Secretaria, reafirmando o compromisso institucional com a geração de valor público, com a eficiência na aplicação de recursos públicos, com a ampliação do acesso ao transporte aéreo no território nacional e com a integração interior e internacional do Brasil mediante uma malha aérea eficiente, sob regime de liberdade de oferta e de preços.

Em 2025, o número de passageiros em aeroportos brasileiros atingiu quase 130 milhões, superando o volume registrado em 2019, período pré-pandemia de Covid-19, superando também o ano de 2024 e estabelecendo o maior patamar já observado. Desse total, aproximadamente 101 milhões correspondem ao segmento doméstico, enquanto cerca de 28 milhões referem-se ao internacional. O gráfico a seguir exhibe as movimentações anuais doméstica e internacional de cada ano desde 2015: brasileiros atingiu quase 130 milhões, superando o volume registrado em 2019, período pré-pandemia de Covid-19, superando também o ano de 2024 e estabelecendo o maior patamar já observado. Desse total, aproximadamente 101 milhões correspondem ao segmento doméstico, enquanto cerca de 28 milhões referem-se ao internacional. O gráfico a seguir exhibe as movimentações anuais doméstica e internacional de cada ano desde 2015:

Agenda 2026

560,5 milhões* para investimentos em:

- Obras de dragagem: Novos contratos nos rios Madeira/RO, Tapajós/PA e Lagoa Mirim/RS. Continuidade no Amazonas e Solimões
- **Derrocamento:** Pedral do Lourenço no Rio Tocantins (entrega da Fase 1 – projeto-piloto)
- **Construção, recuperação, manutenção e operação de terminais fluviais (IP4):** Manaus Moderna. Manutenção das IP4 - Amazonas, Rondônia e Roraima e outras
- Manutenção, operação e modernização de eclusas; Modernização da Eclusa de Amarópolis, além de garantir a operação em outras Eclusas como Sobradinho/BA, Tucuruí/PA
- Lançamento do Painel Público de Monitoramento das Hidrovias

(*) LOA 2026

Fomento à indústria naval

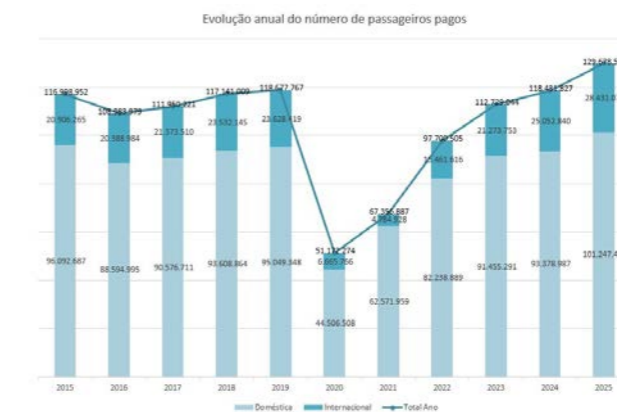
- R\$ 34 bilhões no FMM para fomento à indústria naval (novas aprovações de projetos)
- R\$ 8 bilhões (para novas contratações)
- 1ª Reunião do CDFMM para priorização de projetos portuários (janeiro) – até R\$ 4,8 bilhões

Programa de Concessões

- Leilão para a 1ª concessão da hidrovia do rio Paraguai
- Avanço dos projetos para concessão das hidrovias do Madeira, Tocantins, Tapajós e Hidrovia Verde

Fortalecimento da navegação marítima

- Portaria de embarcações sustentável – BR do mar
- Expansão da formação de oficiais mercantes
- Plano de Descarbonização da Navegação – PND Navegação



Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

A Secretaria Nacional de Aviação Civil é responsável pela formulação, coordenação e supervisão das políticas públicas relativas à infraestrutura aeroportuária e à aviação civil, incluindo:

- Formulação e avaliação de políticas públicas e diretrizes regulatórias;
- Coordenação de concessões aeroportuárias;
- Gestão do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC);
- Promoção de investimentos públicos e privados;
- Monitoramento de desempenho da infraestrutura aeroportuária; e
- Formulação de políticas de sustentabilidade ambiental e social para o setor.

Atuando na formulação, coordenação e acompanhamento de instrumentos de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da infraestrutura aeroportuária e ao fortalecimento da aviação civil brasileira sob diferentes perspectivas, tem-se como princípios aqueles dispostos pela Política Nacional de Aviação Civil (PNAC), além de buscar-se alinhamento com os instrumentos de planejamento de nível federal.

Destaca-se que, no período em tela, a atuação desta Secretaria esteve inserida em um contexto de retomada do crescimento do setor aéreo, associado a desafios estruturais relacionados à ampliação da infraestrutura, à sustentabilidade ambiental, à inclusão social e à necessidade de qualificação técnica da mão de obra. Nesse cenário, o Plano Aeroviário Nacional (PAN) consolidou-se como instrumento central de planejamento de longo prazo, orientando a identificação de prioridades, gargalos e oportunidades para o setor.

Governança, Estratégia e Desempenho

A estrutura de governança volta-se para sustentar o planejamento, a direção, a coordenação e o monitoramento das ações estratégicas por meio da articulação com outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal, concessionárias

aeroportuárias, empresas estatais, entes subnacionais e organismos internacionais, assegurando adequado alinhamento institucional e coordenação.

No âmbito do Ministério de Portos e Aeroportos, a SAC tem como objetivo setorial aprimorar o ambiente regulatório e a infraestrutura aeroportuária do Brasil, promovendo maior eficiência, segurança e qualidade nos serviços prestados e ampliando o acesso da população ao modo de transporte aéreo.

Para atingir esses objetivos, prioriza-se:

- o aperfeiçoamento das normas regulatórias, garantindo segurança jurídica e previsibilidade para investidores;
- a análise e a aprovação, quando cabível, de investimentos que envolvam contratos comerciais com a utilização de espaços em complexos aeroportuários de aeroportos concedidos;
- análise de projetos de emissão de debêntures incentivadas e de infraestrutura;
- o incentivo à realização de investimentos privados no desenvolvimento da infraestrutura dos aeroportos regionais;
- a promoção da sustentabilidade ambiental, incentivando o uso de combustíveis sustentáveis de aviação (SAF) e outras iniciativas de descarbonização do setor aéreo;
- a promoção de ações de valorização da diversidade no setor, inclusive com o atendimento especializado aos passageiros com deficiência, entre outros públicos;
- a adoção de medidas que aumentem a competitividade da aviação civil e possam ampliar o acesso para parcelas maiores da população brasileira.

Resultados da Gestão

O exercício de 2025 foi marcado por avanços estruturantes em diversas dimensões do setor de aviação civil, com foco nos instrumentos de política pública. Os resultados alcançados refletem uma atuação integrada entre planejamento, regulação e execução de investimentos, contribuindo para a modernização do setor e para a geração de valor público à sociedade. Entre os principais resultados alcançados, destacam-se:

- Outorga de implantação e exploração de aeródromos civis públicos regionais:

Foram celebrados 10 convênios de delegação de aeródromos regionais, quais sejam: Rio Negrinho/SC (SILN); Pinhalzinho/SC (sem código ICAO); São Simão/GO (SSYO); Leopoldina/MG (sem código ICAO); Inocência/MS (sem código ICAO); Canaã dos Carajás/PA (sem código ICAO); Juazeirinho/PB (sem código ICAO); Água Clara/MS (sem código ICAO); Juruena/MT (sem código ICAO); e Cocos/BA (SNKC).

- Publicação da Portaria MPor nº 548/2025, em substituição à Portaria MInfra nº 93/2020:

Foi publicada, em 16 de setembro de 2025, a Portaria MPor nº 548/2025, que disciplina a celebração, prorrogação, renovação e o aditamento dos contratos de exploração comercial que envolvam a utilização de espaços no complexo aeroportuário nos aeroportos incluídos no Plano Nacional de Desestatização – PND ou qualificados para parcerias no Programa de Parcerias e Investimentos - PPI.

A Portaria MPor nº 548/2025 substituiu sua antecessora, Portaria MInfra nº 93/2020, do extinto Ministério da Infraestrutura, trazendo como principais avanços maior flexibilidade nos prazos contratuais máximos aceitos, bem como a proibição de autorização de contratos de exploração comercial que se mostrem incompatíveis com as políticas públicas estabelecidas e o planejamento de longo prazo para a infraestrutura aeroportuária.

- Análise e aprovação de investimentos/contratos em complexos aeroportuários concedidos. Portaria MInfra nº 93/2020 e Portaria MPor nº 548/2025:

Em 2025, a SAC aprovou, por meio de portarias, a celebração de 10 (dez) contratos comerciais que envolvem investimentos de grande porte, nos complexos aeroportuários e com os objetos de investimento listados a seguir: Fortaleza/CE (SBFZ) - Galpões Logísticos; Vitória/ES (SBVT) - Escola; Brasília/DF (SBBR) - Casa de Shows; Jacarepaguá/RJ (SBJR) - Hospital; Curitiba/PR (SBCT) - Galpões Logísticos; Navegantes/SC (SBNF) - Galpões Logísticos; Guarulhos/SP (SBGR) - Sala VIP; Congonhas/SP (SBSP) - Shopping Center; Goiânia/GO

(SBGO) - Galpões Logísticos; e São Luís/MA (SBSL) - Galpões Logísticos.

- Aprovação de projetos de investimentos prioritários para emissão de Debêntures Incentivadas e de Infraestrutura:

A Lei nº 14.801, de 2024, instituiu as debêntures de infraestrutura e alterou as regras para a emissão das debêntures incentivadas, criadas pela Lei nº 12.431, de 2011. Em 26 de março de 2024, foi publicado o Decreto nº 11.964, que regulamenta os critérios e as condições para emissão de ambos os tipos de debêntures. A legislação estabelece a concessão de benefício fiscal com o objetivo de incentivar o uso de tais instrumentos para o financiamento do investimento privado em projetos de infraestrutura. Para o setor aeroportuário, no ano de 2025, foram analisados requerimentos para fins de emissão de debêntures incentivadas para projetos dos aeroportos de Chapecó (SC), Ilhéus e dos aeroportos integrantes do Bloco SP/MS/PA/MG.

- Programa AmpliAR. Mais conectividade e fortalecimento dos aeroportos regionais:

O Programa de Investimentos Privados em Aeroportos Regionais - AmpliAR foi instituído pela Portaria MPor nº 373, de 2025, com o objetivo de expandir a conectividade aérea e fortalecer a infraestrutura de aeroportos regionais identificados como deficitários, mas relevantes para a integração nacional e o desenvolvimento da aviação regional. A iniciativa permite que concessionárias com contratos vigentes de exploração de aeroportos federais assumam a operação e um conjunto de obrigações de investimentos em aeroportos regionais. Em contrapartida, essas concessionárias recebem as receitas decorrentes da exploração da infraestrutura e reequilíbrios econômico-financeiros (REF), mecanismo que busca manter o equilíbrio contratual diante das novas responsabilidades assumidas.

O programa tem como premissas a melhoria dos serviços aeroportuários, a ampliação do acesso aéreo em regiões menos atendidas e a promoção de investimentos privados em infraestrutura aeroportuária. Dessa forma, o programa permitirá que aeroportos regionais se beneficiem do modelo

federal de concessões aeroportuárias, considerando um sucesso pelos governos e especialistas, tendo viabilizado a construção de terminais modernos, a ampliação da oferta de serviços aéreos, o aumento da capacidade operacional e ganhos significativos em produtividade, gestão, eficiência, sustentabilidade e competitividade.

O primeiro Edital de Processo Competitivo Simplificado para o AmpliAR foi publicado no dia 6 de agosto de 2025, na página dedicada ao programa, no site do Ministério de Portos e Aeroportos – MPor: <https://www.gov.br/portos-e-aeroportos/pt-br/ampliar/>. É nesse canal que o MPor mantém atualizadas as informações do programa, tais como registros sobre os aeroportos, respostas às contribuições da consulta pública, reabertura de prazos, Comunicados Relevantes da Comissão Especial, entre outros.

A sessão pública de abertura das propostas comerciais foi realizada no dia 27 de novembro de 2025, em São Paulo, conforme previsto no cronograma constante do edital. O Comunicado Relevante nº 8/2025, da Comissão Especial, deu publicidade à ordem de classificação das propostas comerciais apresentadas para 13 aeroportos objeto do edital. Assim, o resultado da 1ª Etapa contou 13 aeroportos arrematados, para os quais estão previstos investimentos privados da ordem de **R\$ 731,6 milhões**.

Com a homologação do resultado pelo Ministro, em 10 de dezembro de 2025, o processo foi encaminhado à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para definição e cálculo do reequilíbrio econômico-financeiro dos respectivos contratos de concessão, conforme suas atribuições legais. Após a definição do reequilíbrio econômico-financeiro, será celebrado o respectivo termo aditivo ao contrato de concessão, nos moldes previstos no Anexo 1 - Minuta de Termo Aditivo.

- Programa Voa Brasil. Mais inclusão e menos ociosidade:

O Programa Voa Brasil foi instituído pela Portaria MPor nº 339, de 2024, com o objetivo de estimular a demanda por meio do aproveitamento da capacidade ociosa das aeronaves, oferecendo passagens aéreas a preços acessíveis para grupos

específicos atualmente fora do mercado de transporte aéreo.

O programa disponibiliza passagens de até R\$ 200,00 por trecho para aposentados do INSS que não tenham viajado de avião nos últimos 12 meses.

O programa busca incentivar o uso do transporte aéreo em períodos de menor ocupação das aeronaves, promovendo maior ocupação dos voos e otimizando a utilização da frota aérea nacional sem prejudicar as operações regulares, além de ampliar o acesso ao modo aéreo para uma parcela da população que tradicionalmente não utiliza esse meio de transporte.

Desde o início do programa, as passagens adquiridas tiveram como principais origens e destinos os aeroportos de Guarulhos/SP, Brasília, Congonhas/SP, Galeão/RJ, Recife, Salvador e Fortaleza.

A SAC tem acompanhado ativamente o programa, monitorando dados de adesão e tomando as providências para manter a atualidade dos requisitos. Além disso, tem proposto e avaliado ajustes para maximizar o alcance, a viabilidade e a efetividade da iniciativa, garantindo maior participação das companhias aéreas e aprimorando a experiência dos beneficiários.

- Avaliação de áreas patrimoniais de aeródromos e desenvolvimento de módulo de gestão patrimonial na plataforma Hórus:

Por meio do Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 11525720230002-002177/2023, celebrado com o Laboratório de Transporte e Logística da Universidade Federal de Santa Catarina (LabTrans/UFSC) / Ação 5, que trata do apoio na avaliação de áreas patrimoniais de aeródromos e desenvolvimento de módulo de gestão patrimonial na plataforma Hórus, têm sido realizadas ações de supervisão e atualização de dados dos imóveis federais utilizados pela infraestrutura aeroportuária civil.

Em 2025, foram desenvolvidas atividades nos aeroportos listados a seguir:

- Aeroporto de Chapecó - Serafin Enoss Bertasso (SBCH), Chapecó/SC, entre os dias 15 e 17 de janeiro de 2025;

- Aeroporto Municipal de Concórdia - Olavo Ceco Rigon (SSCK), Concórdia/SC, entre os dias 20 e 22 de janeiro de 2025;
- Aeroporto Regional de Três Lagoas - Plínio Alarcon (SBTG), Três Lagoas/MS, entre os dias 24 e 28 de fevereiro de 2025;
- Aeroporto Internacional de João Pessoa - Presidente Castro Pinto (SBJP), João Pessoa/PB, entre os dias 18 e 27 de março de 2025;
- Aeroporto de Divinópolis - Brigadeiro Antônio Cabral (SNDV), Divinópolis/MG, entre os dias 22 e 25 de abril de 2025;
- Aeroporto de Belo Horizonte/Pampulha - Carlos Drummond de Andrade (SBBH), Belo Horizonte/MG, entre os dias 20 e 28 de maio de 2025;
- Aeroporto Internacional de Aracaju - Santa Maria (SBAR), Aracaju/SE, entre os dias 24 e 27 de junho de 2025;
- Aeroporto Regional de Dourados - Francisco de Matos Pereira (SBDO), Dourados/MS, entre os dias 15 e 18 de julho de 2025;
- Aeroporto de Carolina - Brigadeiro Lysias Augusto Rodrigues (SBCI), Carolina/MA, entre os dias 5 e 8 de agosto de 2025;
- Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes-Gilberto Freyre (SBRF), Recife/PE, entre os dias 2 e 12 de setembro de 2025;
- Aeroporto Regional do Oeste - Coronel Adalberto Mendes da Silva (SBCA) - Cascavel/PR, entre os dias 30 de setembro e 3 de outubro de 2025;
- Aeroporto Orlando de Carvalho (SSUM) - Umuarama/PR, entre os dias 6 e 9 de outubro de 2025;
- Aeroporto de Barreiras - Dom Ricardo Weberberger (SNBR), Barreiras/BA, entre os dias 3 e 7 de novembro de 2025;
- Aeroporto Regional de Camocim (SNWC), Camocim/CE, entre os dias 2 e 5 de dezembro de 2025; e
- Aeroporto Internacional de Parnaíba - Prefeito Dr. João Silva Filho (SBPB), Parnaíba/PI, entre os dias 8 e 11 de dezembro de 2025.

- Relatórios Conjunturais sobre transporte aéreo:

A SAC também mantém parceria com o Laboratório de Transportes (Labtrans/UFSC) para elaboração de relatórios conjunturais do transporte aéreo, que visam a ampliar o conhecimento sobre o desempenho global do setor e os fatores que

o influenciam, oferecendo análises com grande diversidade de dados. É realizado o acompanhamento dos seguintes indicadores: movimentação nos principais aeroportos e rotas; aproveitamento das aeronaves; demanda e oferta em relação a passageiros e carga; taxa de câmbio; indicadores de empregabilidade; entre outros. Os relatórios são disponibilizados no sistema Hórus.

- Proposições Legislativas (PL), Requerimentos de Informação (RIC) e Indicações (INC):

A partir da provocação da Assessoria de Assuntos Parlamentares (AESPAR) do Gabinete do Ministro, realizam-se manifestações técnicas acerca de iniciativas legislativas que alterem normativos e marcos regulatórios do setor, ou que de alguma maneira possam impactar no desenvolvimento e no nível de serviço do transporte aéreo, bem como subsidiar-se respostas aos Requerimentos de Informação – RIC direcionados ao Ministro de Estado de Portos e Aeroportos e atende-se a indicações parlamentares.

- Aeroporto do Galeão. Processo de solução consensual de conflitos do TCU:

A SAC integrou a Comissão de Solução Consensual do TCU relativa ao Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão (SBGL/GIG). A análise técnica conduzida na Comissão de Solução Consensual buscou a modernização do contrato, à luz de experiências consideradas positivas no âmbito de contratos mais recentes.

Nesse processo, identificou-se que qualquer solução para garantir a permanência da concessionária e restaurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato demandava previsibilidade regulatória no relacionamento competitivo entre o Aeroporto Internacional do Galeão (SBGL) e o Aeroporto Santos Dumont (SBRJ).

Nesse contexto, a flexibilização progressiva das restrições do SBRJ foi reconhecida como elemento central das negociações, tanto para assegurar conformidade com a liberdade de rotas prevista no art. 48, §1º, da Lei nº 11.182, de 2005, quanto para garantir previsibilidade contratual e concorrencial. O mecanismo de transição acordado estabeleceu o seguinte cronograma, incorporado ao Termo Aditivo

de Repactuação do contrato de concessão:

- **2025:** limite de 8 milhões de passageiros/ano;
- **2026:** limite de 9 milhões de passageiros/ano;
- **2027:** limite de 10 milhões de passageiros/ano;
- **A partir de 2028:** eliminação completa dos limites operacionais, prevalecendo apenas a capacidade técnica do aeroporto.

O acordo foi submetido ao Tribunal de Contas da União e aprovado pelo Plenário em 4 de junho de 2025. Em 25 de setembro de 2025, foi assinado pelo Ministro de Estado de Portos e Aeroportos o Termo de Autocomposição do contrato de concessão, formalizando as condições pactuadas entre MPor, Anac e RIOgaleão. O Termo de Autocomposição prevê, ainda, que a não implementação das medidas de flexibilização implicará obrigação de recomposição econômico-financeira, devendo a Anac apurar eventual desequilíbrio decorrente de restrições superiores às acordadas.

- Aeroporto de Brasília. Processo de solução consensual de conflitos do TCU:

A SAC integrou a Comissão de Solução Consensual do TCU relativa ao Aeroporto Internacional de Brasília - Presidente Juscelino Kubitschek (SBBR/BSB).

Em maio de 2025, o MPor protocolou Requerimento de Solução Consensual de Controvérsia no TCU, após solicitação da Concessionária do Aeroporto de Brasília, que apontou a necessidade de repactuar os termos do contrato, baseando-se em alguns fatores alheios à sua gestão, os quais teriam motivado a busca por alternativas para garantir a viabilidade econômica da concessão.

A solução consensual foi elaborada com o objetivo de assegurar a continuidade da prestação do serviço aeroportuário, mitigar litígios e proporcionar maior previsibilidade econômica e regulatória à concessão do Aeroporto de Brasília. Assim, foram acordados três instrumentos jurídicos para formalizar os entendimentos: Termo de Autocomposição, Termo Aditivo de Repactuação e Termo Aditivo de Transição.

As minutas dos documentos foram construídas conjuntamente entre os integrantes da CSC-BSB, após amplas discussões que contaram com a participação de todos. A solução consensual pactuada

representa um modelo inovador de ajuste contratual e foi desenvolvida com o objetivo de garantir previsibilidade regulatória, segurança jurídica e viabilidade econômica ao Aeroporto de Brasília.

- Obras do Poder Público em Confins:

O Contrato de Concessão entre a BH Airport e a Anac previa que a Infraero concluisse as Obras do Poder Público (OPPs) no Aeroporto Internacional de Confins até dezembro de 2014. Caso houvesse atrasos, a concessionária poderia assumir a execução das obras e ser ressarcida pela Infraero. Em 2024, diante das dificuldades relatadas pela BH Airport quanto ao reembolso devido pela Infraero, a Anac instaurou um procedimento de mediação para intermediar as controvérsias. Durante aquele ano, foram realizadas 8 reuniões negociais, e diferentes alternativas foram analisadas. As tratativas tiveram continuidade ao longo de 2025 e a solução consensual deve demandar a expedição de uma nova diretriz de política pública do MPor.

- Combustíveis Sustentáveis de Aviação (SAF):

Em 2025, a regulamentação da Lei nº 14.993, de 2024, conhecida como Lei do Combustível do Futuro, foi prioridade na agenda ambiental da SAC. A legislação instituiu o Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação (ProBioQav), que prevê a introdução de um mandato de uso de combustíveis sustentáveis de aviação (SAF) pelas companhias aéreas brasileiras, com início em 2027.

Nesse sentido, a Secretaria participou de fóruns e debates sobre a produção, fornecimento e comercialização de SAF, contribuindo tecnicamente para a proposta de Decreto de regulamentação do mandato. A elaboração do decreto vem sendo coordenada pelo MME no âmbito do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e conta com a colaboração de diversos órgãos do Governo Federal, entre os quais o MPor. A proposta traz importantes definições relacionadas às regras de comercialização, à integridade ambiental e à rastreabilidade do certificado de sustentabilidade

do SAF, ao papel dos diferentes agentes nesse mercado, bem como às possibilidades de flexibilização e dispensa do mandato de redução de emissões de CO2. A publicação do Decreto está prevista para o primeiro trimestre de 2026.

A SAC também promoveu iniciativas para o desenvolvimento do mercado de SAF, incluindo:

- TED SAC/UFJF – Em 2025, foram concluídos os estudos realizados pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), resultado da cooperação estabelecida pelo Ministério de Portos e Aeroportos em 2022, com investimentos na ordem de R\$ 1,3 milhão. Com o conjunto de relatórios técnicos entregue, o TED junto à UFJF apresenta-se como uma referência nacional em estudos sobre descarbonização da aviação civil no Brasil, fornecendo subsídios para a formulação de políticas públicas, atração de investimentos, planejamento energético e posicionamento estratégico do país no cenário internacional de transição energética no setor aéreo. Entre os resultados obtidos com a parceria, destaca-se a publicação de um painel dinâmico que apresenta dados, ferramentas, modelos e calculadoras para permitir simulações e projeções baseadas nos produtos desenvolvidos neste projeto;
- TED SAC/ANP – Investimento no Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas (CPT), da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), de modo a ampliar a capacidade laboratorial da Agência para análise de combustíveis de aviação, tanto de origem fóssil, como sustentáveis. A parceria teve início em 2022 e prevê a aquisição de 19 equipamentos, além do treinamento teórico e prático para os especialistas do quadro do CPT. Os investimentos totalizarão R\$ 11.468.961,83. Até o momento, foram adquiridos 15 equipamentos científicos, por meio de pregão eletrônico, com desembolso total de R\$ 8.528.315,30. Está prevista para 2026 a aquisição dos últimos equipamentos necessários para qualificação completa do laboratório;
- Conexão SAF – Fórum que discute desafios regulatórios, tributários e logísticos do SAF. O trabalho do fórum foi estruturado em torno de 6 (seis) eixos temáticos: (i) Certificação e qualidade do produto; (ii) Infraestrutura e Distribuição; (iii) Regulação do Mandato para Operadores Aéreos; (iv) Políticas de Incentivo

e Financiamento; (v) Tributação e Aspectos Tributários da Cadeia de SAF; e (vi) Pesquisa e Desenvolvimento. O eixo de Infraestrutura e Distribuição é coordenado pela SAC, junto ao Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP). O Relatório Final do trabalho desenvolvido ao longo de 2025 já está público e pode ser acessado na página da Conexão SAF (<https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/meio-ambiente/arquivos/saf/gt-infraestrutura-e-distribuicao/relatorio-final-gt-infra-conexao-saf>);

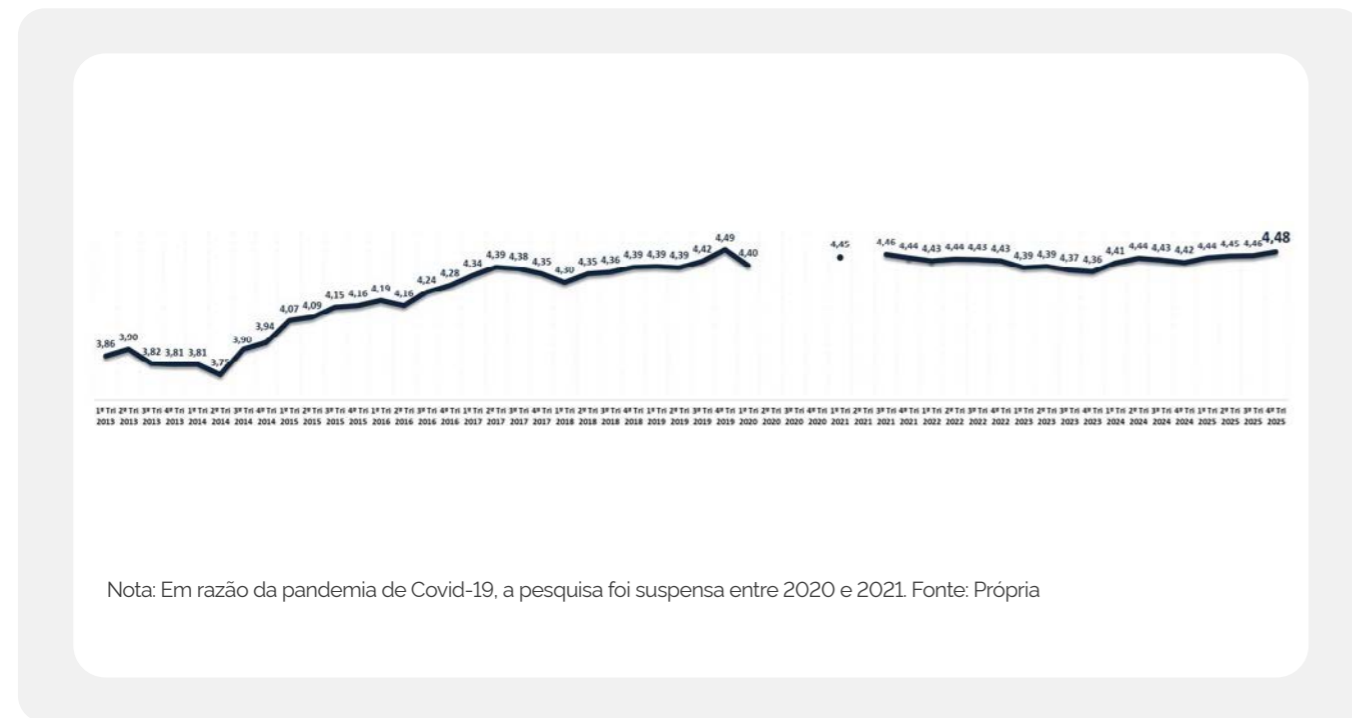
- GT CNPE – Criado pela Resolução CNPE nº 10/2024, o Grupo de Trabalho busca estruturar políticas para combustíveis de aviação e gás liquefeito de petróleo (GLP). Entre os temas abordados estão precificação, concorrência, infraestrutura, tributação e financiamento do SAF; e
- Rede de Pesquisa em Combustível Sustentável de Aviação (RPSAF) – Em 2024, a RPSAF foi instituída a partir de parceria entre o MPor e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no âmbito do Programa "Política com Ciência", do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). A iniciativa tem o objetivo de apoiar a formulação de políticas públicas e contempla o mapeamento de matérias-primas, rotas tecnológicas promissoras, barreiras regulatórias, lacunas de infraestrutura e possíveis impactos econômicos e ambientais da introdução de SAF em larga escala. O projeto foi contemplado com R\$ 12 milhões em recursos do FNDCT e os trabalhos da rede se iniciaram em 2025. A 1ª Reunião Estratégica da Rede de Pesquisa em Combustível Sustentável de Aviação (RPSAF) foi realizada em Brasília, no dia 4 de setembro de 2025. Essa aproximação com a academia é fundamental para que as políticas públicas alcancem seus objetivos e atendam ao interesse público, com base em informação científica e segura.

- Satisfação Geral do Passageiro:

Sob a perspectiva da qualidade dos serviços ofertados com base na percepção dos passageiros, é realizada, mensalmente, a pesquisa de satisfação do passageiro, na qual é avaliada a experiência do passageiro com relação a diversos itens de in-

fraestrutura, atendimento e serviços. O monitoramento do desempenho considera diferentes processos aeroportuários, como check-in, inspeção de segurança, restituição de bagagem, dentre outros, nos 20 principais aeroportos do país. Em 2025, foram realizadas 103.238 entrevistas, cerca de 8.603 entrevistas por mês e média de

430 entrevistas por aeroporto/mês. Abaixo segue a representação da evolução das médias trimestrais de Satisfação Geral desde o início da aplicação da pesquisa, 1º trimestre de 2013 até o 4º trimestre de 2025, quando a pesquisa obteve nota média no trimestre de 4,48.



- Sistema Brasileiro de Informação Antecipada de Passageiros – SISBRAIP:

SISBRAIP é uma solução desenvolvida pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), contratado pelo Ministério de Portos e Aeroportos no modelo Software como Serviço (SaaS) e disponibilizada aos órgãos de controle de fronteira (Polícia Federal, Anvisa e Vigiagro) atuantes nos aeroportos brasileiros.

O sistema fornece informações detalhadas por meio da entrega antecipada de dados de passageiros (API/PNR) de voos domésticos regulares, além daqueles que chegam e saem do país em voos internacionais, conforme preconizado nos artigos 3

e 4 da Resolução nº 255, da ANAC. A finalidade é auxiliar os órgãos de controle de fronteira em seus mecanismos para o controle e fiscalização realizados nos aeroportos, contribuindo para otimizar a fiscalização baseada na análise de dados e gestão de risco.

Quanto a estatísticas gerais de utilização do sistema pelos órgãos de controle anteriormente citados, em 2025, foram cadastrados 534 novos usuários, 74 novas equipes de trabalho, registradas 82.093 fiscalizações, 12.538 ocorrências, 1.368 regras de risco cadastradas, 2.434 restrições a passageiros.

Numa comparação com os números de 2024, verifica-se um aumento substancial da utilização do sistema pelas equipes de fiscalização, principalmente quando se observa o número de fiscalizações e ocorrências registradas no sistema.

INDICADOR	2024	2025
Usuários cadastrados	809	534
Equipes de trabalho	122	74
Fiscalizações	29.070	82.093
Ocorrências	4.966	12.538
Regras de risco	1.122	1.368
Restrições	1.087	2.434

- Gerenciamento do Risco de Fauna:

No âmbito do fortalecimento da segurança operacional e da qualificação do gerenciamento do risco de fauna em aeródromos brasileiros, a SAC, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por intermédio do Laboratório de Transportes e Logística (LabTrans), celebrou Termo de Execução Descentralizada (TED) para o desenvolvimento de estudos e produtos voltados à identificação de espécies de avifauna envolvidas em colisões com aeronaves, quase colisões e avistamentos, bem como ao aprimoramento de práticas de gestão do risco de fauna. O TED pode ser consultado em: <https://www.gov.br/portos-e-aeroportos/pt-br/aceso-a-informacao/convenios-e-transferencias/termos-de-execucao-descentralizada>.

A iniciativa agrega valor à gestão integrada entre os órgãos e demais atores, ao ampliar a base de evidências para tomada de decisão, aumentar a precisão da identificação de espécies e fortalecer a comunicação técnica com operadores e demais atores do sistema. Em 2025, destacam-se como entregas o Guia de Espécies para Gerenciamento do Risco de Fauna e o Monitor do Risco de Fauna, ambos disponibilizados na Plataforma Hórus (<https://horus.labtrans.ufsc.br/gerencial/#Risco->

Fauna). O Guia consolida informações essenciais sobre espécies relevantes, distribuição dos registros e orientações de mitigação. O Monitor é publicado mensalmente, com análise dos eventos do mês anterior e acompanhamento de tendências e sazonalidade, apoiando respostas tempestivas e o direcionamento de ações preventivas.

- Aceitação de projetos de engenharia:

As ações relacionadas à aceitação de projetos de engenharia, no exercício de 2025, culminaram na autorização da licitação das obras dos seguintes aeroportos regionais: Dourados/MS (edificações); Ji-Paraná/RO (terminal); Jataí/GO (edificações do novo aeroporto); Ponta Grossa/PR; Santa Rosa/RS (edificações); Araguari/MG; Caxias do Sul/RS (infraestrutura).

Desde 2025, permanecem em desenvolvimento os projetos dos seguintes aeroportos: Maringá/PR (terminal e torre de controle); Balsas/MA (novo aeroporto); Caruaru/AM; Toledo/PR (PAPI); e Teixeira de Freitas/BA (PAPI). No âmbito da estratégia de desenvolvimento centralizado de projetos, encontram-se em execução, desde 2025, iniciativas relacionadas aos aeroportos de: Barra do Corda/MA; Barra do Garça/MT; Teixeira de Freitas/BA; Picos/PI; Rorainópolis/RR;

e Piracicaba-Rio Claro/SP.

- Gestão de Investimentos:

No âmbito do desenvolvimento da infraestrutura aeroportuária regional por meio de investimento público, com recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC, a carteira atual do Governo Federal contempla obras de construção, reforma e reaparelhamento, bem como o desenvolvimento de projetos. As intervenções são realizadas de forma indireta, mediante instrumentos de repasse firmados com diversos entes da Federação (União, Estados, Municípios e Empresa Pública), totalizando um valor já pactuado de R\$ 1,1 bilhão.

- Em 2025, foram concluídas obras do Terminal de Passageiros, mobiliário e equipamentos do Aeroporto de Cacoal/RO (R\$ 8.400.000,00), obras de reforma da pista de pouso e decolagem e cerca operacional do Aeroporto de Guarujá/SP (R\$ 20.261.219,59); e obras de infraestrutura do Aeroporto de Patos/PB (R\$ 35.814.911,98), somando o montante de R\$ 64.476.161,57.
- No mesmo ano, foram emitidas ordens de serviço no montante de R\$ 141.181.657,41, para o início de novas obras em Americana/SP (R\$ 16.338.472,79), Barreiras/BA (R\$ 44.875.189,58), Guarujá/SP (R\$ 6.267.995,31), Dourados/MS (R\$ 38.699.999,73) e retomada das obras do Aeroporto de Ponta Grossa/PR

(R\$ 35.000.000,00).

- Quanto aos equipamentos de auxílios à navegação aérea, foi assinado o Termo de Execução Descentralizada, no valor de R\$ 96 milhões, e emitida a autorização para a aquisição e instalação de 20 Estações Meteorológicas de Superfície Automáticas – EMS-A, além de instalada a EMS-A de Patos/PB.
- Também foram autorizadas licitações para as obras do Novo Aeroporto da Serra Gaúcha, em Vila Oliva - Caxias do Sul/RS (R\$146.310.728,37), do Terminal de Passageiros do Aeroporto de Ji-Paraná/RO (R\$ 34.997.817,82), infraestrutura do Aeroporto de Araguari/MG (R\$ 11.566.197,27) e Terminal de Passageiros do Aeroporto de Jataí/GO (R\$ 12.467.988,44), somando R\$ 205.342.731,90

Assim, o ano de 2025 encerrou com um total de R\$ 507.000.550,88 em investimentos, considerando obras entregues, ordens de serviço e autorizações de licitações.

- Para 2026, está prevista a entrega de obras nos aeroportos de Barreiras/BA, Ponta Grossa/PR, Santa Rosa/RS, além da instalação de até 10 Estações Meteorológicas - Barcelos/AM, Sobral/CE, Blumenau/SC, Ubaporanga/MG, Piracicaba/SP, Pará de Minas/MG, Paraty/RJ, Estância de Santa Maria/MS, Gurupi/TO, Primavera do Leste/MT.

EMPREENDIMENTOS EM ANDAMENTO E/OU PENDENTE DE HOMOLOGAÇÃO:			
Instrumento/Município	ICAO	Objeto Resumido	Valor pactuado
CT 006/2021 - Maués/AM	SWMW	Obras de Infraestrutura no aeroporto de Maués/AM	R\$ 10.793.086,30
TC 001/2017 - Serra Talhada/PE	SNHS	Obras Lado Ar	R\$ 14.258.174,78
TC 001/2019 - Araxá/MG	SBAX	Instalação de PAPI Primário e Secundário	R\$ 1.000.000,00
TC 936794/2022 - Santa Rosa/RS	SSZR	Obras de reforma e ampliação da Pista de Pouso e Decolagem; nova pista de taxi e Pátio; Drenagem; Cerca Operacional; e Auxílios à Navegação Aérea	R\$ 47.806.766,66
TC 002/2019 - Feira de Santana/BA	SDIY	Instalação de PAPI secundário	R\$ 500.000,00
TC 005/2017 - Passo Fundo/RS	SBPF	Reforma e ampliação de pavimentos, implantação de TPS e SCI e auxílios a navegação aérea	R\$ 45.051.546,39
TC 007/2017 - Cacoal/RO	SSKW	Equipamentos eletrônicos	R\$ 679.000,00
TC 007/2019 - Patos/PB	SNTS	Obras de Reforma e Ampliação do Aeroporto	R\$ 35.814.911,38
TC 008/2020 - Caçador/SC	SBCD	Modernização do aeroporto	R\$ 13.383.626,65
TC 010/2017 - Cáceres/MT	SWKC	Reforma do TPS, balizamento noturno e instalação de PAPI	R\$ 9.647.372,49
TC 015/2017 - Jataí/GO	SWJW	Terraplanagem, pavimentação; construção de TPS; e auxílios a navegação aérea	R\$ 68.821.882,94
TC 924490/2021 - Guarujá/SP	SBST	Terminal de Passageiros e Cerca Operacional	R\$ 5.158.131,46
TC 929260/2022 - Teixeira de Freitas/BA	SNTF	Instalação de PAPI primário	R\$ 600.000,00
TC 936826/2022 - Guarujá/SP	SBST	Projeto e Obras de Reforma e Adequação da Pista de Pouso e Decolagem; Pistas de Taxi; e Sistema de Drenagem	R\$ 17.289.197,30
TED 937690/2022 - Coari/AM	SWKO	Construção do Novo Terminal de Passageiros	R\$ 12.206.458,21
TED 939156/2022 - Coari/AM	SWKO	Reconstrução do pátio de estacionamento de aeronaves e Instalação de Auxílios visuais à navegação aérea	R\$ 60.431.113,28
TC nº 986132 - Bacabal/MA	SNBI	Projeto para a aquisição e instalação de equipamentos de auxílios à navegação aérea para o aeroporto de Bacabal (SNBI), no Estado do Maranhão	R\$ 5.500.000,00
TC nº 986356/2025 - Santa Inês	SJBY	Estudos e Projetos de revitalização e melhorias na infraestrutura no Aeroporto de Santa Inês - JOÃO SILVA (SJBY), no município de Santa Inês, Estado do Maranhão	RS 1.000.000,00
TC nº 981059/2025 - Araguari/MG	SNAG	Execução de obras de modernização e reforma da infraestrutura, incluindo: a reconstrução da camada asfáltica da pista de pouso e decolagem (PPD), adição de áreas de giro nas cabeceiras, instalação de RESAs; adequação da pista de taxi e pátio de aeronaves; implantação de nova sinalização horizontal; e construção de via de acesso aos hangares, entre outros equipamentos e infraestruturas necessárias ao pleno funcionamento do Aeroporto Santos Dumont (SNAG), no Município de Araguari/MG*	R\$ 15.000.000,00
TC nº 982932/2025 - Carauari/AM	SWCA	Elaboração de projeto, fornecimento, instalação e homologação de sistema de auxílio visual luminoso tipo PAPI (Precision Approach Path Indicator) na cabeceira 22 do Aeroporto de Carauari, no estado do Amazonas.*	R\$ 1.576.882,20
TC nº 980678/2025 - Parintins/AM	SWPI	Aquisição, instalação e homologação de sistemas PAPI nas cabeceiras 06 e 24 do Aeroporto Júlio Belém, na Cidade de Parintins - AM.	R\$ 1.576.882,20
TC nº 977884/2025 - Varginha/MG	SBVG	Aquisição, instalação e homologação de sistemas PAPI para o Aeroporto de Varginha - MG (Aeroporto Major Brigadeiro Trompowsky), nas cabeceiras designadas 22/O4*.	R\$ 1.576.882,20
TC nº 988161 - Guajará Mirim/RO	SBGM	Execução dos serviços de instalação/implantação de Auxílios à Navegação Aérea: Farol Rotativo, Biruta Iluminada, Balizamento Noturno, Iluminação do Pátio, Sinalização Vertical, PAPI e Casa de Força (KF) no Aeroporto de Guajará-Mirim/RO (SBGM)	R\$ 5.500.000,00

- Plano Aeroviário Nacional (PAN)

O Plano Aeroviário Nacional constitui o principal instrumento de planejamento de longo prazo do setor aéreo brasileiro, orientando o desenvolvimento da infraestrutura aeroportuária e aeronáutica sob a perspectiva da eficiência, da segurança e da sustentabilidade. Inserido no contexto do Planejamento Integrado de Transportes - PIT, o PAN contribui para alinhar a política de aviação civil às demais modalidades de transporte, promovendo integração territorial, racionalização de investimentos e maior eficiência sistêmica.

No período analisado, o PAN desempenhou papel central como balizador das políticas públicas conduzidas pela SAC, ao subsidiar a identificação de gargalos estruturais, a definição de prioridades de investimento e a antecipação de desafios associados ao crescimento projetado da demanda por transporte aéreo em um horizonte de até 30 anos. Suas diretrizes endereçam temas estratégicos, como a ampliação da conectividade aérea, especialmente em regiões menos atendidas, o estímulo ao desenvolvimento econômico regional, a incorporação de práticas sustentáveis e a modernização da infraestrutura com foco na segurança operacional e na eficiência dos serviços.

A efetividade do PAN está diretamente associada à existência de uma estrutura de governança capaz não apenas de formular diretrizes, mas de viabilizar sua implementação. Nesse sentido, a atuação ministerial reforça a importância do planejamento setorial como instrumento contínuo de orientação das decisões estratégicas, assegurando que as políticas públicas acompanhem a evolução do setor e respondam adequadamente aos desafios presentes e futuros.

- Ações de capacitação e inclusão

No eixo da acessibilidade, destaca-se o Programa de Acolhimento ao Passageiro com Transtorno do Espectro Autista (TEA), que resultou na implantação de 20 salas multissensoriais e 11 espaços de acomodação em aeroportos, além da capacitação de profissionais do setor para o atendimento especializado ao público. O programa prevê expansão para mais 7 aeroportos até 2026 e para todos os aeroportos concedidos até 2027, ampliando o acesso ao

transporte aéreo por pessoas neurodivergentes.

No âmbito da promoção de ambientes seguros, o Programa Assédio Não Decola alcançou a adesão de 11 concessionárias e a implementação de campanhas em 42 aeroportos, com lançamento de guia orientativo para prevenção e enfrentamento de condutas inadequadas. Em dezembro de 2025, foi iniciada a campanha Feminicídio Não Decola, reforçando ações de conscientização e prevenção à violência contra a mulher no setor aéreo.

Quanto à formação técnica especializada, foi estruturado o Programa de Bolsas para o Curso de Mecânico de Manutenção Aeronáutica, com a oferta de até 74 bolsas integrais e investimento aproximado de R\$ 476 mil, com início das aulas previsto para 2026. A iniciativa busca mitigar riscos de escassez de profissionais em área crítica para a segurança operacional da aviação civil.

Adicionalmente, no âmbito do Programa TREINAR, foi ofertado curso online e gratuito de Introdução à Aviação, que capacitou 414 participantes em 2025, contribuindo para a disseminação de conhecimentos básicos, o fortalecimento da cultura de segurança e a qualificação inicial de profissionais e interessados no setor.

- Gestão do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC)

O Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) constitui instrumento financeiro público destinado a apoiar o desenvolvimento e a sustentabilidade do sistema de aviação civil brasileiro. Em sua atuação mais recente, o Fundo ampliou seu escopo ao incorporar operações de apoio financeiro reembolsável às empresas de transporte aéreo doméstico regular, nos termos da Lei nº 14.978, de 2024, e do Decreto nº 12.293, de 2024, passando a atuar de forma estruturante também no eixo de financiamento público.

A política de empréstimos do FNAC insere-se em um contexto externo caracterizado por elevada volatilidade econômica e pela sensibilidade do setor aéreo a choques exógenos, como variações cambiais, custos de combustível, eventos climáticos e sanitários, além de restrições estruturais de acesso a crédito de médio e longo prazo no mercado privado. Nesse cenário, o FNAC exerce papel anticíclico

e estratégico, voltado à preservação da conectividade aérea, da concorrência e da continuidade de serviços essenciais.

O aprimoramento da governança do Fundo, com a criação do Comitê Gestor do FNAC, fortaleceu sua capacidade institucional ao estabelecer instância colegiada responsável por propor normas ao Conselho Monetário Nacional - CMN, definir diretrizes estratégicas e acompanhar a execução das operações. Esse arranjo reforça a previsibilidade regulatória, o alinhamento interinstitucional e a geração de valor no curto, médio e longo prazos.

No exercício de 2025, a atuação do FNAC concentrou-se na estruturação do arcabouço normativo da política de empréstimos, incluindo a definição das linhas de crédito financiáveis, das condições de acesso e das contrapartidas setoriais, consolidando o Fundo como instrumento permanente de política pública.

A política de crédito do FNAC envolve riscos associados à heterogeneidade econômico-financeira das empresas aéreas, cujos níveis de endividamento, liquidez, composição do passivo e exposição ao custo da dívida variam significativamente. Essas assimetrias impõem o desafio de calibrar critérios de acesso ao crédito de forma isonômica, evitando distorções concorrenciais, favorecimentos indevidos ou barreiras à permanência no mercado, ao mesmo tempo em que se preserva a efetividade do instrumento.

No que se refere à mitigação de riscos fiscais e patrimoniais, a Resolução CMN nº 5.260, de 2025, estabeleceu arranjo institucional que atribui ao BNDES e aos agentes financeiros habilitados a assunção do risco das operações de crédito, preservando o FNAC como provedor de recursos e formulador de diretrizes de política pública. Esse desenho reduz a exposição direta do Fundo à inadimplência e transfere a análise de crédito e a gestão de garantias a instituições com expertise técnica específica.

Sob a ótica das oportunidades, a política de empréstimos do FNAC destaca-se pelo uso de contrapartidas como instrumentos estruturantes de política pública, especialmente aquelas relacionadas à sustentabilidade ambiental e ao fortalecimento da aviação regional. A vinculação do apoio financeiro a objetivos estratégicos, como o uso de combustíveis sustentáveis de aviação (SAF) e a

ampliação da conectividade regional, potencializa o impacto sistêmico do crédito e reforça o papel do FNAC como indutor do desenvolvimento de longo prazo do setor aéreo brasileiro.

- Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

No exercício de 2025, registraram-se os seguintes dados no âmbito da execução dos recursos do **Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC)**:

- Dotação inicial: R\$ 422,0 milhões;
- Dotação atualizada: R\$ 349,07 milhões;
- Dotação efetivamente livre: R\$ 340,9 milhões (considerando bloqueios orçamentários residuais de R\$ 8,48 milhões);
- Empenhos realizados: R\$ 338,84 milhões (99,5% da dotação);
- Pagamentos efetuados: R\$ 225,49 milhões (66,2% do total empenhado);
- Restos a pagar pagos: R\$ 113,35 milhões.

Com base nos valores consolidados de pagamentos por ação orçamentária, a execução financeira do FNAC no período evidencia uma concentração dos desembolsos em ações estruturantes, alinhadas tanto ao desenvolvimento da infraestrutura aeroportuária quanto ao fortalecimento da política pública de aviação civil, conforme detalhado:

- Ação OE45 – PUC – Infraero: totalizaram R\$ 109,74 milhões pagos, refletindo a volta da parceria entre FNAC e Infraero na execução de investimentos e intervenções prioritárias na infraestrutura aeroportuária. Esse esforço é complementado por pagamentos adicionais em projetos específicos financiados pelo FNAC em parcerias com Estados e Municípios, como Jataí/GO, Barreiras/BA, Coari/AM, Ponta Grossa/PR, Guarujá/SP, Patos/PB e Americana/SP, que, em conjunto, evidenciam a capilaridade territorial da política financiada pelo FNAC.
- Ação 210F – Desenvolvimento da Aviação Civil: concentrou R\$ 35,94 milhões em pagamentos, confirmando sua relevância como eixo transversal de apoio ao setor, abrangendo iniciativas de planejamento, estudos, capacitação e instrumentos de indução regulatória.

RELATÓRIO DE GESTÃO INTEGRADO

— 2025 —

MINISTÉRIO DE
PORTOS E
AEROPORTOS

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO



@mporoficial

☎ 61 2029-7138

✉ ascom.mpor.gov.br

🌐 gov.br/portos-e-aeroportos

📍 Esplanada dos Ministérios
Bloco "R" - 5º andar
- Sala 505